

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Tharso Peixoto Santos e Souza

**A CRIANÇA E A VIOLÊNCIA:
respostas ao real nas guerras urbanas brasileiras**

Belo Horizonte

2021

Tharso Peixoto Santos e Souza

**A CRIANÇA E A VIOLÊNCIA:
respostas ao real nas guerras urbanas brasileiras**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Moreira Marcos

Área de concentração: Processos de Subjetivação

Belo Horizonte

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S729c Souza, Tharso Peixoto Santos e
A criança e a violência: respostas ao real nas guerras urbanas brasileiras /
Tharso Peixoto Santos e Souza. Belo Horizonte, 2021.
149 f.

Orientadora: Cristina Moreira Marcos
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

1. Violência urbana. 2. Crianças e violência. 3. Psicanálise infantil. 4. Subjetividade. 5. Favelas - Rio de Janeiro (RJ). 6. Maré (Rio de Janeiro, RJ). 7. Violência - Aspectos psicológicos. 8. Segregação. I. Marcos, Cristina Moreira. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 159.964.2

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva - CRB 6/2086

Tharso Peixoto Santos e Souza

**A CRIANÇA E A VIOLÊNCIA:
respostas ao real nas guerras urbanas brasileiras**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Processos de Subjetivação

Profa. Cristina Moreira Marcos - PUC Minas (orientadora)

Prof. Mario Elkin Ramirez – Universidade de Antioquia/ Colômbia (Banca examinadora)

Profa. Mírian Debieux Rosa – Universidade de São Paulo/ USP (Banca examinadora)

Belo Horizonte, 06 de dezembro de 2021

A todas aquelas crianças que, apesar de precisarem enfrentar o difícil e inóspito cotidiano nas cidades brasileiras, ainda têm condição de sorrir.

À Lara Liz, Giulia e Ana Clara dedico este trabalho, especialmente porque foi com vocês, primeiramente, que pude conhecer a beleza criativa das infâncias. Palavras, silêncios e elaborações mil. Risos nos olhos. Luzes que brilharam nesta minha aventura de ser pai.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, professora Dra. Cristina Moreira Marcos, pela dedicação, incentivo, por sua partilha de saberes e por seu olhar cuidadoso com as palavras, tornando possível a concretização desta pesquisa.

Agradeço às professoras Dra Jacqueline de Oliveira Moreira e Dra Tânia Aparecida Ferreira, que compuseram a banca da qualificação desta pesquisa, colaborando de modo extraordinário para a execução da proposta de trabalho com recomendações e comentários preciosos. Agradeço aos professores Mário Elkin Ramirez e Mírian Debieux Rosa pela participação em minha banca de defesa, trazendo-me inúmeras reflexões.

Agradeço especialmente à professora Tânia Aparecida Ferreira, que me instigou a este projeto, estando presente em meu percurso na psicanálise com crianças e adolescentes, e com quem aprendi a bela tarefa de fazer a diferença através da generosidade na partilha dos saberes.

Agradeço à professora Karla Gomes pela brilhante correção gramatical deste trabalho.

Agradeço à CAPES pela bolsa a mim conferida, possibilitando o acesso a novos conhecimentos e práticas e fazendo-me assumir o compromisso de retribuir a meu país, com compromisso ético, o investimento que recebi.

Agradeço à PUC Minas pelo acolhimento recebido desde os primeiros momentos em que tive contato com esta equipe incrível. Aos queridos professores do programa de pós-graduação em Psicologia da PUC Minas, agradeço de forma especial pelo ensino e também pelo compromisso de conferir aos alunos o acesso a suas produções acadêmicas e experiências. De modo especial, agradeço ao professor Dr. Luís Flávio Silva Couto pelas discussões que trouxeram para mim o fio de Ariadne nos labirintos das elaborações lacanianas.

Agradeço à Fundação *Terre des Hommes* Brasil, que com gentileza e compromisso me enviou suas produções gráficas, nas quais encontrei a preciosidade das narrativas de muitas crianças assistidas por esta instituição.

Agradeço à minha família, minha esposa Elisângela e filhas, pela compreensão, amor, inspiração, paciência, força e fé; gotas diárias que me colocam em movimento – um movimento inventivo, no qual, eu mesmo me reinvento sempre e sempre.

Agradeço a meu pai (*in memoriam*), à minha mãe e irmãos por tudo isto que a vida, juntos, me permitiu viver: histórias que me atravessam e me tornam mais humano.

Agradeço às crianças que pude escutar na clínica, as quais, mesmo sem saber, me indicaram o caminho daquilo que é essencial: o amor.

“Quero lançar um grito desumano, que é uma maneira de ser escutado”
(BUARQUE, Chico. Cálice, 1978)

RESUMO

Esta pesquisa busca investigar as respostas subjetivas inventadas pela criança residente em zonas de conflitos urbanos no enfrentamento da violência, a partir de suas próprias narrativas. Tomam-se como campo de pesquisa comunidades periféricas do Brasil marcadas pela violência – sobretudo, a comunidade do complexo da Maré, no Rio de Janeiro –, de onde foram compiladas as narrativas das crianças acerca da violência que testemunham em seu cotidiano. Notadamente, o contexto violento no qual se encontram estas crianças se revela como a continuidade de um processo histórico de segregação e violação de direitos, no qual, também atualmente, pobres e negros sofrem diretamente os efeitos dessa violência presente na estrutura sociopolítica brasileira. É, em seu cotidiano violento, que a criança encontrar-se-á com o furo simbólico no Outro, remetendo-a ao encontro com o real traumático, seja na dimensão do trauma da cena, seja na dimensão do trauma constituinte do sujeito. A esse encontro com o real do trauma, a criança dará sua resposta. Sendo assim, a fim de investigar as respostas inventadas pelas crianças no tratamento do real que a violência desvela, utilizou-se a fundamentação teórica da psicanálise de orientação lacaniana e o método clínico freudiano, o qual, considerando que toda resposta do sujeito pressupõe sua existência como sujeito do inconsciente, visa identificar e analisar as ficções que constrói a partir de sua fantasia fundamental, bem como seus pontos de fixação, que se revelam em suas repetições. Portanto, tendo em vista o objetivo proposto, foram encontradas respostas de naturezas distintas e que podem ser organizadas em dois grupos: aquelas que estão circunscritas no campo da lógica fálica – inibições, sintomas e desejo –, e aquelas que se relacionam ao campo do gozo – angústia e traumatismo.

Palavras-chave: criança. traumatismo. trauma. violência. respostas subjetivas.

ABSTRACT

This research aims to investigate the subjective responses created by children living in urban conflict zones to face violence, based on their own narratives. The research field is the peripheral communities in Brazil marked by violence - especially the community of the Maré Complex, in Rio de Janeiro - from which the narratives of children about the violence that they witness in their daily lives were compiled. Notably, the violent context in which these children are found reveals itself as the continuity of a historical process of segregation and violation of rights, in which, also today, poor and black people suffer directly the effects of this violence present in the Brazilian socio-political structure. It is in his violent daily life that the child will find himself/herself with the symbolic hole in the Other, leading him/her to an encounter with the traumatic real, whether in the dimension of the trauma of the scene, or in the dimension of the constitutive trauma of the subject. To this encounter with the real of the trauma, the child will give its answer. Therefore, in order to investigate the answers created by the children in the treatment of the real that violence unveils, we used the theoretical basis of Lacanian psychoanalysis and the Freudian clinical method, which, considering that every response of the subject presupposes its existence as a subject of the unconscious, aims to identify and analyze the fictions that it builds from its fundamental fantasy, as well as its points of attachment, which are revealed in its repetitions. Therefore, in view of the proposed objective, answers of distinct natures were found that can be organized in two groups: those that are circumscribed in the field of phallic logic - inhibitions, symptoms and desire, and those that relate to the field of jouissance - anguish and trauma.

Key-words: child. traumatism. trauma. violence. subjective responses.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	O discurso do mestre e o discurso capitalista	51
Figura 2 -	Pele tatuada à moda de azulejaria	62
Figura 3 -	Retrato de três crianças elizabetanas desconhecidas	66
Figura 4 -	A angústia entre o gozo e o desejo	118

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
2	A CRIANÇA E A VIOLÊNCIA: RESPOSTAS INFANTIS	27
2.1	Ficções e fixações: narrativas e o método psicanalítico.	29
2.1.1	<i>O método psicanalítico: sujeito e linguagem.</i>	29
2.1.2	<i>Um método que contemple o discurso do sujeito.</i>	32
2.1.3	<i>Dar voz à criança: uma tarefa nada simples.</i>	34
2.2	Por entre palavras, respostas: o infantil em questão	37
2.2.1	<i>A criança não é o infantil.....</i>	37
2.2.2	<i>Os ditos e não-ditos nas narrativas sobre a violência</i>	39
2.3	A criança, intérprete do social: infâncias atravessadas pela violência.....	46
2.3.1	<i>Quando o excesso chega à criança em forma de violência.</i>	47
2.3.2	<i>A criança na zona de guerra brasileira: violência e estado de exceção.....</i>	52
2.3.3	<i>A psicanálise e a violência: que Outro para a criança na zona de guerra?.....</i>	57
2.3.4	<i>A voz da criança e o estabelecido da violência: criações?</i>	60
3.	A CRIANÇA E SUA REALIDADE: ENFRENTAMENTOS E CRIAÇÕES....	65
3.1	A criança da (na) psicanálise.....	66
3.1.1	<i>O que dizem do pequeno perverso polimorfo?.....</i>	66
3.1.2	<i>A especificidade da criança no pensamento de Freud.....</i>	69
3.1.3	<i>A criança, ser de falta e de desejo.</i>	72
3.2	Modos de lidar com a realidade: a criança e sua criação.....	76
3.2.1	<i>A realidade psíquica: a fantasia e o real.....</i>	76
3.2.2	<i>O faz-de-conta: o gozo regulado.</i>	80
3.2.3	<i>O brincar da criança como suporte da fantasia</i>	85
3.3	A criança e o real.....	90
3.3.1	<i>O trauma: real e gozo</i>	90
3.3.2	<i>O sujeito de frente para o real: que resposta?.....</i>	94
4	INVENÇÕES FRENTE AO REAL: AS RESPOSTAS DAS CRIANÇAS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA	99
4.1	A que(m) responde a criança?	100
4.2	Inibições, sintomas e angústia na zona de guerra.	103
4.2.1	<i>As inibições.....</i>	103
4.2.2	<i>Os sintomas.....</i>	107
4.2.3	<i>Angústia</i>	113
4.3	Uma resposta encontrada para além da angústia.	120
4.4	Que saída?.....	125
4.4.1	<i>Uma saída pela fenda da falta no Outro</i>	125
4.4.2	<i>Respostas que não mentem jamais.....</i>	129
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
	REFERÊNCIAS.....	140

1 INTRODUÇÃO

“Você acha que a gente tem outra saída?” (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.79)

Comumente, a articulação entre os temas relacionados à violência e à infância tendem a enfatizar os aspectos que dizem respeito às ações dirigidas contra a criança e que a vitimizam, na maioria das vezes. Nesta posição de vítima, a criança é tomada como alguém que não fala, uma vez que se encontra atônita com a violência testemunhada e, assim, a situação dessa criança torna-se muito mais falada por um Outro do que pelo sujeito propriamente. Compreendemos que há um efeito potencial na violência que pode objetalizar suas vítimas, silenciando-as, mas que não elimina aquilo que a psicanálise denomina de saber inconsciente, a verdade de cada sujeito.

Sendo assim, é bem comum encontrarmos estudos, pareceres e pesquisas, cujas formas de abordar a situação de crianças que testemunham algum tipo de violência ocasionem – ainda que não intencionalmente – a desconsideração do saber do sujeito acerca de sua experiência com a violência. Não nos parece que abordar a questão desse modo possa promover avanços efetivos no que se refere às políticas de cuidado e de assistência à criança. É preciso escutar sua voz, adentrar na dimensão de seu saber, conhecer o modo como cada uma consegue responder a esta questão: violência que testemunham em suas vidas cotidianamente.

Sabemos que o cotidiano de muitas crianças no Brasil tem sido atravessado por situações violentas impensáveis, tais como assassinatos brutais, tiroteios inesperados, ameaças, medo. Situações que dizem da realidade de uma nação onde a desigualdade custa muito a uma parcela da população que se encontra concentrada, em geral, nas periferias das nossas cidades e que sofre diretamente os efeitos de uma violência difusa, que impregna e até movimenta as engrenagens do sistema social, político e econômico do país – a violência estrutural. A incidência dessa violência sobre essa parcela da população ressalta o perfil majoritário a que se destinam as mazelas e contradições sociais desde o passado, numa sucessão geracional de violências, cujas cenas traumáticas conhecemos: a violação de direitos do negro, do pobre, das minorias, das juventudes – e por que não acrescentar – das infâncias roubadas.

Nesta seriação de cenas traumáticas que compõem a história do Brasil e destas populações, encontramos a criança transitando pelas ruas das cidades em meio à guerra urbana de hoje. O uso do termo “guerra” pode soar exagerado, a princípio, mas revela-se bastante pertinente quando consideramos a vigência do estado de exceção nestes espaços, ocasionando todo tipo de violação de direitos, bem como a manutenção dos discursos segregadores, que

sustentam o uso da força e da dominação – inclusive com o uso ostentatório das armas – num cenário em que figura um gozo sem lei. Ademais, essas crianças testemunham a cada dia o quanto o Outro pode se revelar cruel e feroz ou mesmo impreciso e inconsistente, de quem a presença ameaçadora pode ser sentida em qualquer momento e lugar, ocasionando-lhes o efeito de se encontrarem diante de uma indeterminação. Esse Outro rompe o silêncio das noites e perturba a rotina do dia, deixando o vestígio de sua passagem nas paredes perfuradas – restos indeterminados que surgem da cena violenta. Há alguma saída possível para essa criança? É a pergunta que sustenta nossa pesquisa. Pergunta feita pela própria criança, residente da zona de guerra: “Você acha que a gente tem outra saída?” (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.79).

Em outras palavras, uma vez que as populações dessas zonas urbanas precisam lidar com o traumatismo – aquilo que da cena violenta evoca a experiência humana com o *troumatisme* (LACAN, 2007) –, perguntamo-nos qual tratamento as crianças dão ao real que a cena violenta desvela, ou seja, o que inventam quando testemunham a violência em suas cenas cotidianas? Bem, Freud, em momentos diferentes de sua obra, já havia nos indicado o quanto as crianças inventam teorias diante do enigma da vida e do sexo, por isso, parece-nos inevitável esperar que ficções sejam construídas a partir do encontro com os restos não simbolizáveis destas cenas. Quais seriam e de que natureza?

Posto isto, apresentamos o objetivo geral desta pesquisa que é investigar as respostas inventadas pela criança residente em zonas de conflitos urbanos no enfrentamento da violência, a partir de suas próprias narrativas. Acrescentam-se também, nesse ponto, nossos objetivos específicos, a saber: descrever a natureza da violência e seus efeitos sobre a criança que vive em zonas de conflitos urbanos (periferias e aglomerados), a partir da articulação entre elaborações teóricas de pensadores do campo da filosofia e da psicanálise de orientação lacaniana, que evidenciam, na serialização dos eventos históricos e sociopolíticos, a presença do real que a violência desvela; apresentar as elaborações da psicanálise, a partir de Freud e Lacan, sobre os modos criados pela criança para lidar com a sua realidade violenta, especificamente no que se refere à dimensão do real traumático; identificar as respostas subjetivas possíveis criadas pela criança que vive em contextos de violência urbana a partir do que relatam nos testemunhos documentados em produções fílmicas e escritas produzidas por organizações jornalísticas, humanitárias e não governamentais.

Nesta pesquisa, interessa-nos conhecer as criações das crianças que enfrentam a violência urbana em seu cotidiano a partir do que elas próprias dizem, pondo em movimento seu próprio saber. Acreditamos que nisto se encontra o diferencial que confere a esta pesquisa

sua relevância, pelo tipo de investigação que se propõe a fazer: dar voz à criança, convocando-a não somente do lugar de ator social, mas, sobretudo, do lugar de sujeito do inconsciente. É a partir daquilo que é narrado pelas crianças acerca da violência e seus efeitos presentes no contexto em que transitam, bem como sobre suas invenções de modos singulares de enfrentamento dessa questão, que esta pesquisa se justifica. E também mais uma vez destacamos, por colocar em relevo, o saber das crianças, suas palavras e entendimento do que se passa em seu entorno, além de apresentar à comunidade acadêmica e aos agentes de cuidado um panorama da violência traçado pelas próprias crianças, dito por elas mesmas.

Para o pesquisador, autor desta dissertação, o desenvolvimento da presente temática representou a oportunidade de realizar a articulação entre duas linhas de pesquisa que constam em seus trabalhos anteriores: os efeitos da violência sobre o sujeito (SOUZA, 2011, 2017) e a criança, como sujeito que comporta um saber inconsciente (SOUZA, 2019, 2021). Ademais, a ênfase que encontramos neste trabalho, quanto à necessidade essencial de escutar a criança em suas respostas ao real, nasce do que este pesquisador tem testemunhado em sua prática psicanalítica na clínica com crianças, ao se propor a escutá-las no que dizem de seu próprio mal-estar e sofrimento.

Compreendemos, portanto, que a criança não se encontra alheia ao que se passa em seu entorno, sendo necessário, no contexto desta pesquisa, olharmos de forma adequada para suas respostas quando a violência atravessa seu cotidiano. Quando mencionamos a necessidade de um certo modo de olhar a questão, referenciamo-nos a um olhar que, sustentado pela psicanálise nas dimensões clínica, ética e política, produza efeitos novos sobre os discursos que envolvem a situação apresentada: clínica, por considerar o sofrimento expresso nas respostas como resultado da dinâmica pulsional presente; ética, por tomar o sujeito como ser de desejo; política, por reconhecer o caráter subversivo das respostas, como nos indica Checchia (2015), sustentadas pela política da falta-a-ser, daquilo que irreparavelmente encontra-se perdido, isto é, o que se destaca na análise das respostas das crianças encontra-se em referência à falta constituinte do sujeito.

Inúmeros relatórios reforçam a necessidade de se lançar sobre a problemática envolvendo a violência no cotidiano da criança um olhar que, para além do que nos indicam os números, considere as dimensões clínica, ética e política da questão, conforme propõe a psicanálise. À guisa de exemplo, encontramos no relatório apresentado pela United Nations Children's Fund (UNICEF) em 2017 a denúncia de que 3 em 4 crianças no mundo vivenciam eventos violentos em meio a suas próprias famílias, escolas e em suas cidades (UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND, 2017). Esta mesma organização faz o alerta sobre a situação

no Brasil em outro relatório no ano de 2019: a cada dia, 32 crianças e adolescentes são assassinados em nosso país e acrescenta que, entre 1996 e 2017, foram salvas 827 mil crianças da mortalidade infantil mediante os avanços das políticas públicas, sendo que, no mesmo período, foram assassinados 191 mil crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos, ou seja, o relatório conclui que muitas das vidas salvas na primeira infância tornaram vítimas da violência posteriormente (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA NO BRASIL, 2019).

Os dados desses e de muitos outros relatórios indicam que a violência atravessa o cotidiano dessas crianças de um modo extremo, restando-nos compreender como fazem para lidar com isto, já que esse aspecto não ganha prioridade nos estudos estatísticos. Ademais, a compreensão do modo como as crianças respondem a esta violência cotidiana possibilita ações de tratamento da questão de forma que o singular de cada criança seja considerado, promovendo assim a discussão e o exercício da cidadania também com elas.

Algumas pesquisas, como Monteiro e Saravali (2013), Zamin, Jung e Richter (2018), Falcão (2017), Tabak (2009), Dias (2019), Martins (2019), interessam-se pelos temas relacionados à articulação entre a infância e a violência em suas múltiplas faces, desde a presença das crianças em conflitos armados, passando por trabalhos que focalizam a criança como vítima da violência; outros que tratam das crianças que vivenciam a violência no contexto de migração, chegando até estudos sobre a criança como promotora de violência. Em alguns desses estudos, priorizaram-se as narrativas das crianças sobre suas próprias experiências com a violência visando restituí-las ao lugar de sujeito de direito, tendo como pano de fundo legislações de órgãos internacionais ou nacionais, aspecto que também é fundamental na proposta desta pesquisa. Contudo destacamos também a importância de se conhecer o movimento subjetivo operado pelas crianças na construção de saídas próprias no enfrentamento das violências, já que assim poderemos considerar outras dimensões envolvidas, como o campo da saúde mental e seus dispositivos, por exemplo.

Diante disso, temos a expectativa de que as considerações finais desta pesquisa sirvam para consolidar a proposta de tratamento dessas e, indiretamente, de outras questões político-sociais, possibilitando avanços das políticas públicas de atenção às crianças, particularmente em relação àquelas que residem nas zonas onde a violência se presentifica na forma de conflito urbano. Além disso, compreendemos que as considerações ao final deste trabalho oferecem subsídios para o estabelecimento de formas de abordar a criança – esta que precisa enfrentar a violência em seu cotidiano –, a partir de um lugar que não aquele da passividade, uma vez que, sendo escutadas em sua própria experiência de enfrentamento da violência, poderão responder a partir de uma nova posição.

A dissertação está organizada em três capítulos, conforme detalharemos a seguir. No primeiro capítulo, apresentaremos a questão que nos norteia, do campo e material de pesquisa, e da metodologia que utilizamos. No segundo capítulo, encontramos as concepções da psicanálise acerca da criança e de seus modos de tratamento do real. No terceiro capítulo, buscamos apresentar nossa compreensão, segundo a psicanálise de orientação lacaniana, quanto às respostas encontradas a partir das narrativas das crianças. Vejamos com mais detalhes.

Iniciamos o primeiro capítulo tratando do método adotado nesta pesquisa: o método clínico freudiano. Criado por Freud, esse método tem como pressuposto o tratamento da dimensão singular e inconsciente do ser humano, que se apresenta atrelada à estrutura discursiva de cada um: palavras, hiências, silêncios. Trata-se de um método que, para além do sentido, contempla o não-sentido, aquilo que escapa da cadeia significante e que convoca o desejo de saber, ao mesmo tempo em que adentra o campo das ficções e fixações dos sujeitos, ou seja, nossa investigação se dá a partir daquilo que do inconsciente se projeta no fenômeno estudado: em nosso caso, a resposta da criança frente à violência. Sendo assim, com a utilização desse método, a compreensão do fenômeno social, que sustenta a questão deste trabalho, poderá se ampliar ao considerar os efeitos que a violência ocasiona sobre o sujeito, particularmente quando consideramos um real que não se deixa simbolizar, mas retorna no desvelamento do trauma que a cena violenta comporta.

Neste capítulo também é apresentado o campo de pesquisa, que se constituiu na compilação de narrativas presentes em documentários e entrevistas produzidos por organizações jornalísticas e independentes, bem como numa publicação escrita produzida por uma organização humanitária. Por essa razão, tornou-se importante para nós a utilização de um método que considerasse o caráter ficcional das narrativas que, sustentadas por uma fantasia, dizem de um desejo, uma vez que todo material que utilizamos recebeu previamente alguma edição segundo o olhar de quem o produziu. Além disso, as narrativas são apresentadas, tendo como liame o infantil em sua natureza pulsional. Considerando aquilo que das narrativas torna-se possível apreender acerca dos discursos envolvidos, os quais, segundo nos indica a psicanálise, dizem do lugar de onde cada sujeito responde diante do Outro no laço social, pudemos apresentar nossa análise a respeito dos processos históricos e sociopolíticos no Brasil, que hoje incidem com seus efeitos sobre a questão que aqui destacamos. Tentamos compreender como tais processos interferem na dinâmica discursiva dos sujeitos, no que se refere à criança hoje em meio à guerra urbana brasileira. Para isso, lançamos mão, sobretudo, do que nos ensina a psicanálise, com Freud e Lacan, mas também dialogando com Agamben, Arendt, Mbembe, Derrida, Foucault e Žižek.

No capítulo 2, apresentamos a criança da psicanálise, desde as concepções freudianas até os pontos de destaque feitos por Lacan acerca do infantil. Encontramos neste capítulo a subversão operada pelo paradigma freudiano na compreensão cultural sobre a infância e a criança: a criança é um pequeno perverso polímorfo. Disso, depreendemos que a criança para Freud em nada representa o ideal de pureza que a separa do mundo, pelo contrário, encontra-se envolvida e afetada pelos processos sociopolíticos, sendo ativa e vívida, atravessada pelo desejo. Lacan, por sua vez, apresenta-nos uma criança que é atravessada pela linguagem, sendo marcada no corpo pelos significantes do Outro, contudo, não completamente: uma parte de seu ser ficará de fora do campo do sentido, revelando um furo no Outro. Em referência a este furo, Lacan cria o termo *troumatisme* (traduzido como traumatismo, muitas vezes), em torno do qual o sujeito se constitui.

Neste capítulo, destacamos o papel primordial da fantasia utilizada pela criança no tratamento do real que emerge das cenas traumáticas, ou seja, das cenas cotidianas que evocam a dimensão primitiva do traumatismo estrutural, que assombra o sujeito. É quando a criança se depara com o trauma que sua inventividade dará a resposta: a isto, marcamos nosso interesse nesta pesquisa. Sendo assim, o tema do trauma na psicanálise figura como central neste capítulo, auxiliando-nos na compreensão do gozo envolvido e do Outro que é convocado na cena violenta.

No terceiro capítulo, apresentamos e descrevemos as respostas encontradas nos relatos das crianças, a partir do que ensina a psicanálise no que se refere à formação dos sintomas, à experiência com a angústia e à relação do sujeito com o gozo. Em cada tipo de resposta, procuramos descrever como a resposta ao traumático ocorre na dimensão do princípio do prazer, na lógica fálica, mas também na dimensão além do princípio do prazer, no registro do gozo. Destacamos ainda que, na parte final deste capítulo, encontram-se algumas breves considerações sobre as intervenções possíveis, prescritas pela psicanálise, no tratamento e na assistência das crianças que experimentaram a proximidade do inominável da violência. Ao utilizarmos o termo “tratamento”, não fazemos referência a algum tipo de cura do real, mas, ao contrário, estamos nos referindo ao plano das possibilidades singulares em fazer novos arranjos, novos enlaçamentos, a partir do trauma, ou seja, não somente pela via do sentido, mas também pelo acolhimento do que nega o sentido, como podemos encontrar nos muitos relatos de quem esteve (ou está) muito próximo à violência.

De todo modo, é do nosso interesse destacar, nesta pesquisa, a inventividade da criança no lidar com seu cotidiano, especialmente quando este se caracterizar pela desordem ocasionada pela violência. Evitamos, por isso, tomar as respostas como sendo aplicáveis a todas as

situações envolvendo crianças em zonas de conflitos violentos. Ao contrário disso, tentamos priorizar os aspectos singulares do “um a um”, que tanto preza a psicanálise, sem, contudo, negar a possibilidade de utilizar nossos achados como fundamentos de compreensão de outras situações. Como já destacamos, a fim de não nos perdermos em meio à complexidade do contexto que a questão desta pesquisa nos apresenta, manteremos neste percurso nosso “fio de Ariadne” tecido em três dimensões: clínica, ética e política.

2 A CRIANÇA E A VIOLÊNCIA: RESPOSTAS INFANTIS

“É ruim ser criança no Brasil porque não pode (*sic*) fazer nada, não posso sair porque tem tiroteios”. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p. 65). O enunciado do Lucas, 12 anos, não deixa dúvidas de que, em meio ao atravessamento da violência nas cenas urbanas brasileiras, a criança está atenta e responde de alguma forma a seus efeitos. Como indica a psicanálise, a criança, diante do enigma do Outro, cria fantasmaticamente teorias que lhe possibilitem aceder a algum saber sobre si, sobre seu desejo e sobre o desejo do Outro. Perguntamo-nos sobre que respostas ela cria no enfrentamento da violência e se haveria nessa relação – criança/violência – alguma especificidade que justificaria tais produções.

As habituais cenas brasileiras de assassinatos, agressões e crimes que a criança testemunha ou sofre no próprio corpo se apresentam revelando um Outro cruel e feroz, que põe em questão o saber da criança, desafiando-o. Os vestígios desse Outro permanecem como uma lembrança incógnita nas paredes e janelas perfuradas pelas balas do tiroteio ocorrido instantes atrás, nos corpos sem vida no chão, na intensidade que agita as multidões, nos gritos impotentes que perfuram suas teorias. Que é tudo isso? Talvez questionem. Talvez não, permanecendo no silêncio do estupor da morte.

Dores, ditos, silêncios: a criança lida com a violência que incide tão diretamente sobre sua rotina diária, suscitando-lhe as paixões do ser – nomeação dada por Lacan quando, a partir do conceito de sujeito do inconsciente, como falta-a-ser, indica que o sujeito busca no Outro algum sentido de significação para si. É assim que, no espaço urbano, a criança se defronta com o Outro, numa articulação muitas vezes mediada pela violência: as agressões em casa, ao que assiste nas ruas da cidade, aquilo que captura das notícias televisivas. Qual significação recobrirá seu ser?

Na cidade, a criança experimenta os efeitos das políticas de Estado, interrogando-se sobre direitos, acessos e abandonos. É na *polis* – lócus do desenvolvimento da cultura e do laço social – que a violência produz clivagens, subvertendo a estrutura social, sendo operada pelo próprio sistema e desvelando os restos dessa produção. Restos cujos efeitos incidem sobre os indivíduos. A criança, como parte desse cenário, encontra-se, muitas vezes, negligenciada, silenciada, explorada, ameaçada, invisível. Na cena viva da guerra urbana brasileira, a criança precisa criar. O quê?

A UNICEF denunciou que, em 2016, o Brasil foi o país no qual mais crianças e adolescentes morreram vítimas de homicídios (UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND, 2017). Segundo dados do Datasus de 2018, estima-se que a cada hora morre alguém assassinado

entre 10 e 19 anos no Brasil, revelando a imagem cruel de um sistema que mata: menino, negro, pobre e residente de favela (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA NO BRASIL, 2020). As estatísticas indicam o paradoxo brasileiro: apesar de ser um dos países com uma das mais avançadas políticas públicas de atenção às crianças e aos adolescentes – como exemplo, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, possibilitando e implantando novas condutas na preservação de seus direitos – é também um daqueles que mais abandona e mata suas crianças e adolescentes.

Considerando a situação mundial, segundo um relatório dessa organização, lançado em 2017, 3 em cada 4 crianças no mundo experimentam ações violentas em seus próprios lares (UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND, 2017). O relatório atesta aquilo que qualquer indivíduo atento é capaz de perceber: a violência se encontra muito presente em inúmeras situações da vida de incontáveis crianças – em casa, na escola, na cidade.

Sabe-se que, tanto no mundo como no Brasil, o incremento de atos violentos se relaciona diretamente à desigualdade socioeconômica da população. Junte-se a isso, no caso brasileiro, uma posição governamental que perpetua a segregação de alguns desde o Período Colonial, tornando a violência difusa e múltipla, por vezes velada, silenciosa. Será a resposta da criança um modo de denunciá-la? Não obstante, é possível dar voz a esta demanda da criança?

Talvez assim, escutando-as, fosse possível acessar a interpretação que a criança faz do mundo violento em sua volta e, a partir disso, consolidar nossas políticas de proteção e assistência à criança, avançando no tratamento dessa questão estrutural no Brasil. Além disso, a escuta dessas crianças oportuniza a estes sujeitos – e à sociedade em geral - a possibilidade de se localizarem num lugar que não aquele da passividade, uma vez que, sendo escutadas em sua própria experiência de enfrentamento da violência, podem responder a partir de uma nova posição que aponte para a autonomia e para a cidadania.

Não tem sido incomum que autores, pesquisadores, professores, pais e mães demonstrem genuíno interesse pelo sofrimento da criança, mas o fazem, muitas vezes, pela via da interpretação da criança, negligenciando ou desconsiderando o seu saber. Miller (2020, p.35) nos indica que toda interpretação da criança é duvidosa, cabendo ao analista, no processo de escuta, extrair o sujeito, permitindo-lhe a existência como “um entre outros seres falantes, (...) distingui-lo realmente da captura da necessidade”. O que esta pesquisa se propõe a fazer é, a despeito das necessidades que a violência sistêmica produz na criança e em seu ambiente, adentrar o saber construído pela criança, dito por ela mesma, reconhecendo-a em sua condição de ser falante.

Sendo assim, seja na visão testemunhada do outro que sofre, mata ou morre, bem como na experiência própria do abandono, do corpo violentado, da destituição de seu lugar social, buscamos compreender como responde a criança à violência e o que estas respostas nos dizem. É a partir da compreensão que a psicanálise nos dá acerca da criança, como um ser de linguagem, marcado pela vida pulsional, cuja narrativa enuncia as infâncias em suas ficções e suas fixações, revelando o funcionamento de um discurso inconsciente, que se faz possível aceder ao campo das respostas que ela – a criança – constrói frente à violência, que testemunha de muitas maneiras.

Portanto, a proposta desta pesquisa é conhecer quais são as respostas criadas pelas crianças, residentes de zonas urbanas marcadas por acontecimentos violentos, no enfrentamento da violência. Como elas respondem à violência que presenciam em seu cotidiano? Posta nossa questão de pesquisa, apresentaremos, neste capítulo, nosso campo e material de pesquisa, caracterizando-os por meio dos relatos das crianças e do destaque a dois aspectos essenciais presentes em nosso campo, o infantil e a violência. Além disso, apresentaremos a metodologia adotada, justificando-a pela escolha da psicanálise de orientação lacaniana como nosso fundamento teórico. Iniciaremos pela apresentação do método e, em seguida, apresentaremos nosso campo de pesquisa: o material de trabalho e sua caracterização.

2.1 Ficções e fixações: narrativas e o método psicanalítico.

2.1.1 O método psicanalítico: sujeito e linguagem.

Já nos primórdios da psicanálise, Freud ([1913]/1996¹), motivado pelo intento de trazer alguma orientação aos analistas, elucida sobre o caráter investigativo da escuta analítica frente às narrativas dos pacientes, quando esses lhe relatavam suas histórias de vida. Foi considerando toda a ambientação narrativa que compõe uma psicanálise – palavras, entonação, fantasias e silêncios – que Freud compreendeu que a prática psicanalítica envolvia duas dimensões: a clínica e a pesquisa, sendo que ambas se mostram implicadas uma à outra, ainda que apresentem naturezas distintas. Cria assim um método que nasce da prática clínica e que pode ser admitido como método de pesquisa, cujos princípios se fundamentam na própria teoria psicanalítica.

Considerando a prática clínica e a prática da pesquisa, o que as tornam distintas - já apontado por Freud ([1912]/1996a) - é o fato de a clínica se fundamentar naquilo que é singular

¹ A data entre colchetes indica o ano da publicação original da obra, que só será indicada na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes, será apenas registrada a data da obra consultada pelo autor da pesquisa.

no humano, mas que revela da incidência do universal, enquanto a pesquisa aponta mais na direção do universal, buscando sua incidência sobre o singular (MARCOS; MEIRELLES, 2019). De todo modo, haverá uma tensão entre as duas dimensões, seja na clínica ou na pesquisa. Uma pesquisa em psicanálise se orienta, segundo compreendemos, como na clínica, por aquilo que é de singular no objeto de pesquisa, mas que, de toda forma, diz da incidência do universal sobre ele. Em outras palavras, do que se faz singular no objeto nesta incidência do universal.

Como ocorre na clínica psicanalítica, a partir daquilo que o analista escuta dos relatos dos analisandos, do que é dito, bem como daquilo que é indizível, que falha na cadeia significativa e que fura o discurso, que brota do vazio e do não-sentido, é que se interpõe a questão do desejo de saber. Caminho que se abre ao analista pesquisador ao adentrar a dimensão narrativa, das quais emergem as ficções e fixações dos sujeitos – objeto de interesse na psicanálise que caracteriza o método freudiano. Sendo assim, o campo de toda pesquisa em psicanálise é o inconsciente (MARCOS; MEIRELLES, 2019).

Tal perspectiva se projeta no campo da pesquisa dos fenômenos sociais em psicanálise – situação do presente trabalho. Sobre isso, Dunker (2013 *apud* CHRISÓSTOMO; MOREIRA; GUERRA; KYRILLOS NETO, 2018) elucida que a psicanálise aplicada ao social mantém características fundamentais, tais como: recordação, como guia daquilo que se faz presentificado nas lembranças; a implicação, ou seja, o efeito de estranhamento sobre o sujeito; e a transferência, como discurso dialógico fundado na suposição de um saber. Estas características estabelecem um campo de atuação do pesquisador, no qual o singular e o universal se comunicam, sem exclusão do sujeito. Marcos e Meirelles (2019) destacam que a particularidade de cada história lança sua perspectiva sobre o universal da estrutura, sendo que esta nunca poderá recobrir completamente a dimensão particular: uma parte ficará de fora.

Faz-se necessário, então, orientar-se pela questão acerca dos efeitos produzidos pelo fenômeno estudado sobre o sujeito do inconsciente, o qual se distingue do sujeito corporificado nos atores sociais implicados na investigação (CHRISÓSTOMO; MOREIRA; GUERRA; KYRILLOS NETO, 2018). Uma pesquisa em psicanálise não se detém naquilo que seja da ordem consciente, observável e que segue o pressuposto cartesiano da ciência moderna: a existência definida a partir do pensamento racional que busca a totalidade do saber sobre o objeto. Em oposição a isso, a pesquisa em psicanálise parte do pressuposto de que a compreensão de um fenômeno social se amplia quando o olhar do pesquisador se volta aos elementos únicos dos efeitos produzidos pelo fenômeno estudado sobre o sujeito – ainda que por vezes se defronte com o “não saber” ou o “não sentido” da *ex-sistência* nos seres falantes e

do real “que não se deixa capturar” (CHRISÓSTOMO; MOREIRA; GUERRA; KYRILLOS NETO, 2018, p.648).

É com a narrativa, com as memórias, que a ficção do sujeito se constrói. Não somente nos relatos propriamente, mas também naquilo que emerge para além da própria linguagem: a fantasia e a interpretação de sua própria história (GUERRA; MOREIRA; OLIVEIRA; LIMA, 2017). Ali o pesquisador irá se deparar igualmente com os pontos de fixação, nos quais o sujeito se ancora e de onde é convocado, daquilo que pode ser considerado o elemento mais singular e que dá sua própria interpretação aos fatos, a partir da lógica daquele que vivenciou a história.

É essencial ter em mente que “o objeto que está em jogo é o sujeito que fala” (GALLO, 2012 *apud* MARCOS; MEIRELLES, 2019). Logo, a especificidade da pesquisa em psicanálise se situa no campo da linguagem. Daí, a escolha, nesta pesquisa, por um método que contemple o sujeito na especificidade desse campo. O método psicanalítico busca aceder àquilo que se encontra referenciado ao simbólico, isto é, a dimensão do discurso do Outro, discurso do inconsciente.

Acrescentamos que, seguindo Hector Gallo (2012b *apud* CHRISÓSTOMO; MOREIRA; GUERRA; KYRILLOS NETO, 2018) e Jacques Alain-Miller (2005 *apud* CHRISÓSTOMO; MOREIRA; GUERRA; KYRILLOS NETO, 2018), pode-se inferir que aquilo que se busca, ao considerar o discurso do sujeito numa pesquisa em psicanálise, é a posição daquele que enuncia em sua enunciação. Contudo, tratando-se desta pesquisa, em razão do nosso campo ser constituído de materiais midiáticos produzidos por terceiros a partir dos depoimentos das crianças, buscaremos os pontos de real que ali se apresentam. Para isso, o pesquisador se valerá dos princípios fundamentais da psicanálise, a saber: inconsciente, pulsão, transferência e repetição, tendo o inconsciente como prioridade.

Ademais, é necessário compreender o que emerge nos ditos da criança, a partir de sua singularidade e de seu próprio lugar, considerando a indeterminação, o resto que não foi contado, uma vez que é impossível a tudo representar (GUERRA; MOREIRA; OLIVEIRA; LIMA, 2017). Por esta razão, optamos por um método que considere o sujeito do inconsciente, que surge e desaparece, nos ditos da criança, um método que considere o equívoco e a contradição.

Posto isto, apresentaremos em seguida a forma como utilizaremos o método clínico freudiano na análise das narrativas que, em nosso caso, são resultado de uma transcrição, conforme será explicado adequadamente abaixo.

2.1.2 Um método que contemple o discurso do sujeito.

Sabe-se que a pesquisa qualitativa é um construto científico que se preocupa, nas ciências humanas, em aprofundar no mundo dos significados das ações e das relações humanas, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser quantificados nem reduzidos à operacionalização de variáveis. Visa compreender, interpretar e dialetizar, por meio de um percurso analítico e sistemático, tornando possível a objetivação de um tipo de conhecimento que tem como matéria-prima opiniões, crenças, valores, representações, relações e ações humanas e sociais sob a perspectiva dos atores em suas relações (MINAYO, 2001; 2012).

Considerando a problemática apontada nesta pesquisa e sua complexidade, a saber, a investigação das respostas inventadas pela criança residente em zonas de conflitos urbanos no enfrentamento da violência, a partir de suas narrativas, é que esta pesquisa assume seu caráter qualitativo. Trata-se, portanto, de uma pesquisa exploratória em sua fase inicial, na qual se visa a uma maior familiaridade com o problema levantado, tornando-se de caráter explicativo em seu desenvolvimento a fim de possibilitar a identificação dos fatores que contribuem para a ocorrência e dinâmica do fenômeno.

Dada a natureza desta pesquisa, foi de grande importância a escolha por um método que privilegie a experiência singular da criança com a linguagem, considerando sua própria interpretação do mundo, presente nas narrativas, e que possa nos colocar diante das produções do sujeito do inconsciente. Por essa razão, o método clínico freudiano se mostra plenamente adequado, como iremos demonstrar.

Em nossa pesquisa, conforme será apresentado adiante, o material de que dispomos encontra-se escrito, como resultado de uma transcrição das falas de diversas crianças, fruto do trabalho de uma instituição internacional que atua no Brasil para a preservação dos direitos da criança e do adolescente, bem como a produção de documentários feita por jornalistas e cineastas. Sendo assim, procuraremos identificar os pontos de real que os enunciados transcritos trazem, destacando as ficções, que emergem em forma de fantasia, e as fixações, como pontos de repetição aos quais o sujeito poderá se ancorar. Quando nos referimos às ficções do sujeito, estamos considerando que aquilo que surge no enunciado da criança, não poderá ser atribuído como inverdade, mas sim como uma ficção sustentada por uma fantasia, que dá consistência à verdade do sujeito. Esta verdade se sustenta naquilo que do real fixa o sujeito num ponto de gozo. Esses pontos de fixação poderão ser identificados a partir dos elementos discursivos que

se repetem nas narrativas, revelando a opção do sujeito em ocupar uma certa posição diante do Outro.

Sendo assim, a partir do relato transcrito, observando a sequência, o uso e a escansão das palavras, poderemos compreender qual é a posição em que o sujeito se localiza frente ao Outro e a que Outro está respondendo. Acrescentamos que, ao se trabalhar com os enunciados transcritos, é possível se deparar com a questão do gozo que escapa à lógica significante, remetendo-nos à dimensão da singularidade de cada criança que fala sobre sua experiência com a violência, atentando-nos aos “detalhes marginais, irrelevantes” (MARCOS, MEIRELLES, 2019, p.152).

Compreendemos que este método contempla, a partir dos ditos dessas crianças, o encontro com o inominável de sua própria história, quando, no regaste do passado, algo permanece fora da simbolização, perdido da linguagem – um ponto do real. Trata-se, portanto, de considerarmos uma história que possui lacunas, na qual o saber da criança encontra-se com o vazio de sentido e com o equívoco. Encontro com sua falta-a-ser no inconsciente, encontro com o real da incompletude.

Além disso, trata-se de um método que reconhece o movimento dos discursos quando, ao dar voz a estas crianças, cria-se conjuntamente a possibilidade de que o sujeito se repositicione frente ao Outro, num novo arranjo, em que poderá se haver com sua própria história de faltas. Sendo assim, este giro no discurso representa uma subversão, em certa medida, da ordem social dominante, que tende a desprezar o saber da criança. Escutá-las, dar voz a elas, representa considerar seu saber inconsciente essencial na análise da cena social, qualificando este saber como um ato político, uma vez que poderá operar, pela via do desejo, mudanças mais estruturais em seu mundo. Portanto, escutar o saber inconsciente é também um ato político, tal como nos diz Lacan (2008), o inconsciente é a política.

Na busca pela compreensão das respostas criadas pelas crianças no enfrentamento da violência e considerando os pressupostos do método clínico freudiano e da psicanálise de orientação lacaniana, procuramos identificar, primeiramente, nas narrativas selecionadas, dois campos: a) a criança como sujeito do inconsciente; conforme apresentaremos no capítulo seguinte; e b) a criança e sua resposta diante da experiência com a violência, conforme apresentaremos no capítulo 4 desta dissertação.

As narrativas foram extraídas de algumas fontes de natureza fílmica, sendo assim editadas, contextualizadas pelo olhar de um produtor, que não o pesquisador deste trabalho. Reconhecemos que toda edição efetuada na produção desses materiais se constitui como um enquadre ao real que a violência desvela, bem como consideramos que a utilização de fontes

que comportam uma natureza ficcional não é algo novo na psicanálise. Sempre houve uma aproximação da psicanálise com o campo ficcional, como encontramos nas muitas referências à arte, à literatura e ao teatro, no intuito de construir conceitos cruciais como, por exemplo, a pulsão, cuja natureza mítica oportuniza a compreensão da vida psíquica.

É, portanto, da apropriação do caráter ficcional dessas narrativas que conseguimos apreender algo do real, tendo em consideração que toda ficção se faz sobre o falso e o verdadeiro e “o real, que não é nem falso, nem verdadeiro, apenas é” (VIEIRA, 2008, p.71). Ademais, no inconsciente, a verdade, cuja natureza é ficcional, é sempre uma meia verdade, posto não haver contradição. Tendo isso em vista, faremos uso das narrativas encontradas nestes materiais.

2.1.3 Dar voz à criança: uma tarefa nada simples.

Acreditamos ser importante tratar brevemente, nesse ponto, sobre o percurso desta pesquisa no que diz respeito ao acesso ao material que sustenta todo o trabalho: as narrativas das crianças. Faz-se necessário destacar, por duas razões, a dificuldade que surgiu em nosso caminho como um grande obstáculo.

Inicialmente, nossa pesquisa envolvia a formação de grupos com crianças de idades diferentes com a finalidade de haver uma conversação e de escutá-las diretamente ao lhes apresentar a questão sobre como lidam com a violência. Contudo, no atual cenário da pandemia do COVID-19, os encontros presenciais se tornaram escassos, impossibilitando nossa proposta inicial. Buscamos, assim, materiais produzidos por terceiros, que contivessem os relatos das próprias crianças sobre suas experiências com a violência. Não sabíamos, mas, que, ao recorrer a esta alternativa, também nos depararíamos com dificuldades.

Numa busca na internet – entre *sites* de livros especializados, de organizações que prestam assistência à criança e de pesquisadores – encontramos poucos trabalhos, nos quais a criança fala por si. Talvez a escassez desse material ocorra em razão do modo como a criança é vista hoje no Brasil, ou seja, da atribuição do lugar de uma certa invisibilidade e de impotência em responder às questões que emergem no encontro com o social. Junte-se a isso, a posição ideológica, bastante enraizada no imaginário nacional, que sustenta a indiferença quanto às populações mais vulneráveis. Por esses dois aspectos, deduzimos que a criança que buscamos é, de muitas formas, invisível. Além disso, comumente, encontramos a designação, atribuída à criança, de pureza e inocência, que, segundo nossa compreensão, exerce a função de separá-la do lado cruel, violento e inominável que pode existir no laço social. Paradoxalmente, a

destituição do saber da criança a coloca numa posição completamente alienada – e porque não, vulnerável – ao saber de um Outro, que diz sobre ela.

Dar voz à criança é reconhecê-la na dimensão de sujeito – sujeito desejante, sujeito do inconsciente. É adentrar sua inventividade, mantendo-se, como pesquisador, aberto ao novo que é produzido por ela em suas narrativas. Ademais, somente como sujeito é que algum enfrentamento à violência será possível. Nosso intento é destacar a criança em sua narrativa em meio ao cenário tenebroso que a violência cria. Torna-se fácil perder-se da criança quando o estrondo da violência se apresenta tão assustador, remetendo-nos questões. Contudo, é a resposta da criança que nos interessa.

Dos poucos materiais encontrados, optamos por colher algumas narrativas das crianças presentes no documentário “Morri na Maré” (2014), sendo esta nossa principal fonte por conter inúmeros relatos gravados de crianças da comunidade. Contudo, também fizemos uso de outros relatos encontrados no documentário “Ônibus 174” (2002). Todos os relatos que encontramos e que interessavam a esta pesquisa foram transcritos pelo pesquisador, reunindo-os a outros, já transcritos, presentes na edição intitulada “Vozes” de 2009 da fundação humanitária Terre des Hommes Brasil.

O documentário “Morri na Maré” foi produzido por jornalistas franceses radicados no Brasil, Marie Naudascher e Patrick Vanier, em 2014, por meio da Agência Pública, e aborda a questão dos efeitos da violência sobre as crianças residentes na comunidade Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. As filmagens ocorreram após uma mega operação do batalhão de operações especiais da polícia militar (BOPE), ocorrida na comunidade no dia 25 de junho de 2013, que resultou na morte de 13 moradores e um sargento da polícia. Nesse documentário foram registrados depoimentos de inúmeras crianças, no intuito de compreender qual foi a percepção delas sobre os eventos violentos na comunidade.

Marie Naudascher, jornalista francesa que dirigiu o documentário, revela, numa página do *site* APública, que foi preciso primeiramente imergir, sem filmar, no cotidiano da comunidade, particularmente na escola onde ocorreu grande parte das filmagens, a fim de que as crianças pudessem se sentir mais tranquilas ao narrarem suas experiências. Porém, segundo a jornalista, a direção da escola tentou interferir nas respostas dadas pelas crianças, considerando que relatos sobre os tiroteios na comunidade dados para estrangeiros poderiam “trazer problemas” para elas (NAUDASCHER, 2014). Já que as crianças não iriam falar livremente dos tiroteios, foi proposto pela professora que as crianças desenhasssem aquilo que elas gostavam e não gostavam na comunidade. Mesmo sem palavras, os desenhos revelaram o convívio permanente com a violência como sendo a parte que elas “não gostavam” na

comunidade. Todavia, surgem nas filmagens, de modo espontâneo, inúmeros relatos sobre os medos, os anseios e o pensamento dessas crianças sobre o tema.

A segunda fonte que utilizamos foi o documentário “Ônibus 174”, dirigido por José Padilha em 2002, alcançando grande sucesso internacional por apresentar as muitas nuances dos eventos ocorridos em 12 de junho de 2000, também na cidade do Rio de Janeiro. O episódio em questão envolveu o sequestro de um ônibus do transporte público por um ex-presidiário e sobrevivente da conhecida chacina da Candelária, retratando ainda a ação controversa da polícia, cujo resultado foi a morte violenta de uma das reféns e do próprio sequestrador, Sandro Barbosa do Nascimento, após 4 horas de terror.

Esse documentário apresenta inúmeros depoimentos, inclusive de pessoas próximas do autor do sequestro, detalhando-nos aspectos importantes de infâncias que foram atravessadas por violências descomuns. Assim como o primeiro documentário, esse apresenta múltiplas respostas de crianças e adolescentes que, em algum momento ou por toda vida, precisaram lidar com a violência estrutural e seus derivados. Nesse segundo documentário, interessa-nos saber como a própria violência pode ser a saída encontrada pela criança, quando do encontro com o traumático.

A terceira fonte da qual lançamos mão é uma edição escrita de relatos de crianças e adolescentes compilados pela organização humanitária internacional *Terre des Hommes*, atuante no Brasil desde 1984 e cuja sede se encontra na cidade de Fortaleza. Essa organização atua em prol da preservação dos direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. O material foi publicado e disponibilizado para esta pesquisa diretamente pela organização, após uma entrevista conosco feita em maio de 2020 (não se encontra disponível na internet). Trata-se, como indicamos, de uma compilação da transcrição de inúmeras falas dos assistidos acerca das questões trabalhadas pelos técnicos durante os anos de 2008 e 2009, inclusive sobre a violência.

Foram ainda utilizadas duas outras fontes que contribuíram de modo pontual, trazendo algum esclarecimento à situação apresentada nas três fontes principais, a saber: a reportagem escrita pela jornalista Marie Naudascher sobre sua experiência na produção do documentário “Morri na Maré” e o depoimento dado, em um programa de televisão, por Jhonatas Santos de Castro e Vitória Bezerra dos Santos, jovens que viveram suas infâncias no Complexo da Maré, tendo sido assistidos por um conhecido projeto social local.

As fontes se conectam ao apresentarem a perspectiva infantil da criança e de outros que se defrontaram – e ainda se defrontam – com o inominável da violência, seja em suas moradias, seja nas ruas. Suas narrativas nos indicam quais saídas construíram e quais resultados

obtiveram, fazendo-nos, pela articulação entre a dimensão do social e do sujeito, encontrar a resposta de nossa questão de pesquisa.

Diante disso, torna-se também necessário adentrar o campo dos saberes sociais acerca da violência, utilizando-se de alguns autores que tratam do tema, contudo, sem perdermos a dimensão do sujeito na criança. Sendo uma pesquisa em psicanálise, priorizamos seu aspecto diferencial, a saber, o reconhecimento do inconsciente que move essas relações – do sujeito e do Outro – configurando, assim, tanto a criança, como suas relações com o mundo.

Além disso, é mediante aquilo que a psicanálise propõe acerca do inominável, dos restos produzidos na trama do sujeito com o social, que nos afastamos de qualquer proposta de um saber dado como completo sobre a temática. Interessa-nos a surpresa da inventividade dos arranjos que cada sujeito faz no encontro com o real e que lhe interroga sobre sua própria história. São nestes ditos, como os que iremos expor a seguir, que o sujeito, em sua natureza infantil, pode se apresentar, abrindo-nos um caminho possível na apreensão das resposta à nossa questão de pesquisa.

2.2 Por entre palavras, respostas: o infantil em questão

2.2.1 A criança não é o infantil

Conforme exposto anteriormente, muito tem sido produzido sobre os efeitos da violência sobre a criança, porém elaborado e dito por um outro, comumente aqueles que respondem juridicamente por elas. Muito dessa produção é formada pelos pareceres dos profissionais que se debruçaram na pesquisa desses efeitos na criança, o que certamente se constitui de grande valor tanto no campo da pesquisa, como no campo da assistência à criança. Contudo, faz-se necessário ouvir o que diz a criança nesse contexto, “extrair o sujeito para além da necessidade” como nos orienta Miller (2020). Compreendemos que, conforme ensina a psicanálise, essa escuta possibilita aceder ao saber da criança, o que equivale a adentrar a dimensão do infantil – palavra que atravessa toda teoria psicanalítica e que, como substantivo, refere-se ao substrato de todo ser falante.

Freud ([1887]/1996c) destacou, em uma de suas cartas a Fliess, que não acreditava mais na teoria do trauma sofrido por suas pacientes histéricas, fazendo assim uma elaboração importante em sua teoria: de que havia uma fantasia infantil no sofrimento adulto. Desse modo, ele estabeleceu que o infantil, longe de ser um adjetivo, era, em seu aspecto substantivo, uma

marca atemporal do próprio inconsciente, afastando-se dos aspectos cronológicos do desenvolvimento da criança.

Porém, foi num segundo momento de sua teoria, com o texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, que Freud ([1905]/1996d) estabeleceu a natureza da pulsão como essencialmente infantil, dando seu contorno na sexualidade, bem como nas formações do inconsciente. O infantil se encontra no caráter polimorfo da pulsão e, conseqüentemente, do desejo humano, tendo a criança como protótipo desse processo. Sendo assim, o inconsciente permanece, em sua natureza atemporal, infantil, e completamente independente do processo de maturação e desenvolvimento cronológico do corpo, conforme nos indica Freud ([1909]/1996e, p.181): “o inconsciente, expliquei, era o infantil; era aquela parte do eu (*self*) que ficara apartada dele na infância, que não participara dos estádios posteriores [...] e que, em conseqüência, se tornara reprimida”.

Consideramos que, ao estabelecer que o aparelho psíquico apresenta um modo de funcionamento para além do princípio do prazer, Freud ([1920]/1996f) nos indica que há uma face do infantil que, segundo a égide da pulsão de morte, apresenta-se em seu caráter mortífero de vazio e desamparo. Por esta razão, afirmamos que o trauma é, por excelência, o encontro com o infantil. Ainda que a articulação com o outro se dê em sua inscrição erótica, tendo o infantil orquestrado pelo princípio do prazer, algo dessa articulação dar-se-á na dimensão do traumático, cujos efeitos sobre a criança trataremos no capítulo seguinte.

Sendo assim, podemos encontrar o infantil nas narrativas de adolescentes ou de jovens adultos, quando frente à violência, vislumbram o trauma do desamparo, o vazio. Consideramos esses ditos importantes no intento que esta pesquisa apresenta, por serem, muitas vezes, a ocasião possível de escutar algo do infantil presente no adulto, cuja infância foi atravessada pela violência. Tais narrativas, devidamente identificadas, ainda que poucas, serão apresentadas em conjunto com as das crianças.

O aspecto traumático do infantil nos interessa por representar para a criança, além do aspecto que de si mesma não se desenvolve, também é um convite à criação. A criação se dá a partir daquilo que, do infantil, marca o sujeito, isto é, daquilo que “Lacan denominou fantasma fundamental, que é o que, da experiência infantil, persiste como marca no sujeito, ou seja, como matriz pelo resto da vida, por toda sua vida” (JERUSALINSKY, 2011, p. 33). Ademais, o sujeito poderá ocupar diferentes posições frente o Outro, o que, além de indicar a natureza da estrutura clínica que o sustenta – neurose, perversão ou psicose –, também organizará o tipo de resposta que será produzida no encontro com o real, como em acontecimentos violentos.

2.2.2 Os ditos e não-ditos nas narrativas sobre a violência

Considerando as informações acerca dos materiais apresentados acima, passaremos agora a conhecer o teor das narrativas que extraímos. Todas elas são de crianças que vivem em zonas de grande vulnerabilidade, marcadas por aquilo que temos nomeado de guerra urbana: tiroteios constantes, violência ilimitada, abandono do Estado. Junto aos ditos das crianças, incluímos outras narrativas de adolescentes ou jovens adultos, cujas infâncias foram marcadas pelos efeitos de suas experiências com a violência em seu entorno.

Muito cedo e de forma recorrente, as crianças já vão tomando consciência das contradições sociais em que se encontram. Elas fazem muitas referências à violência das ruas, da omissão do Estado, da ausência de justiça para aquela população e da ação da polícia. Chama atenção que, quando há alguma referência à ação das facções criminosas, costuma ser como um poder paralelo que assiste à população em suas reivindicações. Além disso, parece haver desesperança em relação ao país, em alguns relatos. Em outros, há um desejo por mudanças no sistema, particularmente no que se refere à violência.

O Brasil não é tão bom assim, falam que é cidade maravilhosa, mas nem parece, a gente não pode nem andar na rua. Lucas, 12 anos (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.31).

É ruim ser criança no Brasil porque não pode (sic) fazer nada, não posso sair porque tem tiroteios. Lucas, 12 anos. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p. 65).

Nesse dia que meu pai tomou o tiro, o pai da minha amiga morreu. Chegou do trabalho cinco e pouca da manhã, quer dizer, indo pro trabalho, então um polícia falou: ‘tá saindo de casa por que?’. Já num beco, já matou o cara no beco. Os polícia (sic) do BOPE. Nem perguntou nada, ele falou ‘sou trabalhador, não vou abrir minha porta’. Os policial (sic) arrombou, revis..., quer dizer, mataram primeiro pra depois perguntar alguma coisa. Primeiro eles mata (sic), depois pergunta. (...) Nada, o governo não fez nada. Cleiton, 15 anos. (MORRI, 2014, 4’34’’)

Se eu fosse presidente, eu ajudava os meninos de rua pra eles voltar (sic) pra casa. Eu queria ajudar os pobres, pra esses meninos ficar em casa. Pra parar de cheirar cola, roubar as pessoas. Eu queria parar, eu queria isso. Eu queria que não existia (sic) tráfico na rua. Queria que existisse paz. Derico, 12 anos (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.31).

Eu acho que a violência não poderia acontecer porque é errado. As pessoas acabam morrendo ou sendo esquartejadas, sendo assaltadas ou sequestradas. Por isso não deveria acontecer ou existir a “violência”. Nós ficamos com medo de sair na rua por causa de que nós ficamos com insegurança (sic). Karla, 13 anos (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.33).

Violência! Violência, eu mudaria isso no Brasil. Breno, 8 anos (FUNDAÇÃO TERRE

DES HOMMES, 2009, p.33).

Desigualdade, eu mudaria isso no Brasil. Karol, 11 anos (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.33).

A poluição, a violência e a discriminação e racismo. Porque, se tirar só a poluição, a violência continua e vai continuar um monte de gente morrendo. Lucas, 12 anos (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.33).

O medo é uma resposta bastante comum nos relatos dessas crianças, quando em referência à violência das ruas, causando inibição de ordens diversas: desde a redução das atividades fora das casas, como também a dificuldade de aprendizado, conforme relatado por professores (MORRI, 2014).

Eu tenho medo, quando eu tô (*sic*) saindo, às vezes eu não sei se tá (*sic*) acontecendo alguma coisa ... eu tomar um tiro. (MORRI, 2014, 5'40'')

Eu tenho medo quando fica dando tiro, aí não tem pra onde correr. (MORRI, 2014, 5'48'').

Eu tenho medo que aconteça alguma coisa com as criança (*sic*) que tá na rua...dando tiro. Só isso. (MORRI, 2014, 5'54'').

Eu tenho medo quando começa a dar tiro de madrugada, aí meu pai, ele chega de madrugada, aí tenho medo. (MORRI, 2014, 6'04'').

Eu tenho medo de sair pra rua e não voltar mais. Eu tenho medo disso. (MORRI, 2014, 6'10'').

Eu tenho medo de... tomar um tiro na rua, de surpresa. (MORRI, 2014, 6'17'').

Algumas vezes, diante da violência que surge nos ambientes familiares, algumas crianças decidem sair de suas casas, passando a viver nas ruas com outras crianças em situação semelhante. Contudo, também nas ruas, elas se defrontam com a violência exercida por outros, endereçando-as a um estado de completo abandono e desamparo. Tal estado produz uma compreensão da realidade que, segundo nos parece, aproxima-se a de um total desatamento dos laços sociais e das referências identitárias daqueles sujeitos. Não é incomum que, em associação a essas narrativas, encontremos a criança num estado de abandono, de dormência, de alteração cognitiva, produzido pela utilização de substâncias. Falam, algumas vezes, como se estivessem distantes daquela situação. Em outras, o sentimento de insegurança está presente, uma vez que não há onde se sinta segura, nem em casa.

Nós se preocupa (*sic*) todo dia...à noite. É muito estranha [a noite], as policia (*sic*) vem bater na gente do nada. (MORRI, 2014, 15'00").

Eu quero minha mãe e quero encontrar meu pai... verdadeiro. (MORRI, 2014, 15'35")

Pô, posso falar a minha vantagem, a minha felicidade, legal? Minha felicidade? Acho que não tem mais jeito de eu ser feliz mais não. Não tenho mais ninguém... Anônima, adolescente, (ÔNIBUS, 2002, 2'43").

A gente não é feliz em nenhum lugar, a gente não é seguro porque nem na própria casa da gente é seguro (*sic*) porque a gente tá na porta da casa vem um e mata a gente. Mariana, 13 anos. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p. 127).

Onde você se sente seguro? No céu. Com Deus. Luís Antônio, 8 anos. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.133).

No movimento dos moradores pelas ruas e becos das comunidades ou do centro da cidade, a experiência com a violência parece torná-la parte das narrativas dessas crianças, como um discurso naturalizado. São cenas nas quais a violência se apresenta em sua dimensão completamente brutal, impensável, em que ocorre um rompimento dos limites da lei civilizatória que organiza os laços sociais: são cenas nas quais alguém exerce seu domínio cruel sobre outro. Chama-nos atenção que essas cenas se incorporam no cotidiano mais banal dessas crianças, quando estão indo para a escola ou brincando em casa. Ocorrem em qualquer lugar, de modo inesperado, como numa zona de guerra.

Aí na hora que eu vi assim... tá, tá, tá, três tiro (*sic*)... aí bateu assim na cabeça do menino, parece que explodiu assim...estourou (MORRI, 2014, 8'03").

Meu tio também foi assassinado. Ele tava (*sic*) bebendo com outro homem, a minha tia chamou ele pra casa, mas ele não veio. Quando ele vinha pra casa, o homem que tava (*sic*) no bar deu uns tiros nele. A minha mãe viu, a minha tia, a gente tava (*sic*) brincando e corremos pra ver. Silvan, 13 anos (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.85).

Notamos que, muitas vezes, o resultado dessa naturalização é o uso da violência contra alguns agentes do Estado, em especial a polícia. Facilmente observamos que, em resposta à violência desses agentes, os entrevistados expressam seu ódio ou sua indignação de modo igualmente violento. Mesmo nas brincadeiras, reproduzem a cena em que executam algum policial, que, em muitos relatos, são referenciados como inimigos da comunidade. Num dos relatos, a criança brinca balbuciando uma espécie de música, na qual a palavra “moto” vai se transformando na palavra “monstro”. Seria esse o significante atribuído à figura do policial de

moto? Questionamos ainda acerca do caráter ideológico que esta naturalização indica: talvez como um movimento de reação, que assume conotações políticas, pela via da violência extrema e ilimitada – pelo terror – contra o lugar que a sociedade e o Estado endereçam essas populações.

Polícia, quando nós pega (*sic*), nós não vê não, nós degola, decapita, deixa eles fudido mesmo num latão de gasolina, óleo diesel, deixa fudido, vira cinza, tá entendendo? Pena? Pena? Se não dizer onde tá o ouro, o dinheiro e as pedra (*sic*) preciosa, eu jogo é álcool em cima. Não fala não pra ver se não incendeia... vira é tocha, pô. Tá brincando com nós (*sic*)? Lembra daquele assalto em Santa Tereza que os amigos tacaram gasolina e tacam álcool em cima da velhinha, mas aí rodaram? É só cria, é tudo cria comigo. Anônimo, adolescente. (ÔNIBUS, 2002, 47'20").

Eu já matei (...) três [policiais]. Ele queria me bater e eu dei um soco na cara dele, morreu. É tudo verdade. Menino, 5 anos. (MORRI, 2014, 12'43", grifo nosso).

...esses moto vai vir, esses monstro vai vir... esses monstro vem pra tomar soco na cara. (MORRI, 2014, 15'42").

Ué, sabe como eu me defendo? Usando violência. Se te batem, você bate. Se te derem um soco, você dá outro. Se te derem um empurrão, você dá outro. Se te derem um tiro, você dá outro. Se a justiça não resolver, a gente resolve. Jefferson, 17anos. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.85).

A polícia bate no menino, bate na cabeça. O bandido falou que, quando a polícia chegar, é pra eu avisar ele. Se não avisar, ele me esfolia. A polícia é pra proteger bandido. Matheus, 8 anos. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p. 83).

As facções criminosas aparecem, em geral, como uma espécie de poder paralelo, que julga as ações dos moradores por meio da violência dirigida a eles. Mas encontramos também situações nas quais a violência foi exercida contra a criança pelos pais ou um deles, ocasionando reações.

Quem faz esquece, mas quem apanha nunca esquece. O meu pai usava drogas e chegava em casa chapado e ia bater na mãe. Um dia eu fui lá e dei um tiro nele. Fui morar com minha mãe. Depois voltei a morar com ele, mas ele acabou matando todo mundo há dois anos. Mataram meu pai, porque ele devia a boca de fumo. O tráfico começou a me ameaçar e por isso tive que sair de lá. Agora morreu todo mundo, porque a vida dos caras é curta né. Jefferson, 17anos. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p. 97).

Papai e mamãe me meteram a porrada quando eu tava (*sic*) em casa. Eu roubava dinheiro no morro e o dinheiro era de um senhor que morava lá. Toda vez que ele recebia o pagamento dele, eu ia lá e roubava. Por causa disso, os bandidos deram um "pau" no meu pai, porque eu tinha apenas oito anos de idade. Aí eu tive que sair do morro e ir para vários abrigos. Fui até para o Programa Família Acolhedora, mas não deu certo e voltei para o abrigo. Hoje estou aqui. Valter, 14anos. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, pg.99).

No documentário “Ônibus 174” (2002), é possível recolher alguns ditos que consideramos importantes para a temática desta pesquisa. Conforme apresentado acima, o documentário trata dos eventos ocorridos no Rio de Janeiro, em junho de 2000, quando Sandro Barbosa do Nascimento sequestrou um ônibus do serviço de transporte urbano, mobilizando uma expressiva força policial e a atenção das redes de jornalismo e televisão. Todo drama envolvendo as pessoas sequestradas, o sequestrador e a polícia foi transmitido ao vivo para todo país, como uma espécie de *reality show* de horror.

A transmissão ao vivo daquelas imagens brutais e violentas davam audiência e visibilidade a algo que a sociedade brasileira historicamente negou, evitando se implicar. O furor da multidão, que assistia das ruas adjacentes, gritando “mata, mata, mata”, traduz não somente o sentimento que a mobilizava, mas o modo escolhido de tratar a questão. Ainda hoje, após décadas do ocorrido, ao assistir às cenas gravadas, percebe-se um tensionamento, para além do próprio sequestro, que o evento envolvia: de que vítima estamos tratando?

O documentário traça uma linha na história do protagonista Sandro, que une três momentos cruciais de sua vida: a violenta morte da mãe, a tentativa de extermínio na Candelária e o sequestro do ônibus 174. Sandro presenciou a morte brutal de sua mãe quando tinha 6 anos de idade. Ela foi esfaqueada em sua presença, vindo a morrer diante dos olhos da criança. A tia materna relata que o menino não expressou qualquer reação no momento ou após a morte da mãe, comportando-se de maneira habitual e silenciosa. No dia do velório, Sandro sai de casa e nunca mais retorna.

Ele passa a viver nas ruas desde então. Vive com outras crianças que igualmente deixaram suas famílias em situações que envolviam alguma violência. Elas, costumeiramente, circulavam pela região da igreja da Candelária no Rio de Janeiro. No grupo, o apelido do Sandro era Mancha, em referência a uma marca física que tinha no corpo. Não podemos deixar de notar o quanto o apelido, como um significante, endereça sua existência no tecido social como indeterminação, mancha, nódoa.

O Mancha veio pra rua ainda criança, cara, então, ele não teve tempo pra ter o amor de ninguém, entendeu? Então, a única coisa que ele aprendeu na rua foi sobreviver, mano. Foi o que nós todos aprendemos, sobreviver por si próprio, porque se eu for um menor de rua e ficar aqui sentado e não correr atrás, ninguém vai aparecer ali e dar uma comida... Adolescente anônima (ÔNIBUS, 2002, 3’15”).

Segundo um dos depoimentos em destaque no documentário, ao chegar nas ruas, a criança é inocente, não sabe roubar, não usa “cola” nem maconha, mas logo aprende: “vira adulto rápido” (ÔNIBUS, 2002, 8’12”). A urgência do presente se impõe sobre ela.

Em meio às outras crianças, Sandro permanecia reservado, introvertido e referia-se repetidamente à morte violenta de sua mãe. Apresentava dificuldade de aprendizagem, segundo relatam voluntários sociais da época. Não conheceu o pai. Sobreviveu ao massacre efetuado por policiais na Candelária, ocorrido em 1993, no qual 8 crianças do grupo de Sandro morreram e dezenas de outras ficaram feridas. A partir disso, passou a cometer delitos, sendo encaminhado inúmeras vezes ao sistema socioeducativo e, mais tarde, ao sistema prisional.

Da inexistência das ruas, Sandro ganha enorme visibilidade no episódio do ônibus 174. Dentro do veículo sequestrado, apontando uma arma para os passageiros, ele não demandava algo às autoridades, nem a qualquer pessoa, apenas gritava frases incompreensíveis, outras bem claras, solicitando a presença das equipes de televisão. Frases que soavam como um grito insistente vindo de seu lugar invisível, atirados na direção daquela sociedade que repetidamente ignorava-o, incapaz de lidar com as contradições do próprio sistema.

Da mesma forma que vocês são perversos, eu também não tô (*sic*) de bobeira não, tá ligado? (...) Sabe a Candelária? Mataram todo mundo na Candelária? Eu tava (*sic*) lá. (ÔNIBUS, 2002, 28'15").

Ô Brasil, pode me filmar legal, se liga só, eu tava (*sic*) na Candelária (...) então, não tenho nada a perder não. (ÔNIBUS, 2002, 35'57").

O desfecho do sequestro foi considerado um grande erro da ação policial, em que uma das reféns morre e o sequestrador é asfixiado no interior da viatura após ser capturado. Roubam-lhe o ar, mantendo, com seu silêncio de morte, um estado de coisas inalterado.

É importante destacar que, embora a violência marque profundamente a vida de muitas crianças no Brasil, não é adequado concluir que todas sofram as consequências do mesmo modo ou mesmo que todas apresentem a mesma interpretação dos eventos. Uma conclusão que não leve em conta a variedade de respostas possíveis, certamente, consistiria na estigmatização dessas comunidades e das crianças que residem ali. Medo, inibição, sofrimento psíquico, angústia e silêncio são algumas dessas respostas que encontramos nesses relatos e histórias, mas há outras.

Há respostas que indicam superação, como um salto, dos obstáculos impostos pela violência, como é possível constatar no relato de uma jovem que viveu sua infância no Complexo da Maré. Na ocasião do depoimento, ela residia num bairro de classe média na cidade do Rio de Janeiro e, lembrando dos tiroteios que a obrigavam a se proteger e se esconder, ela se refere à comunidade como seu refúgio, local que retorna sempre que se sente desamparada:

“Aqui é um refúgio, quando está tudo de cabeça para baixo, aqui, neste calor, eu me sinto segura. Aqui sou eu” (NAUDASCHER, 2014).

Um outro exemplo encontramos em um programa de televisão. Jhonatas Santos de Castro, um jovem que viveu sua infância na Maré e presenciou, aos 7 anos, o assassinato do pai, diz de sua perspectiva sobre os rumos que sua vida tomou a partir de então:

Eu não me vitimizo. Eu não aprendi no Uerê² a me vitimizar, e... ‘ah, eu nasci pobre, tive esse problema, eu vou morrer’. Não. Entendeu? (...) por mais que dificuldade aconteça e outras crianças assim como eu passaram por lá [pelo projeto Uerê] com alguns problemas, a gente consegue enxergar no Uerê, na metodologia, no projeto e nas oportunidades que nós temos um caminho diferente e vamos trilhar nossa história e redesenhar se precisar. (YVONNE, 2018, 5’10”, grifo nosso).

Como se pode notar, as respostas são variadas e indicam o modo como cada um lançou mão dos recursos simbólicos de que dispunha para tratar com o real, aquilo que é da ordem do trauma presente na cena da violência. Compreendemos que a maior parte das narrativas tentam, pela via do simbólico, trazer algum sentido à experiência com a violência; tentativa que sempre manterá uma parte da experiência ausente de significação.

Como já exposto, esse tratamento pela via do simbólico implica um posicionamento do sujeito diante do Outro, revelando algo da estrutura. Porém, como indica Lacan (2003, p.554) “o que decorre da mesma estrutura não tem forçosamente o mesmo sentido”. E acrescenta: “É por isso que só existe análise do particular: não é de um sentido único, em absoluto, que provém uma mesma estrutura, sobretudo não quando ela atinge o discurso”. Sendo assim, é do discurso, como produção particular do sujeito frente ao Outro, que surgem as narrativas, atentando-se ainda que “é por escapar [...] que um discurso adquire seu sentido, ou seja, pelo fato de seus efeitos serem impossíveis de calcular” (LACAN, 2003, p.550). As narrativas não se equivalem aos discursos, mas dão suporte ao discurso do sujeito, àquilo que escapa ao sentido.

Lacan chama atenção para a imprevisibilidade do trabalho inconsciente, operado na singularidade de cada sujeito, indicando-nos o lugar onde devemos procurar a resposta da criança – naquilo que, escapando do discurso, revela de cada sujeito. E acrescenta: “O que não se pode escrever do trabalho do inconsciente? É aí que se revela uma estrutura de fato pertinente à linguagem” (LACAN, 2003, p.556). Portanto, é na consideração daquilo que não se escreve, mas que revela uma estrutura – estrutura linguageira – que adentramos nesse universo de ditos

² O projeto Uerê é uma organização não-governamental com sede no Rio de Janeiro e que atua no complexo da Maré de 1998, tendo mais de 130 mil crianças atendidas com educação instrução de qualidade ao longo dos anos. Sob a coordenação de Yvonne Bezerra de Melo, o projeto é hoje reconhecido internacionalmente na assistência às crianças traumatizadas pela violência (PROJETO, 2019).

e enunciações que marcam a vida dessas crianças. Ao mesmo tempo em que o que dizem pode esconder, também revela algo dessa estrutura em que o sujeito se apoia, dando-nos sua interpretação do mundo.

2.3 A criança, intérprete do social: infâncias atravessadas pela violência.

A psicanálise indica que a existência do sujeito – forjado na ordem simbólica, portanto, no campo da linguagem – torna-se possível devido à ordem social, sem a qual ele não existiria. Ordem social que é constituída daquilo que é do campo do Outro, da cultura. Assim, o sujeito e o discurso que produz se encontram, diretamente, em resposta ao campo do Outro naquilo que denominamos de laço social. Laço de linguagem de onde se fundam os discursos, tal como nos indica Lacan (1992) no seminário 17.

Por essa razão, uma vez que o sujeito responde com seu discurso ao modo como o laço social se constituiu, questionamo-nos sobre o que poderia haver na ordem social que, ao incidir sobre o sujeito, engendra certas respostas. Considerando aquilo que, das narrativas, revela o modo como o laço social foi construído, o que vem do sujeito que justificaria seu medo, sua violência, seu silenciamento ou seu desatamento? Adentrar nessa questão significa avançar na tessitura de um saber que se articula nos dois campos: a criança e a violência a qual testemunha. Violência que se apresenta para além dos atos violentos, mas que se produz no funcionamento do próprio sistema social onde a criança está. Por isso, consideramos que pensar a criança sem adentrar à sua dimensão como ser histórico, político e social é reduzir a complexidade do laço social, bem como desconsiderar a dimensão daquilo que o sujeito captura ou não da experiência com a violência, que se dá sempre atrelada a esses fatores. A criança não vive alheia ao que se encontra em seu redor, tendo neste tempo de violências desveladas, a experiência da partilha do universo adulto, o qual lhe apresenta, sem enigma, o lado mais cruel de um Outro. Certamente, não sem efeitos.

Ainda que a psicanálise não trate a violência como um conceito psicanalítico propriamente, a aproximação se dá, a princípio, pela teorização freudiana do conceito de pulsão de morte e, mais tarde, por intermédio do conceito lacaniano de gozo. É por esta via que iremos avançar, ao longo do texto a seguir, mas sobretudo compreendendo que a violência sistêmica institui lugares ao sujeito, fixando-o, muitas vezes, num circuito mortífero de gozo.

2.3.1 Quando o excesso chega à criança em forma de violência.

A hipermodernidade apresenta um aspecto da violência que comumente não é objeto de atenção: há um gozo envolvido. Gozo que decorre da posição que o sujeito, na hipermodernidade, ocupa perante o Outro. Consideramos que este aspecto é de grande importância, a fim de evitarmos uma posição simplista, localizando a causa da violência, em sua dimensão de ato tão somente, em fatores como a pobreza, o desemprego ou o subemprego, situações violentas nas famílias, dentre outras. O que presenciamos em nossas cidades, no Brasil e no mundo, é a explosão de uma violência aparentemente sem sentido, que choca por não apresentar, explicitamente, razões plausíveis para seu desencadeamento.

Segundo Lipovetsky (2004), a hipermodernidade é o momento histórico no qual a modernidade é consumada e na qual se testemunha uma escalada aos extremos, excessos, que alteram o modo de construção do laço social, que passa a ser consolidado na base da totalidade do conjunto dos indivíduos, “sem mais nada que legitime uma qualquer subtração de gozo em proveito do coletivo” (LEBRUN, 2008, p.39).

Encontramos um exemplo disso no caso do Sandro do Nascimento, exposto acima. Dentro do ônibus, na posição de quem domina a situação e goza de sua imagem capturada pelas emissoras de televisão, repete por várias vezes o drama do massacre da Candelária, de onde escapou. Interrogamo-nos sobre do que, de fato, escapou e o que atormentou o menino? O dito gritado, em audiência nacional – diante do olhar do Outro – estaria indicando o ponto de fixação na perda sofrida: “não tenho nada/ perder não” e ao mesmo tempo a ficção de que, assumindo a posição de dominador, nada mais poderia ser perdido?

Ô Brasil, pode me filmar legal, se liga só, eu tava na Candelária (...) então, **não tenho nada a perder não.** (ÔNIBUS, 2002, 35’57”, grifo nosso).

Parece-nos que o dito do Sandro reproduz, em certa medida, o parâmetro de uma atualidade fundada no intento de excluir a castração e, conseqüentemente, marcada pela proximidade do gozo Um, deixando sobre cada sujeito a responsabilidade de estabelecer o laço social a partir de si mesmo. Como indica Miller (2014, sp) em sua conferência em Paris em 2014, acerca do gozo que regula a economia psíquica na atualidade: “um gozo destinado a se fartar sob o modo do mais-gozar, modo transgressivo em relação à regulação homeostática e precária em sua realização silenciosa e solitária”, conforme encontramos nas palavras do Jefferson, ao anunciar sua própria lei, desatada do coletivo:

Ué, sabe como eu me defendo? Usando violência. Se te batem, você bate. Se te derem um soco, você dá outro. Se te derem um empurrão, você dá outro. Se te derem um tiro, você dá outro. Se a justiça não resolver, a gente resolve. Jefferson, 17anos. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.85).

Como vemos, alguns desses ditos coloca-nos perante uma cultura de excesso, o chamado ao ilimitado do gozo e sujeitos à deriva, o que parece ser o desdobramento daquilo que Lacan ([1938]/2003a) denomina como o declínio social da imago paterna em seu texto “Os complexos familiares na formação do indivíduo” e que se aproxima das reflexões mais recentes feitas por Jean-Pierre Lebrun (2008), quando referencia a atualidade como tempo resultante da exclusão do transcendente, e por Dany-Robert Dufour (2005), em sua referência ao declínio do terceiro.

O excesso, que já caracterizava o mercado do consumo na modernidade, ganha o prefixo hiper, sem limites, aumentando a desigualdade e a exclusão. A escassez dos recursos das comunidades onde essas crianças vivem denuncia um Estado que, segundo nos parece, goza da condição dessas populações. Em muitos casos, este tensionamento entre a escassez e o excesso ocasiona uma ruptura do laço social preconizada na ausência do Outro, afinal, “ninguém vai aparecer”:

Então, a única coisa que ele aprendeu na rua foi sobreviver, mano. Foi o que nós todos aprendemos, sobreviver por si próprio, porque se eu for um menor de rua e ficar aqui sentado e não correr atrás, **ninguém vai aparecer ali e dar uma comida...** (ÔNIBUS, 2002, 3’15”, grifo nosso).

A escassez evoca o excesso. Excesso que surge no estabelecimento de uma lei própria, balizada na ausência de um Outro que veicule algo da lei paterna, como nos ensina a psicanálise. Logo, declinado o significante da lei, o Nome do pai, o sujeito fica à deriva de seu próprio gozo: “se te derem um tiro, você dá outro. Se a justiça não resolver, a gente resolve” (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.85).

Uma outra situação decorrente do excesso presente na hipermodernidade é a da exposição e da vigilância hoje: se, por um lado, encontra-se a megaexposição dos corpos nas telas; por outro, há a hipervigilância das milhares de câmeras espalhadas pelas cidades, que vigiam os passos de todos. Afinal, os novos sujeitos hipermodernos precisam se vigiar mutuamente, uma vez que o que está em questão é a própria condição de existir no novo modelo de laço social: a existência de cada um depende de se estar conectado ao outro (LEBRUN, 2008).

Este mundo sem limites oportuniza a irrupção de passagens ao ato, violências dirigidas ao outro, tornando cada indivíduo potencialmente perigoso, agente da violência (DUFOUR, 2005). Nesse contexto, parece-nos que a violência se apresenta como uma resposta urgente para uma causa urgente do sujeito:

O meu pai usava drogas e chegava em casa chapado e ia bater na mãe. Um dia eu fui lá e dei um tiro nele. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p. 97).

Pena? Pena? Se não dizer onde tá o ouro, o dinheiro e as pedra (*sic*) preciosa, eu jogo é álcool em cima. Não fala não pra ver se não incendeia... vira é tocha, pô. Tá brincando com nós (*sic*)? (ÔNIBUS, 2002, 47'20").

Dada a possibilidade de o outro se tornar um agente de violência, o medo do outro se intensifica e se generaliza no tecido social. Segundo Zizek (2014), o medo tem sido um meio político de mobilizar multidões de pessoas assustadas, como se vê no crescente apelo por tolerância, que parece revelar em sua base o medo de que o outro seja excessivamente impertinente, intrusivo. Medo do que o outro poderá lhe causar na economia do gozo, isto é, protege-se do risco de qualquer subtração de gozo (LEBRUN, 2008).

O medo, segundo nos parece, é um dos primeiros efeitos diretos da violência, ocasionando todo tipo de comportamento nas crianças, as quais, assustadas, vivem na expectativa de que algo lhes aconteça a qualquer momento:

Eu tenho medo, quando eu tô (*sic*) saindo, às vezes eu não sei se tá (*sic*) acontecendo alguma coisa ... eu tomar um tiro. (MORRI, 2014, 5'40").

Eu tenho medo de... tomar um tiro na rua, de surpresa. (MORRI, 2014, 6'17").

Obviamente que a política do medo é uma política de controle, que segue a lógica da governamentalidade, conforme pensada por Michel Foucault (2008). Este controle acaba sendo exercido sobre a população em geral, ao se endereçar às periferias a ideia de periculosidade, afastando-as da cidade, tornando-as campos de segregação. Ao mesmo tempo, dentro dessas comunidades, o medo reforça o isolamento, já que as pessoas têm receio de transitar pelas ruas, posto que, segundo compreendemos, são tidas, em muitos casos, como zonas sem lei, onde primeiro se atira, para depois se averiguar.

Nesse dia que meu pai tomou o tiro, o pai da minha amiga morreu. Chegou do trabalho cinco e pouca da manhã, quer dizer, indo pro trabalho, então um polícia falou: 'tá saindo de casa por que?'. Já num beco, já matou o cara no beco. Os polícia (*sic*) do BOPE. Nem perguntou nada, ele falou 'sou trabalhador, não vou abrir minha porta'.

Os policial (*sic*) arrombou, revis..., quer dizer, **mataram primeiro pra depois perguntar alguma coisa. Primeiro eles mata (*sic*), depois pergunta. (...)** Nada, o governo não fez nada. Cleiton, 15 anos. (MORRI, 2014, 4'34", grifo nosso).

Há um fundamento importante que sustenta todo este sistema: a economia. Referimo-nos ao hipercapitalismo hiperindividualista que estabelece o controle pela lógica do mercado “com a internalização do *homo oeconomicus* que persegue a maximização de seus ganhos na maioria das esferas da vida [...], mas também com a desestruturação de antigas formas de regulação social dos comportamentos” (LIPOVESTSKY, 2004, p.56).

A ideia de maximizar os ganhos encontra lugar nesse novo momento, no qual o prefixo hiper se configura como meio de tratar a questão do declínio do Nome-do-Pai na cultura e seus desdobramentos, chegando à hipermodernidade como a negação do próprio vazio: suspendem-se os limites, exclui-se o lócus da castração, o lugar da lei de onde o sujeito poderia advir e adentra-se a um tipo de existência regulado pela lei do mercado, na lógica do neoliberalismo.

Nesse sistema, a pessoa é tratada em sua individualidade, contudo sem tomá-la em sua totalidade subjetiva ou antropológica, mas importando de que forma seu comportamento traz alguma implicação à economia da sociedade. O mercado se generaliza a âmbitos que não envolvem diretamente a moeda. Foucault (2008) aponta duas consequências diretas dessa tendência: o modo de compreender e interpretar as relações sociais e os comportamentos individuais terão como fundamento os efeitos de existência regidos pelo mercado e as ações governamentais serão testadas e julgadas a partir disso.

Vale ressaltar que a autonomia dada ao mercado se constitui no fundamento de um sistema que se autorregula, não havendo a necessidade de uma autoridade que regule a sociedade. Por esta razão, concordamos com Lebrun (2008) quando defende que o modelo capitalista neoliberal consoma a transição da heteronomia moderna, cujo lugar vazio poderia agora ser ocupado por qualquer indivíduo, uma vez que, sem essa alteridade, todos se tornam desobrigados de qualquer dívida para com o Outro. De fato, nesse sistema o Outro parece ter se tornado desnecessário, ao menos que se intente reinventá-lo a partir de novas premissas.

Como Dufour (2005) ressalta e concordamos, uma oferta assim só poderá ser efetivada em seus efeitos se houver uma confluência entre duas economias: a de mercado e a pulsional. Nesse sistema, o que vale é a intenção de se produzir e ofertar todo e qualquer objeto que realize todo desejo humano aqui e agora. Tais objetos ofertados, seguindo as exigências do mercado globalizado, visam sustentar a ilusão de completude de maneira uniforme, homogeneizando os modos de gozar (RAMÍREZ, 2017). Ademais, compreendemos que a impossibilidade dos objetos ofertados cumprirem a proposta a que foram destinados só alimenta o ciclo interminável

de uma demanda que se faz, vez após vez, sempre na crença de que o próximo objeto será o definitivo. Seguimos Lebrun (2008) quando destaca que se trata de um sistema que cria a ilusão de que o vazio, de onde se operaria o desejo, foi definitivamente eliminado.

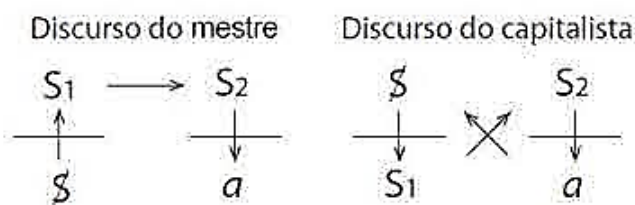
Compreendemos que, no ciclo interminável da oferta dos objetos, uma parcela da população mais vulnerável economicamente permanecerá excluída, já que não possui as prerrogativas que atraiam o interesse do sistema – não possui o poder de consumo. Isto, por sua vez, delimita os limites da segregação, tornando-a como um resto, um produto final do sistema. Ademais, não é possível separar esse endereçamento do sofrimento que lhe decorre e que marca a vida dessas crianças:

Se eu fosse presidente, eu ajudava os meninos de rua pra eles voltar (*sic*) pra casa. Eu queria ajudar os pobres, pra esses meninos ficar em casa. Pra parar de cheirar cola, roubar as pessoas. Eu queria parar, eu queria isso. Eu queria que não existia (*sic*) tráfico na rua. Queria que existisse paz. Derico, 12 anos (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.31).

Desigualdade, eu mudaria isso no Brasil. Karol, 11 anos (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.33).

Quando Lacan propôs a existência do discurso capitalista, certamente tinha em mente o modo peculiar de os sujeitos constituírem o laço social no sistema capitalista. Ele se refere a este novo tipo de vínculo como uma “mutação capital [...] que confere ao Discurso do Mestre seu estilo capitalista” (LACAN, 1992, p. 160). Uma pequena inversão entre o significante e o sujeito no matema do discurso do Mestre dá a estrutura do discurso capitalista (figura 1), no qual os objetos mais-de-gozar se localizam no lugar da produção, ficando o sujeito completamente à mercê dos objetos.

Figura 1 – O discurso do Mestre e o discurso capitalista



Fonte: (BADIN, MARTINHO, 2018. p.148)

Além disso, como sugere Dufour (2005), parece-nos que o mercado hipermoderno faz semblante da encarnação de uma nova modalidade de Outro, enquadrando assim cada indivíduo num tipo de servidão voluntária. A isso referenciamos o filósofo La Boétie (citado por

LEBRUN, 2008) quando elucidava que a servidão voluntária, primeiramente, se dá em decorrência da inscrição em cada indivíduo da marca indelével da dependência do Outro, não importando quem corporifique nesse lugar.

Acrescente-se a isso que o discurso do capital, tendo como aliado o discurso da ciência, igualmente reitera a mutação sofrida no laço social, uma vez que exclui o sujeito dessa operação, negando o lugar da falta por meio de certezas que prometem trazer todas as respostas, declinando o desejo (LEBRUN, 2008). Na vitrine dos objetos de gozo, um após o outro, revela-se a lógica por detrás do sistema: consumir-se, consumir-se, aniquilar-se. Como nos diz Lacan ([1972]/2015), o sujeito é consumido por aquilo que consome.

Além disso, há uma relação entre consumo e segregação. Na lógica do sistema capitalista, encontramos o sujeito que é consumido, por um lado, no apelo ao consumo dos objetos como condição de existência – como se diz; “consumo, logo existo”; por outro lado, ser posto de lado, segregado por não ter o poder econômico para consumir. Sabemos que esta segregação assume, por consequência, o estatuto de marginalização, como no caso do Sandro, mencionado acima. O Mancha viveu mantido no anonimato, na invisibilidade da segregação, assim como inúmeros outros que nos lembram que, do lugar da exclusão social, o sujeito também é consumido, apagado, restando-lhes, muitas vezes, a passagem ao ato quando protagonizam a violência que os atravessa. Ficam, assim, representados na sociedade não como sujeitos, mas como manchas, o produto final da desigualdade.

Vale considerar aqui que, quando o Estado – e mesmo a sociedade – se apresenta como um Outro absoluto e detentor do gozo, como no mito freudiano em Totem e Tabu, efeitos também se produzem sobre a criança. Referimo-nos ao modo como essa criança, que vive em zonas da guerra urbana no Brasil, poderá se localizar, como sujeito ou não, em meio ao abandono do Estado, à lógica da espoliação neoliberal e à segregação.

2.3.2 A criança na zona de guerra brasileira: violência e estado de exceção.

É necessário compreender com maior precisão o que temos nomeado de zonas de guerra urbana. Reconhecemos que a violência no Brasil se manifesta em inúmeros contextos distintos, não se restringindo a uma classe social ou mesmo a uma área específica das cidades, ainda que as vítimas, segundo já exposto, em sua maioria sejam jovens negros e pobres, moradores de favelas. Sendo assim, o que são e onde se localizam essas zonas? Bem, a resposta a esta questão se encontra diretamente relacionada ao conceito de violência, ou seja, sobre qual violência nos

referimos e como ela possibilita a demarcação de uma área, caracterizando-a como uma zona de guerra, ainda que não seja no formato convencional dos conflitos bélicos que conhecemos.

Sabe-se que a violência não é um fenômeno que ocorre de modo uniforme ou que possa ser atribuído direta ou restritamente a um único fator. Ao contrário disso, a violência “é polifórmica, multifacetada, encontrando-se diluída na sociedade sob o signo das mais diversas manifestações, que se interligam, interagem, (re)alimentam-se e se fortalecem” (CRUZ NETO; MOREIRA, 1999, p.33). Não é algo externo à sociedade, mas é uma produção social que responde à forma como os laços são construídos.

Devido a seu caráter polifórmico, pode ser uma tarefa árdua definir e caracterizar a violência, já que testemunhamos as violências – o termo no plural – em suas múltiplas faces, que podem ir da ação estrondosa àquela coberta de silêncio, da face mais horrenda dos crimes de ódio até a fabricação da paz. Contudo, como será exposto a seguir, a conceituação da violência refere-se a um processo complexo que interliga fatores sociais, culturais, econômicos, políticos e históricos. Daí, sua natureza polifórmica.

A brasileira Marilena Chauí, que sempre considerou a temática da violência em sua produção intelectual, compreende que a violência carrega consigo a ideia de uma força que atua contra a natureza, a vontade e a liberdade de um outro, assumindo a forma de desnaturalização, coação, constrangimento, brutalização, violação, tortura e transgressão de direitos (CHAUÍ, 1999). Por sua vez, segundo Hanna Arendt (1994), a violência é naturalmente instrumental, necessitando de justificar-se para sua finalidade e não sendo a essência de nada. Isso a difere do poder, que não precisa de justificativa, constituindo-se um fim em si mesmo quando se reveste de legitimidade, ainda que este possa operar nas “relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror” (CHAUÍ, 1999, sp).

Pensando no caráter cruel que essas relações podem assumir, Derrida (2001) defende que, como detentor da força, o Estado é o instrumento direto ou indireto do exercício da crueldade. Por sua vez, para Arendt (1994), não é o poder que gera a violência, mas esta se apresenta quando o poder é ameaçado, conforme parece ilustrar a natureza dos conflitos armados nas periferias brasileiras. Desse modo, questionamo-nos se o exercício do poder, ainda que legitimado pelas leis – como ocorre em muitas situações, mas particularmente nos governos do chamado terceiro mundo –, poderia ser violento ao não garantir os direitos fundamentais de suas populações. Não há ataques diretos ao povo nesses casos, mas também não há proteção social e garantias. Disso depreendemos, em concordância com Silvia Ons (2008), que todo poder exercido sem ética é um poder sem legitimidade, ocasionando a ascensão da violência como força mediadora das relações.

Pensar a violência sempre envolverá a dimensão da relação intersubjetiva: algo presente no modo de se constituir o laço social. Aspecto que, por sua vez, caracteriza a violência como sistêmica, isto é, referente aos processos sociais, econômicos e políticos, que tem sua origem no próprio sistema e incide sobre ele, causando instabilidades e mudanças significativas tanto no âmbito social quanto no subjetivo. Essa incidência será sempre perturbadora e desagregadora, ainda que esteja velada de alguma forma. Ademais, a violência sistêmica afeta, de forma mais contundente, certa parcela da população, ainda que toda a sociedade esteja a ela implicada.

Considerando essa questão, Zizek (2014) elucida que a violência sistêmica se caracteriza não somente por seu caráter grupal, quando emerge no coletivo, mas também pela parcela de gozo envolvido no sistema que exclui e segrega; gozo que emerge da posição dada ao sujeito pelo próprio sistema. Por isso, Zizek (2014) argumenta que a violência sistêmica é que molda o pensamento nos ditames do capitalismo e, ao mesmo tempo, se deriva dele.

Comumente, a violência sistêmica se mantém ocultada diante do estrondo dos atos horrendos que a materializa. À guisa de exemplo, o noticiário de um crime violento pode facilmente arregimentar uma forte comoção nacional, ocasionando movimentos nas ruas do país e nas redes sociais sem a devida crítica daquilo que o ato denuncia acerca do sistema. Nesses termos, a violência passa a ser tratada como ação pontual, que ocorre esporadicamente, ou como uma espécie de epidemia social em certas áreas do país e do mundo e que seria produzida por fatores bem determinados, que ganham justificativas no modelo do inimigo comum – inimigo que deve ser eliminado em prol da paz nacional, como nos diz Agamben (2004), a respeito do que ocorre nos estados de exceção.

A partir disso, seguindo a conceituação elaborada pelo filósofo Giorgio Agamben (2004), nomeamos de zonas de guerra aquelas nas quais a exceção abre espaços de recrutamento da vida humana que, como um campo, legitimam a própria exceção: a suspensão dos direitos, quando a exceção se torna a regra. São campos abertos a todo tipo de violação, que aliciam ações violentas de todo lugar, que anunciam a guerra travada entre as partes afetadas.

Engana-se quem imagina que uma zona de guerra constituída nos termos de um campo de exceção é ocorrência apenas em regimes reconhecidamente totalitários. No caso brasileiro, essas zonas assumem um contorno bem definido nas periferias e comunidades vulneráveis socialmente, cuja população é constituída em sua maioria por negros e pobres. Como nos diz o professor Daniel Arruda Nascimento (2016), estudioso do estado de exceção relacionado à história brasileira, a identificação desses campos na atualidade é tarefa substancial ao pensador da cultura. Ademais, os campos onde se operam a exceção se sustentam a partir da naturalização

de certas narrativas, que atribuem a um inimigo comum a responsabilidade pelos desajustes na sociedade. Nestes casos, acredita-se que a violência é operada sobremaneira por esses indivíduos negros, pobres e residentes das periferias, o que provoca um efeito de deslocamento da causa do fenômeno: do sistema para focos particulares, em que a violência habitaria e operaria cabalmente.

Por esta razão, compreendemos que essas zonas de guerra são espaços de contradição, onde a contradição é sempre o outro: um outro maldito. Nesses campos, a exceção se torna notória na suspensão dos direitos, no controle que visa manter a guerra mais circunscrita à área segregada, tendo no exercício da violência seu meio de manutenção. Não são incomuns reações dessas populações a esse endereçamento, ditos pelas próprias crianças: “Quem faz esquece, mas quem apanha nunca esquece”. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p. 97), “Nós se preocupa (*sic*) todo dia...à noite. É muito estranha [a noite], as policia (*sic*) vem bater na gente do nada”. (MORRI, 2014, 15’00”).

Vale ressaltar que, ao circunscrever as zonas de guerra às periferias pobres de nossas cidades, o sistema deixa incólume a debilidade das instituições sociopolíticas, que não aparece como causa dos desajustes sociais, mas sim como operadora permanente no combate à violência, criando um discurso que se retroalimenta, mantendo um estado de coisas. Zizek (2014), contudo, chama atenção para o caráter anônimo da violência presente no sistema capitalista neoliberal. Não há alguém a quem se dirigir, é o que nos dizem: “primeiro eles mata (*sic*), depois pergunta. (...) Nada, o governo não fez nada”. (MORRI, 2014, 4’34’’). Ao mesmo tempo em que o neoliberalismo cria uma atmosfera de abandono nessas zonas, encontramos a veiculação da violência sem destinação precisa, como no caso do ônibus 174, quando o sequestro se apresenta sem qualquer demanda de resgate ou ideais.

Um estado de exceção ocorre paralelamente à biopolítica, sendo esta a “política na qual o cálculo sobre a vida humana está sempre enredado no exercício do poder estatal e paraestatal” (NASCIMENTO, 2016, p.20). Segundo Nascimento, essa política de exceção esteve presente nos processos políticos e jurídicos desde sempre no Brasil, desde o Período Colonial com a escravidão negra, não tendo que ser instalada a partir de um ato nomeado, mas podendo existir ainda que sem a nomeação de um “estado de exceção”. Não somente no tempo passado, mas ainda hoje, essa política de exceção opera uma redução dos humanos à “vida nua”, ao *Homo sacer*³, “aquele ser chamado de sagrado que é objeto de um conhecimento tutelar especializado, mas que é excluído de todos os direitos” (ZIZEK, 2014, p.46).

³ Expressão de origem latina que se refere a “uma figura do direito romano arcaico na qual o caráter da sacralidade liga-se pela primeira vez a uma vida humana como tal” (AGAMBEN, 2002, p.77).

Observamos no dito da Mariana, de 13 anos, que, na zona da guerra urbana brasileira, a criança vê sua infância ser atravessada e marcada pela dinâmica social, econômica e política de um sistema, no qual, para esta criança, não há felicidade, nem segurança, nem paz. Infância de medo e tormento:

A gente não é feliz em nenhum lugar, a gente não é seguro porque nem na própria casa da gente é seguro (*sic*) porque a gente tá na porta da casa vem um e mata a gente. Mariana, 13 anos. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p. 127).

Um outro exemplo vem do Luís Antônio, de 8 anos, cuja infância é interpretada por ele de um modo peculiar. Ao ser perguntado onde se sente seguro, ele responde: “no céu, com Deus” (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.133).

Portanto, as zonas de guerra, como zonas de exceção e exclusão, são constituídas por um sistema que demarca a condição dos que nela vivem: imposição dos efeitos da desigualdade, controle social como estratégia de mercado e violência como expressão cruel das contradições sociais e que perturba o silêncio de um povo que se reconhece como pacífico. Consideramos que este último aspecto – a imagem nacional da paz – torna a nomeação das periferias, como zonas de guerra, impactante. Parece-nos que o impacto se dá quando tal nomeação denuncia a política de um país que insiste em negar suas debilidades, mas que as produz ao longo de seu processo histórico, o qual se escreveu desde o início com as tintas da dominação, espoliação e segregação de uma parcela de sua gente.

Conforme mencionado acima, é o modo de se fazer política no Brasil que presentificou a violência sistêmica em solo nacional e, ao mesmo tempo, tornou possível a sua assimilação por parte da sociedade, explicitada numa postura de indiferença e aceitação. Como sabemos, a política de exceção já existia no Brasil Colonial ao vincular à escravidão do negro africano a uma necessidade do sistema capitalista emergente. Junto a isso, destacamos que a aceitação e a indiferença da sociedade brasileira quanto à questão da escravidão prosseguiu após a Lei Áurea, quando os escravos – então livres – permaneceram abandonados pelo Estado, nas ruas brasileiras, sendo-lhes endereçada a periferia como zona possível de existência. Desta vida marginal, emergiram inúmeras representações ao longo dos anos, que retratam hoje a segregação e os efeitos que incidem sobremaneira na população negra.

Nesse contexto, Mbembe (2018) compreende que a violência sistêmica assume a forma de necropolítica originalmente na experiência da Colônia, onde figurava uma sociedade amparada numa organização jurídica e social: “o direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra nas colônias”. (MBEMBE, 2018, p.36). Assim, o Estado, encarnando a

soberania, bem como um ideal de moralidade e ordem racional, exercia um tipo de poder ilimitado dentro das fronteiras de seu território, “(...) um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*⁴) e no qual a ‘paz’ tende a assumir o rosto de uma ‘guerra sem fim’”. (MBEMBE, 2018, p.33). Ao Estado se atribuía o poder de fazer a guerra, ou de gerir a vida (e a morte), “civilizando” os meios de matar.

Consideramos importante destacar a extensão dessa política de morte que, ainda hoje, deixa sua marca nas infâncias brasileiras, matando um indivíduo entre 10 e 19 anos a cada hora e que o perfil a história já indicou: negro, pobre e morador de favelas (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA NO BRASIL, 2020). São infâncias atravessadas pela violência, pela desigualdade e pela segregação, produzidas no encontro com um Outro, que se apresenta feroz e, por vezes, cruel. Atravessamentos que produzem seus efeitos.

Neste ponto, considerando aquilo que já foi apresentado, torna-se importante acrescentar, com maiores detalhes, a contribuição da psicanálise quando encontramos a violência marcando de forma contundente o laço social.

2.3.3 A psicanálise e a violência: que Outro para a criança na zona de guerra?

Como já mencionamos anteriormente, ainda que violência não seja um conceito psicanalítico, muito se tem elaborado sobre o assunto a partir da teoria psicanalítica. Para Silvia Ons (2008), a violência é o sintoma mais relevante de nossa contemporaneidade, algo que irrompe intempestivamente sem avisos, muitas vezes, causando uma atmosfera de medo, medo do outro. Para a autora, a violência na hipermodernidade resulta do declínio dos valores e na incredulidade decorrente deste declínio.

O declínio do Nome do Pai, já apontado por Lacan (2003a), faz da contemporaneidade o tempo do apagamento do Outro como lugar da lei, fazendo emergir, na dimensão do Outro, o gozo uno: sai de cena o Outro marcado pela falta, dando lugar ao surgimento de um Outro total, cujo gozo se dá no campo da certeza e não mais da crença, como nos diz Ons (2008). É desse gozo, cuja inscrição se dá no modelo do Um, que a violência denuncia: Um gozo “imundo, traficante, clandestino e fora da lei” (BARROS-BRISSET, 2016, p.132), que ocasiona a experiência de desatamento do sujeito de suas referências à lei paterna e do laço social, já que não mais encontra no Outro “um lugar de onde a verdade pode ser emitida” (ONS, 2008, p. 29,

⁴ “legislador absoluto; príncipe: aquele que detém a soberania, a prerrogativa de poder para legislar. Nesta acepção, ‘príncipe’ não necessariamente diz respeito a apenas um soberano, também pode se referir ao grupo no poder” (CIÊNCIA..., 2008).

tradução nossa⁵), o sujeito fica por conta própria, entregue a si mesmo, sem referência a um Outro a quem possa endereçar alguma demanda. Neste sentido, Miller e Laurent (2005, apud ONS, 2008) nos apresentam a hipermodernidade como o tempo no qual o Outro não mais existe.

Na melhor das hipóteses, já que o Outro não mais existe – como lugar da falta que dá origem ao desejo –, concordamos com Dufour (2005), quando afirma que o sujeito poderá dirigir-se a algum semblante de Outro, mas que, diante de um mais-de-gozar, que emana da mutação da estrutura do laço social e cria novos modelos de estabelecimento das relações sociais, fica sem sustentação, só restando a ele a posição de objeto rebotalho, dejetivo. Certamente que, ao responder desse lugar abjeto, o sujeito se apaga, trazendo importantes consequências, sobremaneira quando um Outro total passa a ser convocado.

O caso do Sandro ilustra, notavelmente, essa posição. A configuração de uma relação na qual encontramos o sujeito apagado e o Outro muito consistente e gozador promove a irrupção de inúmeras paixões, certamente, como vimos no episódio do ônibus 174. Da invisibilidade de uma posição abjeta para a visibilidade daquele que toma o controle da cena, pela via da violência, Sandro grita:

Da mesma forma que vocês são perversos, eu também não tô (*sic*) de bobeira não, tá ligado? (...) Sabe a Candelária? Mataram todo mundo na Candelária? Eu tava (*sic*) lá. (ÔNIBUS, 2002, 28'15").

Como tantos outros, Sandro entregou-se na tentativa de vencer a invisibilidade social veiculando-se à violência. Esta insurgência do sujeito pela via da violência parece-nos em acordo com aquilo que a hipermodernidade preconiza: a uniformização dos gozos e a negação do Outro como alteridade. Como vimos, trata-se de uma violência que não se dirige a um fim, mas que se apresenta como um fim em si mesma, totalitária. Compreendemos, em acordo com Silvia Ons (2008), que isso se dá quando a suposição acerca do gozo do Outro declina, dando lugar à certeza sobre o gozo do Outro, ou seja, a violência surge como tentativa de extrair do Outro alguma parcela de gozo e de dar ao sujeito, igualmente, acesso a esse gozo total.

Além do mais, novos fantasmas recaem sobre o sujeito quando o gozo do Outro se torna excessivamente próximo, sobretudo quando parece encarnado no outro, o semelhante. Referimo-nos à interpretação da realidade social que é feita pelo sujeito a partir de uma fantasia que tenta tratar o real do encontro com gozo do Outro. Junte-se a isto que o efeito do declínio do simbólico ocasiona o retorno do significante Nome-do-pai no real social, na forma de

⁵ “el Otro no es tanto el lugar donde una verdad puede emitirse”

totalitarismos, “violência sem palavras e sem representação”, diz-nos Ramirez (2017, p.35, tradução nossa). Tais extremos se presentificam nas relações com o outro, quando este é reconhecido pelo sujeito como ameaça.

Eric Laurent (2016), em sua conferência no X Congresso da AMP, resgata o conceito lacaniano de *kakon* para interrogar acerca de seus efeitos sobre o corpo do sujeito e o corpo político. O autor nos diz que se trata de um corpo que goza, lugar onde se experimentam os afetos e as paixões, podendo sediar “a encarnação do *kakon*, do objeto mau, este gozo mau, com respeito ao qual o sujeito não deixa de querer se separar” (LAURENT, 2016, sp.). Sendo assim, podemos considerar duas dimensões da encarnação do *kakon*, isto é, o corpo do sujeito e o corpo político, presentes em certas narrativas. Vejamos.

Primeiramente, destacamos a encarnação do *kakon* no corpo político, quando o sujeito se reconhece a partir da ação que espera que o Estado ou o governo operem em seu favor, caso contrário, a violência irrompe. Vê-se, nesse arranjo, uma configuração em que encontramos um sujeito solapado, diminuído em potência e que mantém com esse Outro político uma relação de expectativa e dependência, mas também de declarada oposição:

“Os policial (*sic*) arrombou, revis..., quer dizer, mataram primeiro pra depois perguntar alguma coisa. Primeiro eles mata (*sic*), depois pergunta. (...) **Nada, o governo não fez nada**” (MORRI, 2014, 4’34”, grifo nosso).

Junto a isso, ao encarnar o *kakon*, o Estado apresenta-se mau, com seu gozo mortífero, podendo suscitar a violência como resposta.

Polícia, quando nós pega (*sic*), **nós não vê não**, nós degola, decapita, deixa eles fudido mesmo num latão de gasolina, óleo diesel, deixa fudido, vira cinza, tá entendendo? Anônimo, adolescente. (ÔNIBUS, 2002, 47’20”, grifo nosso).

A segunda dimensão da encarnação do *kakon* coloca-nos diante da questão do outro – o semelhante – que encarna o objeto mau, como encontramos nestas narrativas:

Quem faz esquece, mas quem apanha nunca esquece. O meu pai usava drogas e chegava em casa chapado e ia bater na mãe. **Um dia eu fui lá e dei um tiro nele**. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p. 97, grifo nosso).

Ué, sabe como eu me defendo? Usando violência. Se **te** batem, **você** bate. Se **te** derem um soco, **você** dá outro. Se **te** derem um empurrão, **você** dá outro. Se **te** derem um tiro, **você** dá outro. Se a justiça não resolver, a gente resolve. Jefferson, 17anos. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.85, grifo nosso).

A encarnação do *kakon* pode ser compreendida como algo que remete a uma condição primitiva do ser humano, conforme Lacan engendra em sua teorização do estádio do espelho como função formadora do eu. Ao mesmo tempo em que a criança se jubila com a mirada da imagem no espelho, esse outro virtual lhe parece ameaçador, uma vez que lhe suscita a própria experiência autoerótica de um corpo descoordenado, corpo despedaçado, num transativismo que revela uma identificação ao outro, ao que Lacan ([1948]/1998, p.115) acrescenta: “escravo identificado com o déspota, ator com o espectador, seduzido com o sedutor”, tal como encontramos nas narrativas acima.

Seguindo com Lacan ([1949]/1998a), a experiência do espelho irá marcar definitivamente toda vida do sujeito, de tal forma que a evocação destas imagens primitivas do corpo despedaçado pode suscitar no comportamento humano a agressividade e até a violência, quando se atribui ao outro aquilo que há de mais terrível e obscuro em si mesmo, o *kakon*. Em outra ocasião, Lacan (1998) relaciona que o que está em jogo nesta evocação é a ameaça ao eu, isto é, ao reconhecimento imaginário de si, como se encontra nas guerras e no mal-estar contemporâneo, ao que acrescenta: “no homem ‘liberado’ da sociedade moderna, eis que esse despedaçamento revela, até o fundo do ser, sua pavorosa fissura” (LACAN, 1998, p.126), o que explica uma sociedade de medo sustentada pela lógica do “eu ou ele”.

Assim, há algo no ser do outro que o torna alvo da ferocidade, do ódio, do desprezo ou da indignação. É desse modo que a violência assume inúmeras vezes a forma de um ato contra o outro tão somente por “ser um outro” (CHAUÍ, 2019, p.36), coisificando-o e destituindo-lhe das prerrogativas de humanidade. Ao mesmo tempo, concordamos com Ramirez (2019, p.28) ao acrescentar que esta ação ganha o sentido de dar existência a si mesmo: “se ele (o inimigo) não existe, não tem sentido eu existir”.

2.3.4 A voz da criança e o estabelecido da violência: criações?

A concepção do inimigo comum ganha, assim, sua justificativa, marcando bem os campos do “nós” e “eles”. Para as crianças que narram suas vivências com a violência, essa marcação de campos opostos traz seus efeitos. Além de acentuar a segregação, ocasiona, em alguns casos, uma desistência quanto ao acesso aos processos sociais, resultando num “colamento” como identificação ao objeto dejetivo, como encontramos nos ditos a seguir:

Eu estudo na escola ... Perdigo... entra burro e sai ladrão... (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.59).

Se for uma escola boa, o máximo que ela vai te preparar é o que? Para ir pro vestibular. Quando acabar o vestibular, acabou. Você esquece tudo. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.59)

O que eu mais gosto no Brasil são os pontos turísticos, mas eu nunca fui a nenhum. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.65)

Já deixei de estudar pra trabalhar. Foi ruim. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p. 69).

Eu tava (*sic*) com meus primos. A polícia parou a gente e falou tanto de coisa: “Levanta a camisa”. Eu falei: “Eu não sou bandido não moço”. Aí ele então falou: “vai”. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.86).

Você acha que a gente tem outra saída? (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.79).

Se eu fosse presidente, eu ajudava os meninos de rua pra eles voltar (*sic*) pra casa. Eu queria ajudar os pobres, pra esses meninos ficar em casa. Pra parar de cheirar cola, roubar as pessoas. Eu queria parar, eu queria isso. Eu queria que não existia (*sic*) tráfico na rua. Queria que existisse paz. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.31).

Ao lermos as narrativas dessas crianças, não podemos deixar de notar a perspectiva que lançam sobre a questão da violência: o abandono, a pobreza, o tráfico de drogas. Uma perspectiva que faz jus ao conceito de uma violência que se encontra na estrutura do sistema. Consideramos importante, por isso, enfatizar o modo como a interpretação dessa criança – e outras, neste trabalho – dizem de um estranhamento ante a violência, ou seja, ainda que a experiência com a violência se constitua tão intensa e contínua, em muitos casos, as crianças a olham com estranhamento. Estranhamento que ocasiona respostas, conforme trataremos no momento oportuno.

Enquanto o mito da paz brasileira busca encobrir e banir as importantes contradições do sistema sociopolítico vigente, seguindo uma tradição histórica de não enxergar as mazelas nacionais, a voz da criança traz à tona o estranhamento, muitas vezes. Com isso, acreditamos que a inquietude que decorre dessas narrativas possibilita, por sua vez, a criação de oportunidades, de saídas, ao mesmo tempo em que se torna possível adentrar no espaço das criações infantis da criança, quando do enfrentamento da violência: medos, sintomas, angústias ou silêncios.

Uma imagem que consideramos emblemática na análise dessa questão é a obra intitulada “Pele tatuada à moda de azulejaria” (figura 2), criada em 1995 pela artista Adriana Varejão. Em uma parede, encontra-se representado um conjunto de azulejos no estilo português

do Período Colonial, onde se veem anjos do barroco nacional, cenas do cotidiano e das crenças brasileiras, mas também marcas de sangue, feridas putrefatas, mãos ensanguentadas que pendem rendidas e violentadas.

Figura 2 – Pele Tatuada à Moda de Azulejaria



Fonte: (OBRAS..., 2019)

Dessa forma, o conjunto causa uma sensação de mal-estar inquietante e infamiliar. Este termo nos remete ao texto freudiano intitulado “O Estranho” (tradução do termo alemão *unheimlich*), no qual Freud (1919/2019), escrevendo no pós-guerra, faz referência àquilo que, aterrorizante, ocasiona angústia e horror, mas que aponta a uma direção mais velada, o inconsciente. No decorrer do texto, Freud defende que o estranho infamiliar se constitui num duplo, quando há uma tal identificação do eu em referência a um outro, projetando para fora algo de si mesmo – o eu é um outro, diz-nos Lacan (1998a). Sendo assim, vemos na expressão da artista nossa própria natureza – como povo brasileiro – de contradições e violências, que tentamos a todo custo manter afastada. A beleza dos azulejos, como o eu imaginário, sobrepõe à crueza do desamparo pulsional.

Há um mal-estar envolvido na estranheza que a obra de arte causa, tal como ocorre no defrontar com certas ações violentas. Sentimentos e paixões são evocados como resultado de uma solicitação que nos é feita: “porque cada um de nós (...) aturdido de compaixão que esteja,

também é solicitado em sua parte irreduzível de desumanidade, sem a qual não há humanidade que se sustente” (Miller, 2012, sp, tradução nossa⁶).

Ademais, compreendemos que os ditos das crianças conseguem fazer a mesma solicitação dessa “parte irreduzível de desumanidade”, trazendo à tona o que há de mais primitivo, o infantil. Um furo no saber do Outro que convoca a dimensão mesma da humanidade dos seres falantes. A perplexidade, porém, suscita respostas, uma variedade de respostas, que tentam dar conta de um real que escapa da lógica do sentido. Será então, pela via da palavra, que novos arranjos poderão ocorrer, ocasionando mudanças significativas para a criança, ainda que mudanças estruturais mais abrangentes não possam ter, nesse ponto, qualquer garantia.

Desse modo, aquilo que emerge das narrativas das crianças e que é de natureza infantil acabam por oportunizar um olhar mais amplo para as contradições estruturais do sistema, bem como para a compreensão do tipo de resposta que a criança cria em seu enfrentamento da violência. Respostas que, como o mito brasileiro, recobrem o desamparo a que são endereçadas na experiência com a violência.

A partir da compreensão dos fatores que compõem o campo desta pesquisa e da delimitação da dinâmica que marca o contexto social em que a criança se encontra, torna-se necessário avançarmos, no capítulo seguinte, em um olhar mais particular sobre a criança. Se, nesse primeiro momento, destacamos a dimensão daquilo que vem do campo do Outro e que marca o sujeito pela via do infantil, no capítulo seguinte, apresentaremos o infantil na criança, marcando-a em sua dimensão de desejo e criação, que possibilita a produção de respostas no enfrentamento da violência.

⁶ “Carchacun d’entre nous, tout éperdu de compassion qu’il soit, est aussi sollicité dans sa part irréductible d’inhumanité, sans laquelle il n’est pas d’humanité qui tienne”.

3 A CRIANÇA E SUA REALIDADE: ENFRENTAMENTOS E CRIAÇÕES

Ao longo da história humana, nem sempre a criança foi assunto de debate ou de interesse. O infante – derivado do termo latino *infans*, aquele que não fala – foi ganhando atenção com as mudanças paradigmáticas do século XVIII, conforme veremos. No entanto, questionamo-nos se a representação da criança como aquele que não fala, que não tem o que falar, que é por natureza indouta e separada dos processos do mundo, ainda não perdura até os dias de hoje, ao se abordar a criança por meio de um outro saber que não o dela própria, silenciando-a, já que um outro fala por ela.

Miller (2017) nos diz que a criança é o nome que damos ao sujeito com qual mantemos uma relação de ensino, isto é, alguém que possui a prerrogativa de ser dirigido, educado, liderado. Vista por este ângulo, a criança seria aquele que recebe diretamente a ação de condução e formatação operada por um outro, nos termos preditos pela pedagogia – *paidós* (criança), *agodé* (condução). Ao mesmo tempo, o autor nos lembra que a psicanálise pressupõe a emergência do saber do sujeito, consequentemente, do saber da criança.

Seguimos Miller (2017) quando afirma que o que se encontra em jogo, na temática sobre a criança hoje, é a ideia da produção de um sujeito controlado, comprimido, reduzido, pela concorrência de saberes que são dirigidos à criança, de forma que possa produzir um cidadão à altura do ideal de uma sociedade. Isso certamente envolve a produção de infâncias, conforme apresentamos no capítulo anterior, e que, de todo modo, denuncia o estatuto em que se encontra a criança atualmente: falada por um outro.

Compreendemos que é exatamente por isso que há poucos trabalhos de pesquisa nos quais são abertos espaços para o saber da criança: um saber autêntico, conhecido ou desconhecido, operado por um sujeito “de pleno exercício” e não por um sujeito “a vir” (MILLER, 2017). Um saber produzido a partir da posição em que o sujeito se localiza diante do Outro e que irá configurar as respostas das crianças.

Muito mais do que costumam supor os adultos, a criança sabe o que se encontra em jogo, quando consente na perda de seu gozo para aceder ao gozo do Outro e ao seu saber estrangeiro, enquadrando-se. Por esta razão, importa-nos atentar para a irrupção do saber presente nas respostas que a criança dá no enfrentamento da violência que atravessa seu mundo. Para isso, é preciso, tal qual propomos neste capítulo, compreender a natureza da própria criança, o infantil que lhe habita, seus recursos subjetivos de interpretar e lidar com o Outro, a partir do que ensina a psicanálise de orientação lacaniana.

3.1 A criança da (na) psicanálise.

3.1.1 O que dizem do pequeno perverso polimorfo?

Sabe-se que, até o século XII, a infância foi um período da vida que despertou pouco interesse das pessoas, incluindo da própria família da criança. Foi comum a desatenção aos bebês, sendo a negligência e a desafeição às crianças pequenas algo não raro durante a Idade Média. Quando a criança adquiria alguma autonomia com relação à mãe, já era incluída no mundo adulto, sem qualquer distinção, conforme afirma Ariés (1981). O trabalho já era coisa de criança no século XVIII a partir dos seis anos de idade. A infância era curta e sem qualquer tipo de preparação. Desse modo, a criança era inserida no mundo adulto, nas responsabilidades, na sexualidade e no trabalho. À diferença de hoje, aquelas crianças eram “naturalmente” levadas pelas forças sociais a ocuparem um posto na sociedade, mesmo que isso significasse lidar com a crueza das relações adultas (FERREIRA, 2017; LE BRETON, 2017).

Ainda que, a partir do século XVI, esse cenário fosse se modificando aos poucos e de modo não uniforme, com o advento da educação formal, até o século XVIII, a criança foi compreendida e representada, inclusive nas artes, como um adulto em miniatura: roupas, gestos, interesses.

Figura 3 – Retrato de três crianças elizabetanas desconhecidas



Fonte: (GUINEA..., 2013).

Um exemplo notável da representação dessa “infância adulta” se encontra num quadro de 1580, intitulado “Retrato de três crianças elizabetanas desconhecidas” (figura 3), de um artista anônimo, no qual estão representados dois meninos e uma menina com idades em torno dos 6 anos, com expressões faciais sérias, quase indiferentes, trajando-se como pequenos adultos.

Ademais, foi no século XIX que a concepção de infância como um tempo diferenciado e carregado de significantes próprios se firmou, contudo, ainda não separado de ideias anteriores ligadas ao cristianismo, como defende Heywood (2004), em referência à criança pura e angelical, revestida de uma certa áurea mística.

Desse modo, a partir do século XX e da consolidação do sistema educacional moderno, a infância passou a se prolongar ao longo dos anos do ensino infantil e fundamental. A escola, com seu sistema de séries, foi formatando a infância como um processo desenvolvimentista, no qual se começa com poucas capacitações e aos poucos vai-se adquirindo novas. Assim, a infância passou a durar mais (FERREIRA, 2017).

Diante disso, fica claro que a ideia da existência e da natureza da infância nem sempre se apresentou como uma fase do desenvolvimento humano, com características peculiares como se compreende hoje. Paralelo a isso, observamos o incremento nas artimanhas de controle sobre a criança, tendo as práticas educacionais como instrumento, resultando na pouca ou nenhuma consideração a seu saber.

O lugar da criança no social permanece como questão hoje. Na linha do tempo, o significante criança vai deslizando, na cadeia das representações sociais, ora no lugar de nenhum valor, ora no lugar de grande valor, podendo haver alternâncias constantes desses lugares. Porém, de todo modo, essa alternância de significação social nos demonstra que a criança acaba ficando no lugar de objeto do Outro, imersa em seu gozo (SARMENTO, 2013). Ao mesmo tempo, reportamo-nos à posição fundamental que ocupa a criança em relação ao Outro, como nos ensina a psicanálise, ao ser tomada como objeto do desejo da mãe, posição de gozo para a criança em seu narcisismo, aquilo que intenta completar a falta do Outro, mas que não deve subsistir à interdição da função paterna. A criança ocupa a posição de objeto, resto da parceira amorosa dos pais.

Em outras palavras, compreendemos que, dentre as muitas representações, a criança é convocada de sua posição de objeto – fálico ou dejetivo – podendo isso resultar em um certo encobrimento de suas prerrogativas de sujeito. Diante disso, perguntamo-nos como o encontro com a violência marca o lugar subjetivo da criança hoje, uma vez que a experiência cotidiana com a violência parece desvelar para ela o mundo adulto, sem qualquer separação ou filtro. Acreditamos que isso ocasione consequências.

Encontramos na atualidade a criança sendo tomada como objeto do gozo do Outro, como se não houvesse o processo de alienação e separação. Permanece o gozo do Outro, sem espaço para a falta, para o enigma que produz o desejo. Nesta posição, segundo nos parece, a criança acaba sendo tomada em dois polos extremos, que variam do “nada” ao “tudo”. Quando

nos referimos ao polo “nada”, estamos considerando a criança tomada como objeto desprezível, sem valor, dejetivo, que aparece desde a situação de negligência familiar e do Estado, quando crianças, a despeito da existência de políticas públicas bem consolidadas, ainda enfrentam a possibilidade (e a realidade) de uma vida alheia a quaisquer meios de proteção à vida e aos direitos, perambulando na borda do real, do abandono, sem sonhos ou fantasias, conhecendo de perto os efeitos da violência sistêmica.

Considerando o polo “tudo”, apoiamo-nos na conclusão apresentada por Silvia Ons (2011-2012, apud SARMENTO, 2013), quando faz referência à criança que dá existência à família, ou seja, não sendo a família que dá existência à criança, mas o oposto, tornando a criança essencial no imaginário atual dos novos arranjos familiares. Nesta posição, o “empuxo a ter um filho” torna o Outro asfixiante, ofertando à criança uma superproteção que objetiva resguardá-la da violência do mundo, bem como o excesso de objetos de consumo que a absorvem em sua singularidade. Ambos os polos nos interrogam acerca do que pode ser produzido pela criança numa relação em que se localiza como objeto de um Outro que lhe recusa o lugar de sujeito. De todo modo, ambas as situações reafirmam a ideia de que o discurso do Outro é traumatizante (SOLER, 2002), como iremos desenvolver mais à frente.

Certamente, muito mais poderia ser tratado acerca da história da infância, contudo, nesse breve percurso, destacamos como o lugar endereçado à criança pareceu ser predominantemente aquele no qual o saber adulto se sobrepõe ao saber da criança. Em outras palavras, o lugar da criança, como sujeito, parece ficar destituído, permanecendo sua condição de mero objeto. Talvez, por isso mesmo, Freud (1996d), no início do século XX, tenha causado grande espanto à academia com seus “Três ensaios sobre a sexualidade”, ao mostrar uma criança ativa, marcada pela vida pulsional e desejante. Não obstante, a criança apresentada por Freud revelou-se inquietante, ocasionando a desconstrução das concepções teóricas desenvolvimentistas e preponderantes relativas à infância, ao mesmo tempo em que, com sua teoria, endereçava a criança a uma nova posição diante dos muitos discursos: a criança deseja e responde em sua posição no laço social – a criança tem voz.

A psicanálise, com Freud, cria, desse modo, uma concepção nova sobre a criança, dando-lhe voz e trazendo à luz seu saber. Como sabemos, a criança freudiana está longe de qualquer modelo de bondade inerente, sendo atravessada pela voracidade da dinâmica pulsional regida pelo inconsciente. O pequeno perverso polimorfo lhe dá solidariedade no conjunto dos *falasseres*, aproximando-lhe do adulto em termos de funcionamento psíquico. Daí, extrai-se a máxima psicanalítica de que toda análise é infantil. Ferenczi ([1909]/2011, p.98) nos elucida: “raspem o adulto e encontrarão a criança”.

3.1.2 A especificidade da criança no pensamento de Freud

A criança sempre se fez presente nos textos de Freud, seja pela via do sofrimento adulto, seja por suas teorizações acerca do romance familiar e da constituição do psiquismo humano. Contudo, a marca memorável de sua presença no texto freudiano, como já mencionamos, revela um sujeito ativo, vívido e atravessado pelo desejo. Essa é a criança apresentada nos “Três Ensaio sobre a Sexualidade”. Nesse texto, Freud (1996d) nos revela a criança como um pequeno perverso polimorfo, cujo corpo se faz marcado pela sexualidade, destacando assim o efeito da vida pulsional sobre ela. Ele compreendia que “o corpo da criança, sendo um corpo atravessado pela pulsão (...) é um corpo de desejo” (FERREIRA, 2017, p.54). Portanto, a criança freudiana não é passiva ou inerte, mas um sujeito marcado por um desejo.

Observando com cuidado suas pontuações acerca do tratamento do pequeno Hans, nota-se a disposição de Freud ([1909]/1996g) em privilegiar a construção singular da criança na saída do conflito que sua fobia indicava, a saber, de sua relação com seu pai. Freud (1996g, p.94) esclarece que as fantasias de Hans eram um modo de resolver seu complexo de castração e de Édipo, apesar de que “todo o conhecimento é um monte de retalhos, e que cada passo à frente deixa atrás um resíduo não resolvido”. Freud acreditava que, ao revelar à criança a origem de seu conflito edípico, o “resíduo não resolvido” – a diferença genital e a cópula –, as indagações do pequeno Hans desapareceriam. Contudo, após o encontro com Freud, a criança apresentou novos medos. Diante das escolhas feitas por Hans, que contrariavam a previsão de Freud, este conclui que é preciso deixar que a criança se exteriorize ao permitir-lhe traçar seu próprio percurso.

Seguindo no conjunto da obra de Freud, encontramos uma criança que apresenta especificidades em relação ao adulto, ainda que ambos se encontrem marcados pela dinâmica pulsional. Inicialmente, porém, ele compreendia que o psiquismo infantil seria incapaz de produzir algo da ordem de um enigma. Em “A Interpretação dos Sonhos”, Freud ([1900]/1996h) definiu o sonho infantil como algo que não carecia de interpretação, uma vez que o conteúdo latente e o manifesto coincidiam, diferenciando-o do sonho adulto, este caracterizado pela complexidade e colorido de sua construção, o qual, como um enigma, carecia de interpretação. Esse postulado freudiano parecia sustentar a ideia corrente de que o funcionamento do aparelho psíquico da criança seria mais primitivo e que, ao se desenvolver em conjunto com o corpo biológico, alcançaria a plenitude de seu funcionamento.

Essa impressão é desfeita por meio de duas notas acrescentadas por Freud no texto original de “A interpretação dos sonhos”. Na primeira nota, datada de 1911, Freud (1996h,

p.165) informa ao leitor que “as crianças logo começam a ter sonhos mais complicados e menos transparentes, e que, por outro lado, os adultos, em certas circunstâncias, muitas vezes têm sonhos de caráter similarmente simples e infantil”. Esta afirmação, todavia, não traz o esclarecimento completo, uma vez que ainda permanece a ideia de algo que, no percurso da infância à idade adulta, vai se modificando – ainda que Freud indique que o infantil se perpetua no sonho adulto. A conclusão vem com a nota de 1925. No texto original, consta que “os sonhos das crianças pequenas são frequentemente pura realização de desejos e são, nesse caso, muito desinteressantes se comparados com os sonhos dos adultos” (FREUD, 1996h, p.161) e, na nota acrescentada, ele assegura que crianças podiam ter sonhos de outros tipos, que não somente os infantis, bem como os adultos poderiam ter sonhos infantis. A conclusão de Freud, portanto, indica que o trabalho psíquico na criança é tão intenso como o do adulto.

Em “A organização genital infantil”, Freud ([1923]/1996i) elucida que há uma diferença marcante entre a criança e o adulto no que se refere à sexualidade, mas não no sentido comum que tende a excluir a criança deste campo. Para Freud, a sexualidade da criança se difere da do adulto por não considerar o feminino, isto é, para a criança de ambos os sexos só há a masculinidade, a primazia do falo. Na organização genital infantil, a criança compreende que há os seres masculinos, providos do falo, e os seres castrados. Será na puberdade que a polaridade entre masculino e feminino será contemplada.

Ademais, foi na Conferência XXXIV que Freud ([1932]/1996j) tornou ainda mais evidente a especificidade da criança, ampliando a compreensão sobre sua natureza pulsional. Suas conclusões apontam a importância dos cinco primeiros anos de vida, nos quais se dará a entrada da sexualidade infantil, cujos efeitos se verão na sexualidade adulta. Freud (1996j, p.145) também enfatiza que, nesse período da vida, o ego é “imaturo e débil”, recebendo os efeitos das impressões externas como traumáticas. A criança trata essas impressões traumáticas exteriores por meio do recalque, tendo efeitos em toda sua vida. Além disso, a infância envolve um trabalho de adaptação e de tratamento da pulsão operado pela criança nos seus primeiros anos de vida frente às exigências da vida em sociedade, sendo em seu encontro com a educação que a criança dará sua resposta a isso.

Ainda em sua conferência, Freud acrescenta que a criança muito pequena tem seu funcionamento psíquico diferente do adulto por não apresentar ainda um supereu, o que irá ocorrer quando das identificações operadas pelo eu a partir do Complexo de Édipo. Portanto, para Freud (1996j, p.146), “uma criança é um objeto psicologicamente diferente de um adulto”.

Parece-nos evidente a intenção de Freud em demonstrar que o aparelho psíquico, longe de ser o resultado de um desenvolvimento ou amadurecimento natural, é marcado

permanentemente por faltas, contradições e cisões, sendo ao mesmo tempo descontínuo em relação ao desenvolvimento físico e cognitivo da criança. Como nos diz Ferreira (2017, p.61), trata-se de “uma estrutura de descontinuidade na qual elementos e ações psíquicas persistem, insistem, retornam”.

Sendo assim, a criança freudiana já é capaz “da maior parte das manifestações psíquicas do amor, por exemplo, a ternura, a dedicação e o ciúme” (FREUD, [1907]/1996l, p.125). Excetuando-se a aptidão à reprodução, a criança já apresenta, muito antes da puberdade, sua capacidade de amar, tendo seu corpo marcado pela sexualidade, desde o dia do seu nascimento, explicitando o fato de que a sexualidade não reside unicamente nos genitais amadurecidos pelas transformações hormonais da puberdade. Toda essa atividade psíquica se apresenta, como veremos adiante, nas muitas construções fantasiosas de suas teorias sexuais, o que, ao nosso ver, só reforça a certeza de que a criança dá seu tratamento à realidade que a circunda e aos restos que, da realidade, não são simbolizados. Freud (1996l) elucida essa questão em seu texto “O esclarecimento sexual das crianças”, confirmando que as mentiras ou ocultações por parte dos adultos a respeito da temática do sexo trarão efeitos sobre as crianças, muitos deles, prejudiciais.

Como sabemos, o recalque tem fundamental papel no esquecimento das questões relacionadas à atividade pulsional na infância, esclarecendo o que está envolvido no constrangimento adulto em tratar das questões sexuais presentes nas perguntas das crianças. Contudo, destacamos que esse embaraço indica a tentativa do adulto de sobrepor o saber da criança com seu próprio saber, este forjado pelo processo de aprendizado escolar e social. Tarefa que tenta dar sentido ao enigma que a criança encontra diante dos restos de sua realidade, mas que se depara com um saber operado pela própria criança como encontramos no dito a seguir:

Eu já matei (...) três [policiais]. Ele queria me bater e eu dei um soco na cara dele, morreu. **É tudo verdade.** (MORRI, 2014, 12’43”, grifo nosso).

A criança, como desenvolveremos adiante, fura o saber adulto apresentando-lhe um novo saber, único e singular, que resulta de seu trabalho inconsciente. O adulto, por sua vez, tende a responder a criança de um modo distinto, questionando-lhe sobre a verdade dos fatos, ou seja, reduzindo o saber da criança à concretude de seu próprio saber, tal qual encontramos na emblemática cena do livro “O Pequeno Príncipe”, quando a criança mostra ao adulto um desenho de uma jiboia engolindo um elefante e o adulto enxerga um chapéu. Um encontro

marcado pelo equívoco. Magistralmente, Saint-Exupéry (2007, p.7, tradução nossa⁷), como Freud, indica a existência de um saber próprio na criança, um saber inusitado, convocando-nos a escutá-la, afinal “todos os adultos já foram criança, mas nem todos se lembram disso”.

3.1.3 A criança, ser de falta e de desejo.

Lacan faz menção à criança em várias partes de sua obra, sempre apresentando-a como um sujeito, que, atravessado pela linguagem, é marcado pela falta e pelo desejo. Em linhas gerais, antes mesmo de existir ou nascer, a criança já é falada por um Outro, que lhe concede, como sujeito, significantes, atribuindo-lhe um lugar no mundo dos seres falantes. A linguagem sustentará a relação do sujeito e do Outro, do mesmo modo como ordenará a relação da criança com o outro, o semelhante, conforme apresentaremos a seguir.

Quando nasce, a criança é puro corpo vivente, desprovida de uma consciência corporal. Como indicado no esquema L (LACAN, 1998b), ela é um S (apresentado no canto superior esquerdo), ou seja, puramente id (ou ES). Só é possível referir-se a um eu (*moi*) quando, na mediação com o outro semelhante, houver a identificação com a imagem que dele é capturada pela criança, conforme elaborado na teorização do estádio do espelho (LACAN, 1998a). Nesse texto, a mãe ou a relação da criança com ela não aparecem em destaque. O reconhecimento de si vem da mirada da imagem no outro. Por outro lado, este instante da identificação da criança no outro da imagem, como uma alienação, reproduz a dimensão da ausência de algum significante que defina seu ser.

Ademais, é importante notar que a criança não consegue introduzir a dimensão da imagem do outro se não houver um Outro que a enderece à criança, por meio de seu desejo. Essa apropriação da imagem do outro se dá pela introdução daquilo que vem a ser o desejo do Outro, conforme apresentado por Lacan de um modo ainda incipiente, neste primeiro momento de elaboração teórica, no texto do estádio do espelho.

Avançando em sua concepção da criança, encontramos no seminário 6, “O desejo e sua interpretação”, Lacan (2016, p.86) apresentando-a como “capturada por inteiro no jogo das duas linhas”, a do enunciado e a da enunciação. A enunciação é um “ato de criação cujo resultado é o enunciado” (GUILLLOT, 2020, p. 250). Sendo assim, quando a criança acede à linguagem, como sujeito de sua enunciação, isso corresponde ao surgimento do sujeito do inconsciente. A relação entre essas três dimensões – o sujeito da enunciação, o sujeito do enunciado e o sujeito

⁷ “Toutes les grandes personnes ont d’abord été des enfants. Mais peu d’entre elles s’en souviennent”.

do inconsciente – oportuniza conhecer a estrutura à qual se encontra atrelado o sujeito no rumo de sua própria história.

O sujeito do enunciado é aquele que não fala, mas é falado, sendo subjugado pela linguagem preexistente. Trata-se do *infans*, aquele que não fala, que é apenas suposto existir. No grafo do desejo, este sujeito é representado na parte inferior (Δ), onde se opera a identificação da criança ao Outro primordial (I), operação que será descrita por Lacan (2008), no seminário 11, nos termos da alienação. Para aceder à condição humana, a criança se aliena aos significantes advindos do Outro.

Por sua vez, o sujeito da enunciação se encontra no segundo nível do grafo do desejo, ao que Lacan (2016, p.25) afirma: “se produzirá algo distinto que se funda nessa experiência da linguagem, a saber, a apreensão do Outro como tal por parte do sujeito”. A criança dirige ao Outro a questão sobre seu desejo, ou seja, sobre o que deseja o Outro ao mesmo tempo em que se questiona acerca do próprio desejo. Nesse nível, o sujeito já não é tomado inteiramente pelo que o Outro diz dele, mas ele próprio articula à palavra a sua própria existência. Em outras palavras, isso representa o momento em que a criança toma consciência de que o Outro não tem significantes suficientes que definam seu ser por inteiro: a falta no Outro surge, o recalque opera e o sujeito desejante advém. Daí, podemos afirmar que, na consideração dos enunciados da criança, algo do sujeito do inconsciente, da enunciação, irrompe em suas hiências.

Como nos diz Lacan (2008), no seminário 11, a separação será necessária para que um sujeito exista. É no momento em que a criança testemunha que o desejo da mãe aponta em outra direção que não para a sua, que ela se questiona acerca desse desejo. É a justaposição das duas faltas: no Outro e no sujeito. Por meio da operação do Nome-do-Pai, a separação se dá, sendo a partir daí que esse novo significante virá no lugar do desejo da mãe. Nos termos lacanianos, o Nome-do-Pai é “um rolo, de pedra, é claro, que lá está em potência, no nível da bocarra, e isso retém, isso emperra. É o que se chama de falo. É rolo que os põe a salvo, se, de repente, aquilo se fecha” (LACAN, 1992, p.105)

Miller (2014a) chama atenção ao fato de que, na relação da criança com a mãe, não basta apenas um pai que opere a separação e a inscrição da metáfora paterna, fazendo assim advir o sujeito do desejo. Uma vez que a metáfora paterna ocasiona uma divisão no sujeito feminino que acede à função materna, entre o desejo da mãe e da mulher, impondo-lhe que a criança não seja tomada plenamente como objeto de seu desejo materno, é preciso que a criança não inunde em demasia o lugar da falta na mãe, possibilitando que o desejo da mulher advenha. Dito de outro modo, é preciso que, no lidar com a criança, a mãe não se desprenda de sua

dimensão de mulher, evitando o perigo do desejo materno tornar-se pleno em detrimento do seu desejo de mulher.

Concordamos com Miller (2014a), quando afirma que essa condição relativa à mãe e à mulher torna a criança um objeto não-todo, objeto que, para além da substituição fálica no instante da alienação, também opera uma divisão entre a mulher e a mãe. O autor destaca que, caso o objeto-criança não opere essa divisão, caberão dois destinos a ele: ou subsistirá como dejetos do par parental, ou será aliciado pela mãe numa fantasia paterna. Os desdobramentos da posição que a criança ocupará frente à mãe trarão sua sintomatologia própria, conforme desenvolvermos em seguida.

De certa forma, a criança é fetichizada pelo desejo da mãe, podendo isso assumir proporções mais patológicas quando o desejo da mãe se apresenta desvinculado da lei paterna. A criança, nesse caso, será um mero objeto nas mãos maternas. “As devastações subjetivas que podem ocorrer dessa predileção materna exclusiva sobre uma criança repercutem muito mais do que a negligência da mulher que trabalha”, afirma Miller (2014a, p.07). A proposta de uma completude assume ares de monstruosidade. Por esta razão, lembra-nos Miller (2014a), a fórmula da equivalência entre criança e falo só será bem sucedida se falhar, isto é, produzir o desejo de falo na mulher e livrar o sujeito da fixidez de uma identificação fálica.

Em “Nota sobre a criança”, Lacan (2003b) distingue os dois tipos de posições sintomáticas que a criança pode assumir em relação à mãe e ao casal parental. Trata-se da posição da criança respondendo pelo sintoma presente na estrutura familiar, sendo o sintoma aquilo que porta certa verdade concernente ao casal parental. Esse texto de Lacan, dividido em duas partes, resultou numa nomeação equivocada de “duas notas” por um período, além da posição das notas se encontrarem trocadas na publicação, segundo nos informa Miller (2014a).

Assim, a primeira nota (indicada como II no texto) descreve as funções da mãe e do pai na construção da subjetividade da criança, cuja relação com o desejo não se dê de modo anônimo, ou seja, referenciado àqueles que ocupam a posição materna e paterna, mas também que possibilita que a própria criança se localize no desejo de um Outro. A lógica fálica se apresenta à criança na via materna e na via paterna, quando a mãe cuida “pela via de suas próprias faltas”, enquanto o pai é “o vetor de uma encarnação da Lei do desejo” (LACAN, 2003b, p.369). Na segunda nota (indicada no texto como I), Lacan mostra uma outra resposta da criança frente à verdade da relação parental, quando não há a devida mediação da função paterna, deixando a criança “aberta a todas as capturas fantasmáticas” (LACAN, 2003b, p.369). Em conformidade com o que descrevemos anteriormente acima, a criança, independentemente de sua estrutura, assume fantasmaticamente o lugar do objeto *a*. Ela “realiza a presença” desse

objeto, como indica Lacan, saturando a falta na mãe, negando-lhe a revelação de sua própria condição de ser faltante, oferecendo-se em corpo e existência no intuito de completá-la plenamente em seu desejo.

Vanier (2017) esclarece que, mais tardiamente, Lacan irá situar a criança como objeto *a* da mãe, demonstrando que, no caminho para a condição de sujeito, a criança precisa ser tomada do lugar de objeto. Em outras palavras, será preciso alienar-se no campo do Outro materno primeiramente. Isso, por sua vez, indicaria que o lócus potencial da perversão feminina é na maternidade, ao tomar a criança como objeto. Contudo, a mulher também é tomada como objeto causa do desejo do homem, o pai, que segundo Lacan (inédito, apud VANIER, 2017), ao tomar a mulher com sua perversão (*père version*), garante sua versão de separação da mãe e de sua criança-objeto, inscrevendo na criança, assim, a lei do desejo. Seguimos Vanier (2017) quando defende que a mulher só consegue tomar a criança, seu filho, como objeto *a* por ter sido ela mesma marcada por esta posição frente ao homem.

Como objeto *a*, a criança igualmente encarna o lugar de objeto de gozo do Outro. Concomitante a isso, a mãe poderá supor a existência da criança como sujeito, separado dela, antes mesmo da criança falar, conforme defende Vanier (2017). Esta interessante tese de Vanier convida-nos a pensar na pulsão invocante como atividade da mãe e, ao mesmo tempo, algo que estrutura o sujeito: para advir o sujeito, é preciso que a mãe o evoque. Mas como pode a criança ocupar o lugar de objeto e de sujeito ao mesmo tempo no desejo da mãe?

São reconhecidas as inúmeras situações nas quais a mãe “dialoga” com o bebê, modificando sua voz, atribuindo “falas” à criança. Essa antecipação de subjetividade pressupõe o bebê como um sujeito, ainda que não possa falar por si. Campanário (2008, p.100) faz uma importante análise das modulações vocais entre a mãe e o bebê em seu processo de subjetivação. A autora afirma: “o que interessa é o vazio sonoro, o puro objeto lógico voz. Somente depois de privada da voz primordial é que se torna possível a subjetivação da criança, aparecendo então a fala”. Sendo assim, quando a mãe atribui ao bebê, por meio das modulações antecipatórias de sua própria voz, um lugar de falante, a criança o terá sido para além de seu ser de objeto: tempo em que um significante surgirá da mãe, como Outro, ao qual se alienará a criança e o sujeito que poderá advir.

Não se pode precisar aquilo que, no advento da constituição do sujeito, a criança captura de sua relação com o Outro. Como um enigma que constitui e estrutura o sujeito, a criança tratará de criar estratégias próprias, subjetivas, para lidar com o desconhecido do desejo do Outro. É nesse aspecto que podemos inferir sobre o poder criador da criança, ou seja, na produção de respostas frente ao enigma do desejo do Outro.

Disso depreendemos, em resumo, que é preciso que um Outro desejante exista para que o sujeito surja. Numa situação na qual a criança é atravessada pela violência, como ocorre com frequência nas zonas da guerra urbana brasileira, é preciso que um Outro desejante surja, já que é o Outro totalitário e gozador que se encontra encarnado na violência, como vimos anteriormente. Quando a questão do desejo se interpõe entre o sujeito e o Outro, parece-nos que a criança apresenta mais autonomia no curso de sua própria vida, tal como encontramos no depoimento do Jhonatas Santos de Castro, já citado, que presenciou o assassinato do pai quando era criança:

Eu não me vitimizo. Eu não aprendi no Uerê a me vitimizar, e... ‘ah, eu nasci pobre, tive esse problema, eu vou morrer’. Não. Entendeu? (...) por mais que dificuldade aconteça e outras crianças assim como eu passaram por lá [pelo projeto Uerê] com alguns problemas, a gente consegue enxergar no Uerê, na metodologia, no projeto e nas oportunidades que nós temos um caminho diferente e vamos trilhar nossa história e redesenhar se precisar. (YVONNE, 2018, 5’10’’).

Foi no encontro com o desejo desse Outro institucional (o projeto Uerê) que a criança pôde ser mobilizada em seu próprio desejo, inventando saídas possíveis para os desencontros de sua própria história. Sendo assim, depreendemos que um Outro institucional poderá se apresentar à criança como lugar possível para alojar seu ser na medida em que aquele veicula um desejo que não seja anônimo, isto é, que seja endereçado, que traga alguma nomeação e reconhecimento, mas que, ao mesmo tempo, delineie um Outro em sua incapacidade de ofertar à criança toda significação, livrando-a da captura fantasmática do Outro, abrindo assim o campo da falta. Em outras palavras, a inventividade da criança parece estar diretamente ligada à questão da falta no Outro, quando ela interpreta sua própria realidade pela vida do desejo.

3.2 Modos de lidar com a realidade: a criança e sua criação

3.2.1 A realidade psíquica: a fantasia e o real.

Como vimos, a criança não se encontra alheia ao mundo que a circunda. Ela observa, experimenta, responde, interpretando o mundo a partir de seu saber, pondo em movimento uma realidade que se distingue de seu mundo material, mas que é criada a partir de sua existência nele. Esta distinção que define e caracteriza este elemento singular que a psicanálise nomeia como realidade psíquica já se apresenta nos trabalhos iniciais de Freud.

Desde o “Projeto para uma psicologia científica”, Freud ([1895]/1996m) estabelece uma distinção entre a “realidade do pensamento” e a “realidade externa”. Em “A interpretação dos sonhos”, ele deixa mais clara a natureza dessa distinção:

Se olharmos para os desejos inconscientes, reduzidos a sua expressão mais fundamental e verdadeira, teremos de lembrar-nos, sem dúvida, que também a realidade psíquica é uma forma especial de existência que não deve ser confundida com a realidade material (FREUD, 1996n, p.644.)

Nesse mesmo texto, Freud indica que a natureza da realidade psíquica é o inconsciente. Ademais, é a realidade psíquica que configura internamente as representações do mundo externo, como se vê nos estados patológicos nos quais o paciente dá sua própria interpretação aos fatos. Contudo, não muito tempo depois, Freud percebe que cada ser humano – e não somente aqueles que apresentam sofrimento psíquico – distorce a realidade externa, material, por meio da realidade psíquica. Por esta razão, para a presente pesquisa, é importante compreender como a criança interpreta os fatos de sua realidade material e como essa operação a afeta, particularmente quando envolve situações violentas.

Sabemos que inicialmente Freud compreendia que o adoecimento psíquico se dava em razão da instalação de um trauma na infância, muitas vezes de natureza sexual. Nisso se apoiava sua etiologia das neuroses. Porém, logo se deparou com um impasse que altera completamente sua compreensão do adoecimento psíquico: ou todos os pais eram abusadores, ou todas as pacientes histéricas mentiam. Numa carta a Fliess, Freud (1996c, p.309) afirma: “não acredito mais em minha neurótica”. E acrescenta que no inconsciente “(...) não há indicações da realidade” (FREUD, 1996c, p.310).

A desilusão de Freud, no entanto, levou-o a considerar que toda aquela construção fantasiosa de suas pacientes apontava para o cerne de sua realidade psíquica. A fantasia seria, assim, uma construção singular de um modo de tratamento da realidade, que poderia ocasionar algum sofrimento ou perturbação psíquica. Sendo assim, para a psicanálise, a realidade psíquica ganha maior importância do que a realidade material, ou seja, importa o modo como cada pessoa lida com sua realidade externa por meio da mediação de sua própria fantasia.

É a fantasia que encadeia os fatos da realidade material, de modo que corresponda a um desejo inconsciente, do mesmo modo como ocorre com a atividade onírica, a qual corresponde para Freud (1996h) como a realização de um desejo. Enquanto o desejo se sustenta na ausência do objeto, a fantasia presentifica o objeto. Sendo assim, a realidade psíquica comporta o desejo

e a fantasia, que ordenam as representações do mundo exterior, conferindo-lhes um sentido próprio, que marca de maneira singular a história de cada um.

A fantasia é um modo de tratar a realidade. Em termos lacanianos, podemos considerar que a fantasia se apresenta como um filtro frente ao inominável da realidade da criança: o real. A fantasia dá um tratamento àquilo que, na realidade, mostra-se totalmente na ordem do não-sentido. Por mais que se tente conferir sentido à realidade, uma parte sempre ficará sem representação. Como nos indica Freud ([1940]/1996o), jamais será possível apreender completamente a realidade. Ademais, já que a fantasia é um modo de tratamento do real, também mantém uma relação com uma verdade que é inconsciente, como bem compreendeu Freud acerca do sintoma histérico.

No texto “Escritores criativos e devaneios” ([1908]/1996p), ele esclarece que a fantasia consciente, nomeada de devaneio diurno, e a fantasia inconsciente mantêm a mesma estrutura e propósito de satisfação de um desejo inconsciente. Ademais, a fantasia mantém relação com lembranças infantis, mas sobretudo com o material recalcado, conforme nos indica Freud, ao esclarecer a correspondência entre o brincar da criança e a criação literária. Dada a relevância dessa atividade infantil para o tratamento da realidade externa, faremos o seu desenvolvimento mais à frente. Porém, antecipamos aqui a interessante ideia de Freud (1996p, p.136) ao estabelecer a fantasia do adulto como algo contíguo ao brincar da criança: “ao crescer, as pessoas param de brincar e parecem renunciar ao prazer que obtinham do brincar (...). Na realidade, nunca renunciamos a nada; apenas trocamos uma coisa por outra, (...) em vez de brincar, ela agora fantasia”.

No entanto, ambas as atividades se diferem: enquanto a criança mostra seu brincar lidando diretamente com objetos tangíveis do mundo real, o adulto escamoteia sua fantasia e a mantém de modo separado do mundo real, afastando-se dos objetos, mas utilizando-se, por exemplo, de atividades literárias e artísticas como campo em que as emoções vinculadas a estas fantasias poderão se esvair. Por tal razão, as histórias narradas nos livros, filmes, músicas, dentre outros meios, evocam com facilidade as emoções das pessoas. Brilhantemente, Freud, nesse texto, indica que a dinâmica dos personagens e das cenas envolvidas nessas produções, sustentadas pela fantasia, reproduzem a dinâmica psíquica do ser humano e sua meta de realização do desejo.

Visando a realização de um desejo, a fantasia, a partir de uma situação presente, cria situações futuras utilizando-se de experiências passadas. Freud (1996p, p.138) destaca que há um enodamento das três dimensões: “desta forma o passado, o presente e o futuro são entrelaçados pelo fio do desejo que os une”. Assim, tanto a fantasia presente nas atividades

adultas, quanto aquela presente na brincadeira infantil farão o enlace das três dimensões do tempo.

Isso, por sua vez, evidencia que o ser falante, afetado pelas experiências com o mundo externo, lança mão dos recursos simbólicos para construir sua própria realidade, a qual, abstraída da dimensão cronológica do tempo, ganha sua mais intensa expressão na fantasia. Como ocorre no brincar infantil e nas ficções ali envolvidas, o mundo é reajustado, segundo a estética da fantasia. Encontramos um exemplo desse reajustamento da realidade no dito que acompanha a brincadeira de um menino de cerca de 5 anos, morador do Complexo da Maré, após presenciar a ação violenta da polícia em sua comunidade. Ele luta com os policiais, dando-lhe “soco na cara”:

(...) esses moto vai (sic) vir, esses monstro vai vir... esses monstro vem pra tomar soco na cara. (MORRI, 2014, 15'42”).

Notamos que a palavra “moto”, a cada nova repetição, vai se tornando a palavra “monstro”, possivelmente numa referência aos policiais de moto que, como os monstros das histórias infantis, são inimigos e devem ser combatidos, uma vez que, na compreensão da criança, são eles – os policiais – que agem com violência contra os moradores. Vemos, neste exemplo, como a fantasia reúne as três dimensões do tempo: o passado da experiência violenta, o presente da brincadeira, quando dá o “soco na cara” do policial e o futuro sem monstros. Mais adiante, prolongando-se na fantasia, o menino é aquele que elimina os policiais:

Eu já matei (...) três [policiais]. Ele queria me bater e eu dei um soco na cara dele, morreu. É tudo verdade. (MORRI, 2014, 12'43”, grifo nosso).

Temas dolorosos, histórias cruéis de violência e abandono podem ganhar, por meio da fantasia, um tratamento, veiculando emoções aliciadas por estes eventos, ao mesmo tempo em que há uma tentativa de ordenação da própria realidade: a criança fantasia não mais ser a vítima da violência do outro, mas dotada de um poder de eliminar o sofrimento decorrente. Em muitas outras situações, o tratamento operado pela fantasia pode resultar numa estética completamente distinta, como ocorre nas artes – beleza vinda do caos – ou quando sustenta o adoecimento e o sofrimento psíquico, conforme mencionado por Freud (1996p, p.139), quando fantasias se apresentam “exageradamente profusas e poderosas”, produzindo penosamente os sintomas. Retornaremos a este ponto mais adiante.

3.2.2 O faz-de-conta: o gozo regulado.

A fantasia também se apresenta como um meio utilizado pelo sujeito para preencher a lacuna do que não se sabe ou que não se aceita. Freud ([1908]/1996q) indica que o mito representaria de forma universal aquilo que cobriria o furo no saber humano. Igualmente universais, as fantasias das crianças, apresentadas por Freud (1996q) como teorias sexuais, evidenciam o interesse dela frente ao enigma do sexo. Nesse texto, “Sobre as teorias sexuais das crianças”, Freud (1996q) parte da observação direta de algumas crianças e dos relatos de pacientes adultos ao rememorarem suas experiências infantis, mantendo-se interessado em suas narrativas acerca da origem dos bebês, da cópula, da fecundação e do nascimento. Em geral, as teorias apresentadas no texto evidenciam o poder criativo e perspicaz das crianças que, atendo-se a um ponto da verdade, muitas vezes elaboram ideias curiosas.

O que Freud nos ensina é que a criança cria suas teorias a partir daquilo que vivencia como um enigma no que se refere aos assuntos sexuais. Como um protótipo de todo o interesse que a criança demonstrará por seu mundo, a experiência infantil da ameaça de perder privilégios de sua vida com os pais, a partir do nascimento de uma outra criança, será a força motriz de um movimento subjetivo que a fará inquirir sobre sua realidade. Certamente que, no avançar de suas pesquisas a respeito de “de onde veem os bebês?”, a criança deparar-se-á com o ponto do enigma, aquela parte da realidade inominável, dando-lhe como resposta a invenção de sua teoria infantil, tal qual Freud (1996q) nos indica. Desse modo, seguimos Freud em sua conclusão de que as investigações da criança se originam da atividade pulsional que agita seu corpo, o que nos possibilita compreender que toda fantasia é sustentada pela pulsão.

Exatamente por isso, as fantasias infantis se apresentam carregadas de agressividade. Um bom exemplo disso nos é apresentado por Freud nesse texto, referindo-se à concepção sádica do coito parental, que é interpretado como um modo de subjugação do mais fraco pelo mais forte. A criança irá buscar indícios e os encontrará, indica-nos Freud no texto: nas brigas diurnas dos pais e no sangue encontrado nas vestes e lençóis, reforçando assim sua teoria sobre a violência presente no coito. Observamos com Freud que a criança busca em seu mundo subsídios que sustentem suas teorias, o que consideramos essencial para compreender como essas “evidências” vindas da realidade poderão servir para firmar uma posição subjetiva da criança, a qual é o resultado da articulação da agressividade presente estruturalmente nas fantasias com discursos de seu cotidiano e que naturalizam a violência ou mesmo a segregação – o “ser segregado de”, “ser violentado por”, “ser violento com”:

Eu tava (*sic*) com meus primos. A polícia parou a gente e falou tanto de coisa: “Levanta a camisa”. Eu falei: “Eu não sou bandido não moço”. Aí ele então falou: “vai”. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.86)

Notamos, no relato acima, que a resposta “eu não sou bandido” aparece como resposta ao discurso que se encontra ali: discurso que, numa antecipação ao próprio sujeito, endereça-o a um lugar de segregação, sendo alvo do preconceito. Trata-se, portanto, do discurso de um Outro caprichoso e totalitário, que segundo Colette Soler (2002) elucida, carrega uma atribuição totalitária do Outro sobre o sujeito – “você é isso” – demonstrando o tipo de traumatismo que o discurso do Outro pode assumir e, conseqüentemente, evocar respostas de recusa a este lugar para onde o sujeito é direcionado. Mas também pode violentamente fixá-lo fantasmaticamente naquele lugar.

Freud ([1908]/1996r) já havia indicado a presença da agressividade nas fantasias num outro texto do mesmo ano, “Fantasias histéricas e sua relação com a bissexualidade”, no qual endereça a origem da fantasia inconsciente à vida sexual do sujeito, num tempo quando o autoerotismo marcava a experiência da criança com um corpo feito em zonas pulsionais, remetendo-nos às imagos do corpo despedaçado mencionado por Lacan (1998, p.107) em “Agressividade em psicanálise”, quando nos diz: “são as imagens de castração, emasculação, mutilação, desmembramento, desagregação, eventração, devoração, explosão do corpo” também presentes com frequência nas brincadeiras das crianças.

Essas fantasias histéricas mantêm uma correspondência com a satisfação perversa, podendo envolver situações fantasiosas, em que se vivenciam estupros, ataques e atos de agressão sexual. Desse modo, Freud nos apresenta a fantasia numa dimensão que transita pelo excesso e irrestrito, indicando claramente a atividade pulsional presente, que insistentemente exige uma satisfação.

Considerando que a fantasia insiste numa satisfação, questionamos sobre a natureza da relação que isso pode manter com alguns ditos apresentados anteriormente. Vejamos:

Aí na hora que eu vi assim... tá, tá, tá, três tiro (*sic*)... aí bateu assim na cabeça do menino, parece que **explodiu** assim...estourou (MORRI, 2014, 8’03”, grifo nosso).

Nós se preocupa (*sic*) todo dia...à noite. É muito estranha [a noite], as policia (*sic*) vem bater na gente **do nada**. (MORRI, 2014, 15’00”, grifo nosso).

Eu já matei (...) três [policiais]. Ele queria me bater e eu **dei um soco na cara dele, morreu**. É tudo verdade. (MORRI, 2014, 12’43”, grifo nosso).

Nos três enunciados, há a presença da violência, numa cena vivida ou fantasiada pela criança. Trata-se de ações violentas dirigidas ao corpo de um outro ou ao próprio corpo, mas que se destacam nos enunciados, respectivamente: o corpo que explode, o corpo que é fustigado, o corpo que é violentado e morto. Poderíamos considerar que esses ditos nos remetem às cenas primitivas do desamparo do corpo despedaçado? Consideramos que sim. Em outras palavras, acreditamos ser possível, numa torção cruel operada pela violência, que essas crianças acabem fixando suas histórias – ainda que pela via da fantasia – nas imagens de um tempo no qual a ausência do sujeito denunciava o acesso a um gozo ilimitado e irrepresentável, vivido como ameaça no corpo despedaçado. Sendo assim, podemos considerar que narrar essas cenas envolve, em seu substrato, uma tentativa de circunscrever este gozo que as remete a um tempo primitivo de um corpo fragmentado, ausente do próprio sujeito.

Avançando um pouco mais na relação entre a fantasia e o gozo, encontramos no artigo “Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais”, Freud ([1919]/1996s) apresentando sua análise de um tipo de fantasia primitiva que se apresentou em alguns de seus pacientes, ainda que estes não tenham sofrido dessa violência na realidade. Esta elaboração freudiana nos auxilia na compreensão de como a fantasia poderá servir à criança como forma de regulação do gozo, que se apresenta a ela em seu caráter inominável.

A descrição da fantasia, que comumente envolvia culpa e vergonha por parte de seus autores, dava-se em três tempos: no primeiro momento, a imagem que surge é “*o pai espanca uma criança*”. Trata-se de um devaneio diurno originado na infância em que os personagens ainda não são identificados. Para a surpresa de Freud, o primeiro tempo dessa fantasia estava ausente nos relatos dos pacientes homens. Este momento não possui caráter sexual, mas sim afetivo. O pai espanca uma criança que não é aquela que fantasia, mas que, numa construção analítica, conclui-se que “*o pai espanca uma criança odiada por mim*” logo, “*o pai não ama essa outra criança, ama só a mim*”. Aos poucos, observa-se que o sujeito se implica como agente da fantasia de forma amorosa, levando-se em conta o pai.

No segundo momento, o conteúdo se transforma em “*eu fui espancado(a) por meu pai*”. Trata-se de um conteúdo inconsciente e resultado de uma construção em análise. Há uma satisfação no espancamento executado pelo pai: a princípio uma satisfação geradora de culpa, como um castigo repressor dos impulsos incestuosos que a criança, numa posição feminina, remete ao pai, ligando-se a ele por meio do ato violento: o espancamento surge como um substituto que traduz a relação erótico-afetiva que envolve o romance familiar, não apenas na

fantasia da menina, mas também quando o menino se coloca numa posição feminina frente ao pai.

No terceiro momento, o conteúdo é “*um substituto do pai espanca uma criança (geralmente um menino)*”. Este momento apresenta um forte teor de excitação sexual que conduz à atividade masturbatória compulsiva. A menina que constrói a fantasia deixa o lugar daquela que é espancada e passa a ser a observadora da cena sádica. Ao mesmo tempo, tende a se identificar com o menino que é espancado, o que, segundo Freud, representa o momento em que a menina se afasta do pai e de sua relação incestuosa, assumindo temporariamente seu “complexo de virilidade”, numa forte identificação com o masculino. Freud notou que, no terceiro tempo, os meninos substituem o pai pela mãe (ou derivações desta), contudo mantém a posição passiva masoquista.

Freud, a partir desse trabalho, conclui que fantasias de espancamento são comuns na infância, confirmando assim que a sexualidade adulta encontra na sexualidade infantil seu fundamento perverso. Ademais, compreendemos com Freud que a construção da fantasia é necessária para a travessia daquilo que do real se apresenta no complexo de Édipo com todas as suas implicações na subjetividade da criança. Em outras palavras, a fantasia opera uma regulação para algo que “permanece intacto e potencialmente operativo no inconsciente” (Freud, 1996s, p.214), o que compreendemos estar relacionado à função da fantasia em regular o gozo.

Assim como os pacientes de Freud encontravam-se neuroticamente fixados na frase “uma criança é espancada”, compreendemos que a pluralidade das fantasias que sustentam as narrativas dessas crianças, igualmente, parece fixar um ponto de referência – a violência – em torno do qual circulam os significantes que ordenam a existência daqueles sujeitos. Soler (2021) nos lembra que Freud, em suas conferências introdutórias à psicanálise (1916-1917), ao tratar acerca das fantasias, demonstrou que algo mais “real” encontra-se envolvido na fixação de uma lembrança traumática, uma vez que se trata de uma fixação libidinal da sexualidade infantil, designando um modo de satisfação, de gozo efetivo. Desse modo, um circuito de satisfação constituir-se-á na fantasia, como encontramos notavelmente na sequência discursiva da criança mencionada anteriormente: “um policial é espancado, um policial é morto, um monstro é morto”.

Ademais, a fantasia possibilita a mediação entre o sujeito e o real, funcionando como uma janela que emoldura, circunscreve, o real, como encontramos definido por Lacan no matema: $\$ \diamond a$. Da grafia do matema, extrai-se a proposição de que a fantasia se dá como uma superfície translúcida construída pelo sujeito no face a face com o real do gozo. Lacan (2008a,

p.108), a respeito da fantasia, afirma: “essa fantasia, em que o sujeito é preso, é, como tal, o suporte do que se chama expressamente, na teoria freudiana, o princípio de realidade”. É o meio de que o sujeito dispõe de abordar a realidade.

Chama-nos atenção a palavra “suporte” em referência ao princípio da realidade. Como vimos anteriormente, a criança buscará evidências em sua realidade, ao mesmo tempo em que parte desta realidade manter-se-á fora do campo da simbolização, requerendo um tratamento pela via da fantasia. Esta será um recurso de que a criança poderá lançar mão no enfrentamento da violência, quando o Outro se apresenta total e feroz, gozando de seus corpos em sofrimento. Nesse caso, a fantasia é um suporte ao sujeito, a fim de evitar seu apagamento. Contudo, nem sempre esse recurso será suficiente, levando a outro tipo de resposta, conforme veremos adiante.

Como indica Freud nos artigos acima apresentados, a fantasia da criança nasce diretamente de sua vida pulsional. Sendo assim, precisamos considerar suas duas vertentes: pulsão sexual e pulsão de morte. Do lado da pulsão sexual, encontramos o princípio do prazer e, do lado da pulsão de morte, encontra-se o mais além do princípio do prazer: o gozo. É a fantasia, em sua função de emoldurar o real, que possibilita ao sujeito uma regulação de gozo, adentrando assim no campo do desejo. Por esta razão, parece-nos adequado considerar que a presença da fantasia, no contexto das zonas de guerra, diz de muitas possibilidades de essas crianças criarem arranjos, novos modos de enlaçamento, ao mesmo tempo em que questionamos quais são os efeitos sobre o sujeito, quando se depara com uma violência extrema, desmedida. Contudo, de modo ainda incipiente, destacamos que a violência pode evocar um gozo sem limite e sem lei, como ocorre nas situações que envolve extremos.

Segundo nos parece, o imperativo de gozo que é marca dos tempos atuais, regido pela lógica capitalista, expressa-se de vários modos extremos entre essas populações das zonas de guerra. Notamos que, em relação às construções discursivas destacadas abaixo, ainda que estas populações permaneçam, em geral, à margem da sociedade de consumo, não se encontram isentas de responder ao imperativo de gozo: seja em ações, seja na fantasia, seja na violência sem limites, a ordem é gozar.

Pô, posso falar a minha vantagem, a minha felicidade, legal? Minha felicidade? Acho que não tem mais jeito de eu ser feliz mais não. Não tenho mais ninguém... Anônima, adolescente, (ÔNIBUS, 2002, 2’43”).

Se te derem um tiro, você dá outro. Se a justiça não resolver, a gente resolve. Jefferson, 17anos. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.85).

Polícia, quando nós pega (sic), nós não vê não, nós degola, decapita, deixa eles fudido

mesmo num latão de gasolina, óleo diesel, deixa fudido, vira cinza, tá entendendo? Pena? Pena? Se não dizer onde tá o ouro, o dinheiro e as pedra (*sic*) preciosa, eu jogo é álcool em cima. Não fala não pra ver se não incendeia... vira é tocha, pô. (ÔNIBUS, 2002, 47'20").

Do matema da fantasia, compreendemos que o objeto *a* se apresenta como objeto mais-de-gozar, operando a inscrição do gozo numa dimensão articulada com aquilo que divide o sujeito, a linguagem. Nesse sentido, a fantasia delimita um campo de gozo numa referência ao sujeito dividido, portanto, na dimensão fálica, dimensão da linguagem. Contudo, conforme veremos adiante, a cena violenta poderá se configurar como cena traumática, evocando o trauma fundamental do sujeito, isto é, aquilo que escapa à ordem do simbólico, permanecendo sem representação, mas apresentando-se na cena. O gozo envolvido na dimensão do traumático tende a declinar a fantasia, podendo até deixar o sujeito desatado dos recursos simbólicos. Com isso, destacamos que o encontro da criança com a violência ocasiona um tensionamento do simbólico, cujos efeitos veremos.

Nesse ponto, apresentaremos um desses efeitos, aquele relacionado a uma atividade característica da infância: o brincar. Defendemos aqui que o brincar pode assumir um meio de tratamento adotado pela criança ao se deparar com o real da violência, ainda que observemos a incorporação na brincadeira do gozo que a violência em si promove. O que a criança constrói com esta ação e o que se encontra ali neste cenário? Vejamos.

3.2.3 O brincar da criança como suporte da fantasia

Na cena já mencionada do documentário “Morri na Maré” (2014), encontramos um menino, que aparenta ter 5 anos, brincando em sua casa. Durante as filmagens, ele menciona que havia “matado” três policiais. Ao final do documentário, ele brinca como se estivesse lutando com os policiais e diz, repetidamente: “...esses moto vai vir (*sic*), esses monstro vai vir... esses monstro vem pra tomar soco na cara” (MORRI, 2014, 15'42"). A brincadeira reproduz a cena violenta por meio de uma fantasia, na qual a criança não permanece inerte ou passiva diante de sua realidade, fazendo-nos perguntar de que forma o brincar – e o que se encontra implicado nesta atividade da criança – poderá ser uma forma de tratamento da violência.

Em linhas gerais, diante de uma situação considerada enigmática pela criança, quando ela se depara com o vazio de palavras, o brincar poderá ser a estratégia escolhida para tentar colocar seu próprio discurso em movimento, dando algum tratamento àquilo que não se nomeia.

Essa atividade se constitui para a criança como “fonte de prazer” para “promover uma economia na despesa psíquica” (FERREIRA, 2017, p.92).

Freud (1996p) utiliza a palavra “*spiel*”, jogo, para referenciar-se a estas atividades da criança. “*Spiel*” também significa “uma peça”, “jogar com as palavras”, uma estratégia da criança em conseguir satisfação, prazer ao ser mergulhada na dimensão da linguagem materna, quando a criança brinca com o som das palavras, ainda que nenhum sentido se abstraia disso (FERREIRA, 2017).

Nas elaborações freudianas sobre o jogo, o brincar aparece pela primeira vez no texto de 1908 “Escritores criativos e devaneio”, no qual destaca a natureza irrealista dos jogos infantis e a continuidade desses símbolos com os devaneios adultos. Conforme apresentamos acima, Freud já se apoiava na ideia de uma realidade psíquica constituída nos fundamentos inconscientes do desejo e da fantasia e que se manifesta desde cedo nos jogos da infância (SANTA ROZA, 1993; FREUD, 1996p). Contudo, aprendemos com Freud que a manifestação observável do brincar, regulada pelo sistema pré-consciente/ consciente, mantém-se debaixo da égide do processo secundário, garantindo coerência e ordenação de seu conteúdo manifesto. Sendo assim, o desejo inconsciente subjacente à apresentação do brincar é, portanto, “reordenado e recomposto para constituir um novo material, que mantém as reminiscências do passado” (SANTA ROZA, 1993, p.82).

Essa criação da criança, o “novo material”, interessa-nos, pois consideramos que esse novo arranjo, operado por um trabalho psíquico do sujeito, cria possibilidades à criança no enfrentamento da violência, isto é, no tratamento daquilo que do real emerge da cena violenta. Por esta razão, será preciso avançar um pouco mais na elaboração psicanalítica acerca do brincar, a fim de compreendermos a natureza desse novo arranjo que é produzido pela criança nesta atividade.

Em 1920, Freud descreveu, em “Além do Princípio do Prazer” (1996f), suas conclusões a partir da observação de seu neto Ernest, trazendo importantes considerações sobre aquilo que está em jogo no brincar. O menino inicialmente chorava a ausência da mãe e em seguida fazia com os brinquedos um jogo especial de fazê-los desaparecer diante de sua visão, repetidamente, representando assim, segundo Freud, o estar longe, a ausência. Posteriormente, a criança modificou um pouco a brincadeira, jogando seu brinquedo amarrado a um fio e fazendo-o desaparecer ao som das palavras “*fort*” (fora, longe, lá). Depois os trazia de volta à sua própria vista com o som da palavra “*da*” (aqui).

Diante da atividade criativa do menino, Freud compreendeu que o jogo do carretel representava a mãe da criança se ausentando, deixando-a, o que ocasionou, no vazio criado pela ausência, a representação de algo pela invenção do jogo (GUELLER, 2013; FERREIRA, 2017).

(...) em conexão com a mais importante cultura da criança, isto é, com a renúncia à pulsão (renúncia à satisfação da pulsão) por ela levada a cabo ao permitir sem resistência alguma a saída da mãe. A criança se ressarcia no ato, colocando em cena a mesma desapareição e retorno com os objetos que encontrava a seu alcance. (FREUD, 1996f, p.26).

Mas por que o menino repetia uma situação que lhe trazia dor? Ferreira (2017) elucida, a partir de Lacan, que o jogo assume uma possibilidade de simbolização frente ao real da ausência materna, “a resposta do sujeito àquilo que a ausência da mãe veio criar na fronteira de seu domínio, (...) é o jogo da repetição significante”. (FERREIRA, 2017, p.96), tal como encontramos na situação apresentada acima: “...esses moto vai vir, esses monstro vai vir... esses monstro vem pra tomar soco na cara”. (MORRI, 2014, 15’42”). Assim repetia o menino do complexo da Maré enquanto “lutava” com os policiais, indicando-nos que há uma satisfação envolvida na repetição, ao mesmo tempo em que se tenta produzir algo novo: a posição ativa da criança em ordenar seu mundo, dando “soco na cara” daquele que, para ela, representa o ponto de terror.

A repetição do menino da Maré nos lembra aquilo que Lacan (2008), apoiando-se na teoria dos princípios de Aristóteles, cunhou, no seminário 11, a respeito de dois conceitos importantes: *autômaton* e *tiquê*. O primeiro se refere à insistência automática dos signos na repetição inconsciente da cadeia significante, sujeitada ao princípio do prazer, à medida que o termo *tiquê* se refere ao encontro com o real, algo para além do princípio do prazer. Lacan (2008, p.56) afirma: “o real é o que vige sempre por trás do *autômaton*, e do qual é evidente, em toda a pesquisa de Freud, que é do que ele cuida”.

Para Aristóteles (apud GARCIA-ROZA, 2003), *tiquê* e *autômaton* se distinguem das demais causas em razão de seu caráter de excepcionalidade. Na cultura grega antiga, *tiquê* se relaciona à necessidade desconhecida ao homem, a fortuna, uma divindade desconhecida, mas nomeada e frequentemente presente e atuante no mundo, sendo a responsável pelo destino dos homens. Com Aristóteles, o conceito de *tiquê*, afastando-se da ideia de acaso, refere-se a algo que, como um destino, submete os homens, independentemente dos acontecimentos em sua volta. Contudo, o acaso se mantém, não como algo desordenado, mas como um tipo de ordenação acidental que articula situações existenciais independentes.

Por sua vez, segundo Aristóteles, *autômaton* diz respeito a uma causa accidental que não contou com qualquer deliberação humana ou divina, tendo como pressuposição uma ordem da qual é exceção. O efeito de *autômaton* será sempre inesperado, aproximando-se da espontaneidade e acaso.

Com essa construção teórica, Lacan aponta que a repetição, tal qual presenciamos no brincar e nos jogos da criança, não é simplesmente uma reprodução, nem recordação, nem retorno dos signos, mas sim um encontro com o real que produz algo novo (SANTA ROZA, 1993). Seguindo a lógica da *tiquê*, mantendo uma relação com a construção fantasmática do sujeito, o brincar assume o estatuto de interpretação diante do enigma da castração e do desejo do Outro (FERREIRA, 2017). Sendo assim, *tiquê* faz referência a algo que está para além de *autômaton*, já que designa o encontro com a falta, encontro com o real. Lacan (2008, p.59) esclarece a relação entre *tiquê* e o real ao afirmar que este é o que se repete: “o que se repete, com efeito, é sempre algo que se produz – a expressão nos diz bastante da sua relação com a *tiquê* – como por acaso”.

Na brincadeira da criança, o jogo dá o suporte necessário para que a matriz simbólica vá se constituindo e assim circulem os significantes. Na situação apresentada acima, o significante “monstro” emerge na brincadeira, em que a criança “mata” o “monstro”, o policial, ao mesmo tempo em que a brincadeira pode mostrar (“monstro”, “mostro”) algo da criança que denuncia seu medo, sua fúria e a natureza da relação que estabelece com esse Outro. Ao brincar, o menino mostra sua produção, o elemento novo que irrompe em sua relação com o Outro: sua atividade, sua fúria, sua fantasia revestida de “força mortal”.

Como na situação do neto do Freud, o deslizamento dos significantes na cadeia simbólica se firma na alteridade do estar e do não estar (*fort/da*); encontramos nas expressões “vir” e “vai”, “medo” e “dar soco na cara”, presença e aniquilamento. Em ambos os casos, o recurso da palavra – como *fort/da* – é veiculado devido ao seu estatuto de simbolização do que se encontra no jogo: presença/ ausência. Assim, encontramos um encadeamento entre esses elementos no brincar: a criança, a repetição, a linguagem e o fosso do real.

Para Freud (1996f), há um grande progresso cultural na posição que a criança assume no brincar, isto é, o trabalho psíquico operado nesta atividade – “*fort-dá*” – tornava-a ativa perante o inevitável da ausência materna. Ao lançar o brinquedo longe de si (“*fort*”, ir) estava dizendo “vá”, “eu mando você ir” (SOUZA, 2021). Do mesmo modo, como nos parece, fez o menino no complexo da Maré: ao enunciar “pra tomar soco na cara” está dizendo “te agrido, te mato, te faço desaparecer”. Ao mudar da posição passiva para a ativa, a criança pôde

transformar uma experiência penosa marcada pelo desprazer numa experiência de prazer, o que indica certo domínio da criança diante do insuportável da experiência. Mas, por que a repetição?

Esta questão nos leva a considerar que o objeto de desejo para o qual a cadeia significante faz referência tem, em termos de presença, uma consistência ilusória ao tentar ocupar o lugar do objeto perdido, objeto *a*. Nas palavras de Garcia-Roza (2003, p.43), “o que o constitui como ‘perdido’ é a nossa procura”. Sendo assim, a repetição operada pela pulsão circunda o objeto perdido, sem jamais tocá-lo. Isso é o que caracteriza a ação de *tiquê* no brincar da criança, a repetição do encontro faltoso, tendo no *automatôn* a repetição significante: “...esses moto vai vir, esses monstro vai vir... esses monstro vem pra tomar soco na cara”. (MORRI, 2014, 15’42”). Como Lacan (2008, p.60) nos ensina, o encontro com a falta se apresenta, desde a fundação da psicanálise, “de uma forma que, só por si, já é suficiente para despertar nossa atenção – a do traumatismo”, isto é, o real do trauma que estrutura o sujeito, conforme veremos na seção seguinte.

Podemos pensar o trabalho simbólico operado no brincar como bem-sucedido, quando esse ponto irrepresentável que evoca o horror do trauma pode ser ordenado de outras formas que tragam satisfação ao sujeito, pondo seu saber em destaque. A criança, sendo capaz de criar metáforas, poderá ordenar seu mundo de um modo prazeroso, sendo, portanto, uma forma de responder àquilo que testemunha cotidianamente, modificando-o de certo modo. Ilustramos essa possibilidade com um texto de Clarice Lispector (1998, p.99), quando descreve os desencontros da infância de sua personagem Sofia: “em superfície de tempo fora um minuto apenas, mas em profundidade eram velhos séculos de escuríssima doçura”. A infância difícil da personagem é-nos apresentada numa bela metáfora, como “velhos séculos de escuríssima doçura”. O simbólico pode tornar o horror em beleza, mas também poderá falhar.

Exatamente por não poder a tudo da realidade da criança representar é que a insuficiência do simbólico coloca o sujeito perante o real, essa “outra realidade escondida por trás da falta do que tem lugar de representação” (2008, p.64). Notamos, portanto, que brincando a criança oferece o tratamento possível ao real que a cena violenta pode desvelar. Real que, por sua vez, evoca a dimensão do trauma. Em outras palavras, o brincar convoca os recursos simbólicos da criança, fazendo com que os significantes circulem em torno deste furo do real que é o trauma, enquanto estrutural do sujeito, reordenando sua realidade. Vemos nessa atividade da criança um modo significativo de tratar, pela via da fantasia, a questão da violência.

3.3 A criança e o real

3.3.1 O trauma: real e gozo

A partir deste ponto, procuraremos elucidar de modo mais apropriado o conceito de traumatismo, não somente por sua centralidade na psicanálise no que se refere à constituição do sujeito, mas também pelo caráter traumático que as cenas de violência vividas por estas crianças podem assumir. Soler (2002) nos indica que há vários traumatismos, sendo o encontro com o sexual e com o discurso do Outro as principais vias de veiculação ao trauma, como expusemos acima, e que nos permite localizar o trauma na estrutura da linguagem.

A psicanálise nos ensina que, no instante do encontro da criança com a linguagem que vem do Outro e que incide em seu corpo, marcando-a com o significante, algo permanece fora do campo da significação, fora do sentido. Compreendemos assim que não há significante que comporte plenamente o ser, traduzindo-o em sentido. Por esta razão, uma parte da realidade do sujeito permanecerá sem representação, excluída do campo da linguagem, mas que dará consistência a esta realidade. É a essa parte, esse resto, que permanece exilado do campo da significação, que temos interesse em tratar nesta sessão, uma vez que emerge nas experiências com a violência extraídas dos relatos das crianças de nossa pesquisa.

Conforme apresentado no capítulo anterior, a violência comporta esse algo inominável, “violência sem palavras e sem representação”, como nos diz Ramirez (2017, p.35, tradução nossa⁸), resultando em inúmeras perturbações, efeitos produzidos sobre o sujeito em sua relação com o Outro; efeitos que se produzem no encontro com o traumático que a experiência comporta, conforme apresentaremos.

Chama-nos a atenção a experiência descrita anteriormente, na qual o menino de 6 anos, Sandro Barbosa do Nascimento, presenciou a morte violenta de sua mãe – esfaqueada por dois homens em sua presença – e que resultou em seu intencional abandono de sua família, indo viver nas ruas do Rio de Janeiro. Conforme relatamos anteriormente, um familiar descreveu o estado em que ficou a criança ao presenciar a cena violenta: silencioso, retraído, aparentemente indiferente aos fatos. Rompeu com os laços familiares de modo que nunca mais retornou à comunidade onde vivia com a mãe. Testemunhos de outras pessoas que conviveram com o Sandro, em momentos diferentes, confirmaram que ele permanecia silencioso, retraído e aparentemente indiferente – como que fixado na cena: a morte brutal da mãe evocava esse algo

⁸ “violencia sin palabras y sin representación”.

que não pôde ser representado e que permanece fora do campo simbólico – o real. Sendo assim, podemos supor que esse encontro da criança com a violência comporta o traumático do desamparo, tal como Freud (1996t) estabelece em “Inibição, sintoma e angústia”, em que o sujeito se percebe incapaz de lidar com aquilo que se apresenta na cena.

Destacamos um outro relato, apresentado por um morador do complexo da Maré chamado Jhonatas Santos de Castro, que também descreve sua experiência com uma violência descomunal, ao presenciar o assassinato de seu pai quando tinha 7 anos de idade. Notamos que os dois meninos, em condições semelhantes, vivenciaram experiências extremas com a violência, contudo o tratamento do segundo caso se deu de modo distinto, conforme já indicamos. Jhonatas, já adulto, diz:

Eu não me vitimizo. Eu não aprendi no Uerê a me vitimizar, e... ‘ah, eu nasci pobre, tive esse problema, eu vou morrer’. Não. Entendeu? (YVONNE, 2018, 5’10”).

Duas situações semelhantes, com respostas distintas: cada criança dará sua resposta frente ao real, a partir dos seus próprios recursos. Afinal, todo evento traumático tangencia um traumatismo, que é da ordem singular e que produz um efeito-sujeito, conforme nos diz Soler (2002), ao referir-se a esse elemento incalculável e imprevisível que rompe a lógica dos sistemas interpretativos do comportamento humano. Sendo assim, cada criança viverá o encontro com o trauma à sua maneira.

Ademais, considerando o uso indiscriminado do termo “trauma”, na maior parte das vezes, relacionado à criança, é necessário circunscrevê-lo em nosso campo de estudo, a psicanálise. Por esta razão, faremos um breve percurso a respeito deste conceito no ensino psicanalítico, retomando alguns pontos teóricos importantes já apresentados, bem como enfatizando a relação desse conceito com o real e o gozo. Acreditamos que esta elaboração teórica conferirá elementos importantes na compreensão das respostas que cada criança cria no enfrentamento da violência, conforme será discutido no capítulo seguinte.

A ideia de trauma foi sendo desenvolvida na teoria psicanalítica, desde Freud, a partir dos relatos de pacientes. Inicialmente, Freud compreendia que os estados mentais patológicos se davam em razão da realidade de um evento de natureza sexual ocorrido, o trauma, mantendo assim a conotação da origem grega da palavra: *trôma*, ferida, avaria (LIDDELL, SOCOTT, 1996). Freud, fundamentado pelo que as pacientes relatavam, acreditava que o trauma surgia de uma experiência sexual, na qual um adulto seduzia a criança e, posteriormente, em um outro evento, que apresentava reminiscências do evento traumático anterior, desencadeava o adoecimento mental. Contudo, conforme apresentamos acima, uma importante torção teórica

ocorreu quando Freud compreendeu que o adoecimento de suas pacientes não estava relacionado a um evento ocorrido, mas sim a uma fantasia de sedução, que erigia todo edifício sintomático.

Ademais, compreende-se o trauma como aquilo que surpreende alguém de modo intenso, avassalador, colocando o desamparo do sujeito em evidência. Destacamos que, desde o começo, o conceito de trauma envolveu dois aspectos: por um lado, a impossibilidade de acesso à palavra; por outro, a construção de uma fantasia. A esta fantasia, Lacan denominou de fantasia fundamental, devido à sua natureza constitucional no ser humano, que se sustenta na busca de completude e da recuperação do gozo perdido, conforme apresentado na tábua da sexuação: “esse \$ só tem a ver, como parceiro, com o objeto *a* inscrito do outro lado da barra, só lhe é dado atingir seu parceiro sexual, que é o Outro, por intermédio disto, de ele ser a causa de seu desejo” (LACAN, 2008a, p.108). Compreendemos que Lacan nos diz que o objeto se constitui sob o fundo de uma perda, sendo jamais encontrado, contudo, sendo tangenciado pela via da fantasia fundamental. Esta é a estratégia do sujeito de tornar a relação sexual possível, isto é, de seu encontro com o objeto *a*, o que faz da completude a natureza do desejo presente na atividade fantasmática que circula em torno do encontro traumático com o real do sexo. Por isso, Lacan (2005) nos diz que o objeto excedente – objeto *a* – faz furo no excesso do gozo, produzindo novos efeitos.

Collete Soler (2021, p.73) acrescenta que, desse modo, o Outro se constitui como um Outro traumático, sendo a natureza do trauma a falta no Outro. A autora nos diz: “o Outro intervém com o que lhe falta, com aquilo que ele, o Outro, não pode inscrever. (...) O furo no Outro é o sítio do trauma”. Por sua vez, depreendemos que a falta no Outro representa a impossibilidade de ele atender plenamente à demanda do sujeito por segurança – o que nos põe diante do tema do desamparo, conforme Freud pensava –, bem como oferecer-lhe a resposta acerca de sua própria existência: por que eu existo? Por que fui desejado?

Em seu ultimíssimo ensino, Lacan (2007) esclarece ainda mais o conceito de trauma, nomeando o encontro da criança com a linguagem como *troumatisme*. Como vimos, na marcação do corpo da criança com o significante que vem do Outro, um resto permanece não-simbolizável, emergindo um gozo fora do campo do sentido e, por isso, sua perda. O *falasser* construirá barreiras para se defender desse gozo inominável, ainda que vise recuperá-lo por meio dos objetos – objetos *a* – que surgem revestidos de suas roupagens imaginárias, segundo cada sujeito, a partir de sua própria realidade psíquica.

Sendo assim, o *troumatisme* implicará a irrupção do gozo e, ao mesmo tempo, um furo (*trou*) no saber, uma vez que há uma parte que se mantém fora da simbolização. Seguimos Soler

(2021, p.73), quando afirma que esse furo indica a natureza de foraclusão do trauma: “cada traumatismo tem uma estrutura de foraclusão de um real”. Ali, no furo do Outro, instala-se o trauma. Neste ponto de foraclusão, não há qualquer inscrição ou intervenção simbólica. A autora o nomeia de “golpe do real”, tendo no desamparo sua melhor aparição.

Ademais, desde Freud, o trauma envolve a proximidade de um excesso pulsional, que se mostra insuportável ao sujeito e que não pode ser descarregado. A isto, Soler (2021) faz referência ao termo “angústia sinal”, forjado por Freud (1996t) em “Inibição, sintoma e angústia”, indicando que esta possui a função de sinalizar a proximidade desse excesso insuportável. Anterior a este texto, em “Além do princípio do prazer”, Freud (1996f, p.40) havia escrito: “descrevemos como ‘traumáticas’ quaisquer excitações provindas de fora que sejam suficientemente poderosas para atravessar o escudo protetor”. Ora, isso que vem de fora não faz referência ao gozo que permanece fora do campo da simbolização?

Acrescentamos ainda, neste ponto, a importante distinção entre o trauma como acontecimento e o trauma como processo (BELAGA, 2004). Este último pode ser compreendido como um elemento constitutivo do sujeito, conforme apresentamos acima, quando nos referenciamos ao encontro da criança com o sexual freudiano, isto é, o real da própria existência como sujeito – encontro com aquilo que se encontra fora do campo do saber. Já que “no início era o traumatismo” (SOLER, 2021, p.62), encontramos aí sua natureza de fundamento do sujeito. Por sua vez, o trauma como acontecimento refere-se ao evento que, ocorrido *a posteriori* do trauma estrutural, evoca o horror do encontro com o inominável, o real, nos diz Soler (2021). Retornaremos a esta distinção no capítulo seguinte.

A partir do exposto, podemos reunir as principais indicações da psicanálise acerca do trauma do seguinte modo: há uma dimensão do trauma que é estrutural no ser humano, sua natureza sexual se dá na impossibilidade da existência da relação dos sexos, portanto, da completude com o Outro, sendo caracterizado pela impossibilidade do acesso à palavra e à simbolização, resto que permanece não-nomeável e insuportável e que retorna como gozo presente na experiência de um acontecimento traumático.

Uma vez que a fantasia é um meio de que o sujeito lança mão para tratar o gozo, depreendemos disso que esse tratamento assume um caráter singular, como nos indica o matema $\$ \diamond a$. O sujeito ali representado é único, resultando que o inconsciente de cada um regerá a apreensão da realidade e, conseqüentemente, a construção da fantasia e das respostas. Ademais, o encontro com o real do trauma implica sempre numa resposta por parte do sujeito – resposta que revela em que esse sujeito se fundamenta na estrutura discursiva.

3.3.2 O sujeito de frente para o real: que resposta?

As narrativas compiladas nesta pesquisa nos colocam uma questão acerca da relação entre um acontecimento violento e acontecimento traumático. Certamente que essa relação ganha importância por nos fazer compreender que, a despeito da violência se manifestar sobre as coletividades, há o elemento singular nesta experiência que diz respeito ao sujeito em questão e que torna um ato violento traumático para alguns e não para outros. Sabemos que este elemento é o inconsciente.

De fato, parece-nos que um evento violento só poderá ser experimentado pelo sujeito como traumático por ser tomado por ele em sua singularidade, isto é, quando evoca o *troumatisme* já realizado quando do encontro da linguagem com o corpo da criança, marcando-o com o gozo da língua e, ao mesmo tempo, colocando-a em frente ao impossível de simbolização do gozo. Assim, o acontecimento violento apresentar-se-á como acontecimento traumático, quando o sujeito é suspenso pelo excesso que incide sobre si, como nos indica Lacan ([1966]/2018, p.4, tradução nossa⁹), ao afirmar: “o sujeito está aí, no lugar dessa coisa obscura que chamamos como trauma, como um prazer esquisito”.

Compreendemos que Lacan nos diz que o trauma eclipsa o sujeito, o que nos remete a um tempo anterior, quando o *infans* existia imerso no gozo ilimitado do autoerotismo, do corpo só, antes mesmo que o Outro se constituísse como um lugar onde o sujeito encontraria algum recurso que tornasse possível qualquer mediação a esse gozo. É uma situação que se aproxima daquela na qual o Outro, na cena violenta, apresenta-se fora do campo do desejo, mostrando-se total, sem furo: o Estado, a polícia, o traficante, o outro que, sem lei, opera o terror. Sem recursos simbólicos suficientes, o sujeito se apaga e fica à deriva do gozo do Outro, como nos parece ser o caso do Sandro.

Do *infans* ao sujeito, será preciso abdicar desse gozo ilimitado – já realizado – por um gozo fálico, circunscrito pela linguagem; momento em que a criança aceita aquilo que vem do Outro, como passaporte para o ingresso no mundo dos falantes. Assim, o trauma é o buraco (*trou*) aberto na relação do sujeito com o Outro, carecendo, por parte do sujeito, de defesas contra o retorno desse gozo ilimitado e estranho à palavra, mas que arrebatava o sujeito. Essa defesa é realizada, como sabemos por Lacan (2008), por aquilo que se opera na separação do sujeito do Outro, quando o Nome-do-Pai se inscreve ordenando a cadeia significante: o gozo do Outro é barrado, circunscrito na ordenação fálica, fazendo emergir o sujeito desejante e

⁹ “le sujet est là, par exemple, au lieu de cette chose obscure que nous appelons tantôt trauma, tantôt plaisir exquis”.

produzindo um resto – um objeto que cai, perdido – marcando para sempre a impossibilidade da completude, mas constituindo a dimensão do desejo.

Ademais, o encontro da linguagem com o corpo, conforme nos indica Miller (2003, apud MATOS, 2014, p.6), produz uma permanente instabilidade, “mantendo no corpo e na psiquê um excesso que não se deixa reabsorver” e que retornará de diversos modos: nos sintomas, nas inibições, na angústia, nos atos, nas ideias obsessivas e nos pesadelos.

Quando os acontecimentos traumáticos evocam o gozo ilimitado do *trou*, a dimensão simbólica, a palavra e a fantasia são tensionadas, trazendo efeitos sobre o sujeito – como as respostas sintomáticas, as angústias e os atos, dentre outros, podendo também revelar uma circunstância mais extrema, quando a criança se mantém em silêncio, isto é, o sujeito é solapado. Douville (2019) nos traz um exemplo do que estamos tratando. Ao escutar meninos que foram recrutados como soldados em guerras civis na África, o autor descreve o processo do ingresso deles nas guerrilhas. O recrutamento dessas crianças vai desde a derrubada dos marcos da infância, como uma espécie de sepultamento da infância, até a solicitação a elas de que matem alguém de sua família e participem de rituais de canibalismo. Trata-se de um tipo de violência extrema, bastante diferenciada, conforme indica o autor, por se caracterizar como uma completa devastação dos lugares, dos nomes, das subjetividades. Devastação que, sustentando-se num mandamento feroz, presentifica a pulsão de morte, o gozo ilimitado. Ali, da posição de dejetos, esses meninos se entregam à morte, como uma mensagem sem código dirigida a um Outro total, a quem se almeja a coincidência do Um. “São sujeitos que foram colocados fora do discurso” (Douville, 2019, p.16). Impossibilitados da articulação com a palavra, mantêm-se silenciosos, nada expressam, nem vida, nem morte. Parece mesmo se tratar de algo produzido para além da dinâmica do princípio do prazer, mas que não encerra a possibilidade de outras respostas.

Dado o aspecto singular que o trauma comporta, certamente é preciso considerar as respostas do sujeito ao real no modelo do um a um. Ferenczi ([1934]/2011a, p.127), que demonstrou grande interesse em sua obra na relação entre a criança e o trauma, alinhando-se muito nesse ponto ao pensamento de Lacan, apresenta-nos sua compreensão acerca do efeito do trauma sobre a criança:

A consequência imediata de cada traumatismo é a angústia. Esta consiste num sentimento de incapacidade para adaptar-se a situação de desprazer (...) o salvamento não chega e até mesmo a esperança de salvamento parece excluída. O desprazer cresce e exige uma válvula de escape. Tal possibilidade é oferecida pela autodestruição, a qual, enquanto fator que liberta a angústia, será preferida ao sofrimento mudo.

O autor sugere que o trauma vai se constituir como um núcleo, em torno do qual gravita a repetição e o silêncio (FERENCZI, [1933]/2011b). Trata-se, segundo compreendemos, de um silêncio diante do estranho e do inquietante do gozo perdido, que retorna. A repetição e o silêncio ocorrem como os últimos vestígios de um sujeito que sucumbe à ruptura de suas bases identificatórias, das defesas, como nos demonstra o menino Sandro: desamparo, gozo e silêncio.

Seguindo a ideia que temos apresentado a respeito da dimensão traumática evocada no encontro da criança com a violência, Éric Laurent (2014) nos ensina que é preciso pensar no trauma sob a lógica de dois lugares: o furo do real no simbólico e o avesso, o furo do simbólico no real. Compreendemos ser importante considerar essas duas dimensões do trauma, uma vez que é a partir do traumático – e não da eliminação do trauma – que novas respostas poderão ser construídas pela criança, conforme nos diz Laurent (2014).

Na primeira dimensão, o sujeito encontrará elementos do real pela via do simbólico, o sintoma ou a fantasia, bem como com o resto de real que escapa da simbolização, a angústia, possibilitando que o sujeito possa se reconciliar com a desordem do mundo, reintegrando-se nos diferentes discursos dos quais foi banido. Laurent (2014, p.24) afirma que nesta dimensão se considera que o “acidente mais contingente, a restituição da trama do sentido, da inscrição do trauma, na particularidade inconsciente do sujeito, fantasma e sintoma, é curativa”.

Nesta dimensão, seguimos Demoulin (1997 apud MARCOS; D’ALESSANDRO, 2013) quando afirma que o trauma se torna assimilável por meio do sintoma, como no movimento descrito por Freud (1996s) em “Uma criança é espancada”: do segundo tempo da fantasia em que o sujeito, como objeto, encontra-se com o gozo sádico do Outro que o espanca, segue-se o terceiro tempo, cujo gozo envolvido é o gozo masturbatório, fálico. Posto isso, Demoulin afirma que é a fantasia formatada no terceiro tempo de “Uma criança é espancada” que possibilita a circunscrição do gozo mediante a amarração em nó do Real, Imaginário e Simbólico, possibilitando o tratamento do trauma pela via do sintoma.

No avesso do trauma, as respostas não são construídas pela via do sentido, mas daquilo que, da linguagem, apresenta-se como furo do simbólico no real, uma vez que “é a linguagem que é real ou pelo menos a linguagem como parasita, fora de sentido do vivente” (LAURENT, 2014, p.25). É desse ponto do não-sentido que é possível construir as regras do laço social com o Outro, conforme mencionamos acima, quando a criança busca no Outro algum significante que possa definir seu ser, conforme nos parece ter ocorrido com o Jhonatas. Assim, segundo o autor, “depois de um trauma, é preciso reinventar um Outro que não existe mais (...) um Outro que foi perdido” (LAURENT, 2014, p.26), possibilitando novos arranjos.

Laurent (2014) menciona que o acontecimento traumático oportuniza a construção de respostas, como aquelas que ocorreram após o 11 de setembro, quando pessoas se puseram a falar com pessoas que não falavam e de assuntos que não eram falados anteriormente. É o “empuxo à fala” ocasionado, segundo o autor, pela incidência do trauma.

Diante disso, é preciso que o sujeito seja capaz de articular outros significantes para além da atribuição conferida pelo discurso do Outro, construindo assim sua própria ficção, resposta pela via do sintoma e da fantasia que evoca seu próprio saber. É, portanto, ficção que se apresenta como mitologia do sujeito, ou seja, daquilo que se faz impossível em termos de verdade, mas que possibilita alguma mediação entre os registros.

Poderíamos, como conclusão desse capítulo, apresentar nosso percurso nos seguintes termos: a criança é um sujeito de desejo, movida pelo inconsciente. A ela cabe lidar com os impasses e enigmas de seu mundo pela via do simbólico, que nomeia e dá sentido a quase tudo de sua realidade, deixando de fora uma parte irrepresentável, que comporta um gozo ilimitado e avassalador – o trauma. Esse contexto retorna sempre que evocado por acontecimentos, ditos traumáticos, nos quais os recursos simbólicos podem ser insuficientes para qualquer tratamento. A isso, a criança dá sua resposta: tangencia o objeto perdido, na lógica do princípio do prazer, ou adere ao excesso pulsional presente no gozo.

Estabelecido este percurso, portanto, no capítulo seguinte, apresentaremos quais respostas foram encontradas nas narrativas daquelas crianças que enfrentaram um cotidiano em que a violência se presentificou de maneira marcante.

4 INVENÇÕES FRENTE AO REAL: AS RESPOSTAS DAS CRIANÇAS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

Pelas ruas da comunidade ou da cidade, a criança testemunha a violência, sofre diretamente sua ação como alvo e também age violentamente. Violência que desagrega o laço social, suspende certezas e apresenta-lhe a angústia. É em meio a uma atmosfera de medo e desamparo que a criança é convocada a lidar com os restos que a cena violenta lhe deixou e que põe à prova seu próprio saber; saber inconsciente e singular que situa a criança na cena diante do Outro feroz. Nesta prova do saber do sujeito, no encontro com a violência, qual seria a natureza da resposta apresentada pela criança?

Certamente que a criança tentará utilizar dos recursos que tem para dar algum tratamento aos restos do real que despontam no rastro deixado pela violência. Isso já indica que haverá uma variedade de possibilidades, que, no um a um de cada sujeito, vai se revelando modos de enfrentamento: alguns sustentados por uma fantasia; outros, por uma palavra; outros, pelo silêncio. Nada disso é previsível, mas diz do modo como cada criança se fixa ou se separa da cena violenta, pondo seu saber em ação. Como nos ensina a psicanálise, o saber inconsciente presente na criança envolve o ponto da ausência, da incompletude, da relação sexual que não existe, diferentemente da proposta de um saber pleno e totalizante, como indica Lacan (2008b, p.110) a respeito da ciência: “até agora, nada do conhecimento se concebeu que não participasse da fantasia de uma inscrição do liame sexual”, isto é, uma fantasia de ser completo, de exclusão do vazio. Isso, por sua vez, lembra-nos que, na situação do encontro da criança com a violência, é preciso considerar que o trabalho psíquico que produz a resposta envolve por um lado o saber inconsciente da criança e, por outro lado, a construção de uma fantasia de completude, numa trama que tensionará o sujeito, colocando-o sob questão.

Se a criança resistirá ou sucumbirá ao chamado do gozo do Outro, cada resposta dirá. Horror e desejo, declínio e resistência: cada resposta se dá ao modo do sujeito. Ao mesmo tempo, cada resposta é o resultado do tensionamento que a cena violenta provoca no saber da criança, revelando as suas possibilidades simbólicas e a mobilização de seu próprio desejo. Por esta razão, ainda que possamos organizar as respostas em agrupamentos, como iremos apresentar, não devemos perder de vista que estamos adentrando o campo da singularidade, do inconsciente.

Portanto, apresentaremos, neste capítulo conclusivo e final, as respostas inventadas pelas crianças no enfrentamento da violência urbana e cotidiana, encontradas em nosso campo de pesquisa a partir de suas próprias narrativas. Faremos nosso percurso de apresentação, indo

das respostas que indicam alguma inibição até aquelas que se caracterizam pelo apagamento do sujeito, tomando como referência o traumatismo envolvido na cena violenta vivida. Além disso, ao final do capítulo, traremos algumas considerações a respeito de um tratamento possível a estas crianças, a partir do que nos ensina a psicanálise de orientação lacaniana.

4.1 A que(m) responde a criança?

Conforme apresentamos anteriormente, a criança não se encontra alheia àquilo que ocorre em seu mundo; antes, ela vivencia as experiências, interpretando-as, criando respostas diante do Outro, cujas faces podem se multiplicar: no outro semelhante, mas também no Estado, nas instituições ou no sistema sociopolítico. Em todo caso, a proximidade desse Outro trará seus efeitos sobre o sujeito – respostas. No entanto, como vimos, do encontro com o Outro, restos serão produzidos, pedaços de real que insistem em escapar de qualquer tentativa de sentido, tornando-se horror, assombro e ameaça quando, na cena violenta, despontam em destaque.

Ademais, quando se vive numa zona de guerra urbana, encontros perturbadores com esses restos são abundantes e imprevisíveis, capazes de desagregar a ordem da realidade e causar efeitos marcantes. Isso se dá devido à violência comportar o potencial de desvelar o real do Outro, esse furo não alcançável do simbólico que se apresenta como traumático ao sujeito. Consequentemente, a violência com suas cenas traumáticas poderá causar um tensionamento nos recursos simbólicos discursivos da criança, já que ela irá se deparar com o enigma do furo do Outro, ou seja, com esse buraco vazio do recurso da palavra e do sentido. Sendo assim, aquilo que emerge por detrás da cena violenta é o próprio desamparo humano, a reminiscência de um tempo anterior à linguagem, quando não havia sujeito, apenas um gozo ilimitado que permeava o corpo da criança. Retornamos à citação de Lacan (1966, p.4, tradução nossa) para destacar o que ocorre na cena traumática da violência: “o sujeito está aí, no lugar dessa coisa obscura que chamamos como trauma, como um prazer esquisito¹⁰”. O horror da cena violenta condiz com a aparição da proximidade do Outro e da sua face mortífera, que agora parece figurar na cena, lançando sua sombra de gozo sobre o sujeito.

Diante disso, como poderíamos negligenciar o tratamento da situação da violência no Brasil sem evocar sua dimensão traumática? Sabemos que, na repetição das cenas violentas no cotidiano brasileiro das zonas de exceção, a guerra se configura e o traumático se apresenta

¹⁰ “le sujet est là, par exemple, au lieu de cette chose obscure que nous appelons tantôt trauma, tantôt plaisir exquis”.

como uma série: situações violentas anteriores – da segregação, da espoliação local, dos conflitos armados, das mortes violentas – marcam as histórias daquelas comunidades e das pessoas que ali viveram e vivem, ocasionando uma atmosfera de apreensão, medo e desamparo. É nessa dimensão histórica que os traumatismos anteriores, experimentados por essas populações e seus antecedentes, vão se conectando nesta série de horrores: a exceção colonial vivida na senzala, a exclusão social posterior imposta ao negro liberto e ao pobre, a atual exploração e controle dos corpos pela máquina estatal – combinações que ordenam o cenário atual da violência no Brasil. Em outras palavras, não é possível pensar as cenas traumáticas atuais com que esses sujeitos se deparam, como coletividade, sem considerar outras cenas traumáticas do passado comum a eles.

Esta situação presente no caso brasileiro faz-nos recordar daquilo que Freud concebeu, desde o início da psicanálise, acerca da cena atual sempre fazer referência a uma outra cena inconsciente. Sendo assim, consideramos relevante pensar que as cenas traumáticas vividas pelos antepassados numa comunidade ou grupo social compõem um estado atual de expectativas e repetições – medo, segregação e violências – e, ao mesmo tempo, denunciam a posição dos sujeitos ali implicados em sua própria história coletiva e singular, isto é, a dimensão única e específica do traumatismo do sujeito se articula com a dimensão comunitária e histórica (CHEMAMA; HOFFMANN, 2020). Ainda que nesta pesquisa tenhamos interesse – e por isso destaquemos – na dimensão singular, essa outra dimensão encontra-se entremeada àquela, como uma trama geracional de subjetividades construídas à sombra de um Outro, cujas nuances históricas e sociopolíticas se firmam.

Seguimos Lacan (2007), quando nos indica que o trauma é o buraco (*trou*) aberto na relação do sujeito com o Outro, carecendo, por parte do sujeito, de defesas contra o retorno desse gozo ilimitado e estranho à palavra, e que arrebatava o sujeito. Assim, consideramos que a resposta construída diante do trauma desvelado nas cenas violentas é, em todo caso, uma tentativa de a criança se defender da captura desse gozo. Obviamente, o tipo de resposta encontrada nessas circunstâncias dependerá da existência ou não da mediação operada pelo significante Nome-do-pai, mas, de todo modo, haverá uma resposta ao traumatismo evocado: desde as inibições das funções do eu até o desatamento subjetivo, quando o sujeito sucumbe, desaparecendo, numa repetição fora do sentido.

Nesse ponto, faz-se necessário destacar que, todo encontro com a violência tende a ser sentido como uma ameaça de destituição do sujeito do campo do desejo, desarticulando-o de seu próprio saber, uma vez que a proximidade da dimensão do trauma – que a violência comporta – apresenta-se ameaçadora à sua integridade como sujeito, já que o remete ao caos

pulsional do corpo despedaçado – tempo da alienação ao Outro. Referir-se a uma tendência significa aqui que haverá um tensionamento, como vimos, dos recursos simbólicos da criança, cujo resultado será múltiplo e, ao mesmo tempo, singular. Por esta razão, destacamos mais uma vez que, ainda que a cena violenta comporte o trauma, como evocação do *troumatisme* lacaniano, cada sujeito dará sua resposta a seu modo.

De fato, a evocação do *troumatisme* já implica uma experiência singular devido a seu caráter estrutural. Fica assim evidente que a resposta indica o lugar que o sujeito constrói sobre si mesmo em referência ao Outro. Mas que Outro? Miller (2018) destaca que o Outro tem muitas intenções sobre o sujeito, já que, antes mesmo de o sujeito advir, o Outro diz algo sobre ele. Nesse sentido, diz-nos o autor, o Outro pode ser mau e repleto de ameaças ao sujeito – um Outro feroz, que “as-sombra” o sujeito. De todo modo, há três questões que, segundo Miller (2018), irão referenciar esta posição do sujeito frente ao Outro: “que queres de mim?”, quando o desejo é posto em questão; “ele pode me perder?”, quando a separação implica a angústia da aparição do objeto *a*; e “de quê ele goza?”, numa referência ao gozo do Outro e à condição primitiva original do sujeito. Destacamos, nesta elaboração, o fundamento teórico para pensarmos nas três faces do Outro encontradas nos ditos das crianças em nosso campo de pesquisa, respectivamente: o Outro do desejo, o Outro da angústia e o Outro do gozo.

O primeiro é aquele que aciona o campo do desejo, colocando o sujeito em movimento. Em nossa pesquisa, este Outro surge no âmbito familiar e institucional, oportunizando à criança que lida com a violência a possibilidade de realizar movimentos subjetivos, pela via do sintoma e da fantasia. Esta resposta da criança se encontra ancorada na dimensão fálica que a fantasia resgata, como vimos acerca do terceiro tempo da fantasia “Uma criança é espancada”, ou seja, trata-se de um modo de resposta que dá um tratamento no gozo, circunscrevendo-o na lógica fálica presente na fantasia e no sintoma.

Encontramos um segundo tipo de endereçamento da resposta da criança a um Outro, que emerge nas cenas, sobremaneira, como o Outro da angústia: indeterminado, cujo desejo permanece igualmente indeterminado e que ganha o estatuto de capricho ilimitado, o que resulta na irrupção da angústia no sujeito, uma vez que não se sabe, nem se supõe, o que o Outro quer e pode. Contudo, notamos que, ainda que a angústia se faça presente, a criança, em alguns casos, fala sobre aquela indeterminação de muitas maneiras. Em outras palavras, a impossibilidade de simbolizar aquilo que se apresenta indeterminado – mas caprichoso – no Outro não interrompe a capacidade discursiva dessas crianças por completo. Elas acabam demandando aquela indeterminação ao ouvinte atento, quando este se coloca como desejoso de saber o que se passa com elas.

Considerando um terceiro tipo de endereçamento, esse Outro poderá se apresentar como consistência plena e total, com seu discurso totalitário, deixando o sujeito à deriva e paralisado no vazio do gozo do Outro, já que este se apresenta indeterminado quanto ao desejo, ou seja, trata-se do Outro pleno e coeso, que goza ilimitadamente. Declinado o desejo, o sujeito é tomado por esse Outro como objeto de gozo, oportunizando as repetições em ato ao modo de uma loucura (ROSA, 2016). Ademais, nestas circunstâncias, o encontro com o traumático resulta, em muitos casos, no silenciamento da criança, o que nos leva a considerar que o tensionamento do simbólico ocasionou uma desarticulação com sua capacidade discursiva, ficando o sujeito siderado pela cena traumática.

Posto isso, a seguir, apresentaremos as respostas encontradas a partir da análise das narrativas das crianças, tendo como referência sua relação com o traumático da cena violenta e o que isso evoca, a natureza do Outro a quem são endereçadas as respostas e a possibilidade do uso da capacidade discursiva no tratamento do gozo envolvido nas cenas.

Faremos esta apresentação, primeiramente, com as respostas que, segundo nos parece, veiculam-se a um Outro faltoso (*A*), cujo desejo se apresenta como um enigma ao sujeito, que opta por falar sobre seu sofrimento e seu mal-estar. Em seguida, trataremos das respostas aliciadas pelo Outro da angústia. Concluída esta apresentação, trataremos daquelas respostas que indicam a paralisia do sujeito na fixação do gozo traumático. E, por fim, retornaremos ao Outro da falta para tratarmos das respostas nas quais as crianças se afastam da cena violenta pela via da palavra e do desejo.

4.2 Inibições, sintomas e angústia na zona de guerra.

4.2.1 As inibições.

Considerando as inibições, compreendemos com Freud que se tratam da diminuição de funções do eu e que não poderiam ser caracterizadas como sintomáticas, ainda que essa distinção – entre inibição e sintoma – não seja muito significativa no texto do Freud ([1926]/1996t, p.91), já que nos alerta:

Uma inibição pode ser também um sintoma. O uso linguístico, portanto, emprega a palavra inibição quando há uma simples redução de função, e sintoma quando uma função passou por alguma modificação inusitada ou quando uma nova manifestação surgiu desta.

Veremos, com Lacan, que a distinção dos termos é importante e a manteremos no desenvolvimento desta seção.

Freud indica que a inibição se apresenta em diversas modalidades e o ponto em comum é a diminuição das atividades do eu: sexual, nutrição, locomoção ou atividades de trabalho. O eu a que Freud se refere no texto é o eu consciente, portanto, conforme compreendemos da leitura lacaniana, encontra-se na dimensão do imaginário. Ademais, a inibição, em Freud, assume contornos de defesa do eu, preservando-o organizado frente a uma ameaça – a angústia.

A partir das narrativas das crianças, encontramos três tipos de respostas na forma de inibição. Uma delas é a inibição intelectual, ou seja, dificuldades relacionadas ao aprendizado, conforme notado por voluntários que atuavam e atuam com as crianças em situação de enfrentamento da violência na cidade do Rio de Janeiro, como mencionamos no capítulo 1 desta dissertação.

Notavelmente, encontramos na atuação dos voluntários e dos professores do projeto Uerê, no complexo da Maré, naquela cidade, o testemunho de o quanto a violência interfere nos processos de aprendizagem. Na homepage da organização, encontramos: “a nossa metodologia foi desenhada diretamente para crianças e jovens de escolas públicas da comunidade, que possuem bloqueio cognitivos e emocionais devido à exposição constante a traumas e violência” (PROJETO, 2019, sp). Diante disso, compreendemos que esse tipo de inibição se configura tão comum nessas zonas de guerra, que tornou imprescindível a organização de projetos como esse, o qual se ocupa do auxílio à educação escolar e ao desenvolvimento do aprendizado daquelas crianças por meio de uma metodologia própria. Encontramos no documentário “Ônibus 174”, a menção feita pela fundadora do Projeto Uerê, a pedagoga Yvonne Bezerra de Mello, a respeito da inibição intelectual apresentada por Sandro Barbosa do Nascimento, que, quando criança, foi atendido por ela nas ruas da cidade e que, segundo a pedagoga, apresentava essa dificuldade em razão do histórico traumático que possuía desde o testemunho do assassinato de sua mãe.

Segundo Santiago (2005, p.119), “na inibição, a defesa suspende o desprazer, bloqueando, ao mesmo tempo, a cadeia de pensamento ou lembrança. Na medida em que um pensamento se torna um estorvo, o sujeito para de pensar, ou seja, tem seu pensamento inibido”. Neste ponto, podemos conjecturar que um certo pensamento se torna insuportável, não somente em sua relação ao evento violento – estar em meio a um tiroteio, presenciar o assassinato da mãe, viver na iminência de um ataque violento – como também àquilo que o evento indica a respeito do sujeito e da proximidade do Outro.

Há um outro tipo de inibição encontrada nos relatos das crianças: a inibição da locomoção. Conforme lemos nos primeiros textos de Freud, a inibição da locomoção sempre

se encontrou ligada à dinâmica patológica da histeria, sendo possível achá-la em outras situações clínicas. Em nosso campo de pesquisa, encontramos a inibição da locomoção diretamente associada ao medo da violência:

O Brasil não é tão bom assim, falam que é cidade maravilhosa, mas nem parece, **a gente não pode nem andar na rua**. Lucas, 12 anos (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.31, grifo nosso).

É ruim ser criança no Brasil porque não pode (*sic*) fazer nada, **não posso sair** porque tem tiroteios. Lucas, 12 anos. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p. 65, grifo nosso).

Nós ficamos com **medo de sair na rua** por causa de que nós ficamos com insegurança (*sic*). Karla, 13 anos (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.33, grifo nosso).

A inibição referida por estas crianças nos lembra da conclusão de Freud (1996t) a respeito do que ocorria com o pequeno Hans, quando diz que seria melhor ter medo do cavalo do que do pai, sendo mais fácil evitar, via inibição da locomoção, o encontro com os cavalos nas ruas, ou seja, não saindo mais de casa. Sustentando-nos neste parecer, podemos considerar que, ao não sair de casa, essas crianças evitam se deparar com algo. Para compreendermos do que se trata, é preciso avançar um pouco mais.

Para Freud (1996t, p.94), as inibições “são restrições da função do eu que foram ou impostas como medida de precaução ou acarretadas como resultado de um empobrecimento de energia”, portanto, uma retirada de investimento libidinal, um recuo, que serve como medida de proteção à angústia, agindo diretamente sobre o corpo, “paralisando-o”. Acrescentamos a isso o argumento de Lacan (2005, p.344), no seminário 10, quando nos apresenta a inibição como a introdução de um desejo distinto na função, ou seja, de “um desejo diferente daquele que a função satisfaz naturalmente”. Desse modo, a inibição, como defesa, relaciona-se à realização de um outro desejo, isto é, defende-se de um desejo, realizando-o por meio da inibição, a qual comporta em si o efeito daquele desejo e que diz de uma ação já realizada sob sua indução. Inibe-se a função para que o outro desejo se realize. É isso que Lacan destaca, desde Freud, quando afirma que o objeto da angústia encontra-se presente na inibição – como nos casos de histeria de Freud, quando os órgãos são paralisados, mas, ao mesmo tempo, são eroticamente investidos pela pulsão. Assim, a inibição é posta em referência ao objeto *a* como causa de desejo e conseqüentemente à castração e à falta.

Disso depreendemos que, ao inibir sua locomoção na zona de guerra, a criança cria uma forma de evitar a angústia pela vertente do recalque, tratando assim da castração e do desejo.

Diante do real da violência, o sujeito se depara com a própria falta, bem como com a falta do Outro. Desse modo, com a inibição, evita-se saber sobre a própria falta, além de manter-se na ignorância acerca da falta no Outro.

A terceira modalidade de inibição que encontramos em nosso campo de pesquisa, como uma resposta à violência, é o entorpecimento do abuso das drogas. Na parte final do documentário “Morri na Maré” (2014), há uma entrevista com uma criança que se apresenta com fala arrastada, pensamento lentificado, sugerindo o uso de alguma substância entorpecente. Trata-se de uma situação bastante comum, nos casos em que a criança passa a viver na dureza das ruas, como nos diz uma adolescente que teve esta experiência: “todo mundo que chega na rua, chega como inocente, não sabe roubar, tem muitos que não fumam maconha, não cheira ‘cola’, o que que acontece? (...) cresce muito rápido” (ONIBUS, 2002, 07’45”). A sugestão, na fala da adolescente, é que, tão logo a situação da vida nas ruas se mostre avassaladora, a criança passará a roubar e usar drogas para sobreviver ali. A referência ao uso da “cola” também aparece no seguinte relato:

Se eu fosse presidente, eu ajudava os meninos de rua pra eles voltar (*sic*) pra casa. Eu queria ajudar os pobres, pra esses meninos ficar em casa. **Pra parar de cheirar cola**, roubar as pessoas. Eu queria parar, eu queria isso. Eu queria que não existia (*sic*) tráfico na rua. Queria que existisse paz. Derico, 12 anos (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.31, grifo nosso).

Consideramos o entorpecimento como uma terceira resposta da criança pela via da inibição em razão do que diz Lacan (2005), quando afirma que o campo da inibição é o movimento, uma vez que toda função diz respeito ao movimento, não apenas ao deslocamento – é o sujeito, sob inibição, que perde o movimento. O autor nos apresenta uma curiosa definição do sujeito inibido: “ser inibido é um sintoma posto no museu” (LACAN, 2005, p.19), que nos parece indicar um sujeito a quem nada ocorre, pendurado numa parede como um quadro de museu – calado, imóvel. Desse modo, na inibição operada pelo entorpecimento, encontramos um sujeito que não se faz representar, “entorpecido” do próprio desejo.

Notamos que, em todas as respostas mencionadas acima, a inibição surge como uma tentativa do sujeito de encobrir a falta em sua relação com um Outro (*A*). Conforme nos indica Lacan (2007), no seminário RSI, a inibição é a invasão do imaginário sobre o simbólico, ou seja, a ambiguidade simbólica cedendo à fixidez do sentido imaginário. Sendo assim, diante do desvelado da castração que o evento violento ocasiona, o sujeito paralisa na fixidez de uma imagem que irá definir seu ser como aquilo que completa o Outro, ao mesmo tempo em que evita o confronto com o objeto – objeto *a* – que irrompe da fenda da separação com o Outro, já

que ele próprio – o sujeito – permanece fixado no gozo de ocupar a posição imaginária de objeto *a*, dando uma certa localização ao gozo, circunscrevendo-o, portanto, na dimensão do corpo paralisado.

Acreditamos ser importante nesse ponto retomar aquilo que foi elaborado anteriormente, no primeiro capítulo, sobre a configuração das zonas de guerra, como zonas de exceção, a fim de justificar – através de um viés macro – a presença das inibições nesse contexto, além de reiterar a questão da falta desse Outro, com a qual a criança se depara. O sistema sociopolítico no Brasil, como um Outro, mostra-se ineficiente na manutenção dos direitos dessas populações, bem como alimenta o endereçamento desses sujeitos ao não-lugar, ao não pertencimento social – zona circunscrita das periferias. Ali, a criança testemunha que não é a ética que move certas ações políticas, mas sim o discurso do mercado e do capital. Sendo assim, a cena violenta que arrebatava a criança denuncia uma rede de ações políticas que sustenta o sistema. Diante da angústia que emerge da cena, a criança retrocede, adentrando o campo da inibição, como uma estratégia que nega a falta do Outro, uma vez que o sujeito permanece paralisado no corpo como objeto do Outro.

4.2.2 *Os sintomas*

Para a psicanálise, o sintoma é o substituto de uma satisfação pulsional, que resulta do processo de recalque. Um aspecto importante acerca do sintoma é que ele consiste numa formação de compromisso entre a pulsão e a realidade. No entanto, conforme indicou Freud ([1917]/1996u), todo sintoma envolve a realização de uma fantasia inconsciente, sustentada por um desejo e que é carregada de uma mensagem, ao mesmo tempo em que é sentido no consciente como sofrimento. Conforme Freud (1996u) apresentou em sua conferência “Os caminhos da formação dos sintomas”, a fantasia, presente no sintoma, mantém seu caráter de fixação infantil, sendo o caminho por onde a libido escoar, no intuito de obter a satisfação. Portanto, Freud (1996u, p.361) indica claramente que os sintomas “são atos, prejudiciais, ou, pelo menos, inúteis à vida da pessoa, que, por vez, deles se queixa como sendo indesejados e causadores de desprazer ou sofrimento”.

Considerando a caracterização feita por Freud, destacamos o medo como uma importante resposta sintomática presente nas narrativas das crianças. Conforme apresentamos no primeiro capítulo desta dissertação, o medo surge como uma resposta bastante comum entre as crianças, sendo aquilo que sustenta a inibição da locomoção, muitas vezes. Ao falarem do

medo que sentem no enfrentamento da violência, as crianças demonstram preocupação e incerteza com relação a suas próprias vidas:

Eu tenho medo, quando eu tô (*sic*) saindo, às vezes eu não sei se tá (*sic*) acontecendo alguma coisa ... eu tomar um tiro. (MORRI, 2014, 5'40")

Eu tenho medo que aconteça alguma coisa com as criança (*sic*) que tá na rua...dando tiro. Só isso. (MORRI, 2014, 5'54").

Eu tenho medo de sair pra rua e não voltar mais. Eu tenho medo disso. (MORRI, 2014, 6'10").

Eu tenho medo de... tomar um tiro na rua, de surpresa. (MORRI, 2014, 6'17").

Dada a banalidade das circunstâncias em que a violência aparece veiculada nestas cenas, como algo que pode ocorrer num instante imprevisível, algumas crianças se sentem inseguras ao saírem de casa, outras mantêm essa insegurança mesmo em casa:

Onde você se sente seguro? No céu. Com Deus. Luís Antônio, 8 anos. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.133).

A gente não é feliz em nenhum lugar, a gente não é seguro porque nem na própria casa da gente é seguro (*sic*) porque a gente tá na porta da casa vem um e mata a gente. Mariana, 13 anos. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p. 127).

Consideramos que as circunstâncias descritas pelas crianças retratam a angustiante tentativa de cada uma de dar algum tratamento a essa violência que surge como elemento surpresa indesejado em seu cotidiano. As narrativas, segundo depreendemos, indicam a compreensão que a criança tem de ser um alvo da violência e, por conseguinte, ocupar o lugar do inimigo comum, quando se reconhece como parte daquele conjunto da população que sofre diretamente a segregação.

Consoante ao que nos parece, a insegurança das zonas de guerra e a incerteza de estar vivo ou morto no instante seguinte, ensejam uma angústia, que, em acordo com o estabelecido por Freud (1996t), pode acionar o mecanismo de recalçamento, produzindo o medo como sintoma. Mas qual sentido comporta esse sintoma na criança? Compreendemos que a resposta para esta questão só poderá ser conhecida no campo de uma análise, no um a um. Conjecturar um mesmo sentido para todas as respostas de medo seria desprezar a ética da psicanálise. Ademais, após 1920, Freud nos indica que decifrar o sentido de um sintoma é insuficiente para eliminá-lo, uma vez que todo sintoma envolve uma satisfação pulsional.

Destacamos que adentramos o campo do não sentido já no encontro da criança com a violência: “eu não sei se tá acontecendo alguma coisa” (MORRI, 2014, 5’40”). Esta “alguma coisa” se apresenta como o elemento indeterminado que surpreende a criança, ainda que esteja em alerta, e aponta a uma questão real de permanecer viva ou morta: “eu tenho medo de sair (...) e não voltar” (MORRI, 2014, 6’10”). Ditos que indicam o ponto daquilo que não é simbolizado, “alguma coisa” do real que se apresenta e evoca o traumatismo. Desse modo, vemos nisso como o sintoma se constitui como uma resposta, pela via do recalque, que livra a criança de ser capturada pelo ilimitado do gozo.

Miller (2017a), conjecturando acerca do conceito de sintoma afirma: sintoma é o signo e o substituto de uma satisfação pulsional não advinda que não aconteceu, isto é, o sintoma é a substituição de um gozo recusado no real, mediante a castração, a fim de obtê-lo no simbólico. Tendo a lei do desejo como operadora, no nível da palavra, essa admissão ao simbólico resulta no sintoma, ao que Miller (2017a, p.25) afirma: “o ser humano como ser falante está condenado a ser sintomático”.

Uma vez que o sintoma envolve uma recusa ao gozo no real, uma substituição, refletimos se a violência da criança seria uma resposta sintomática ou uma resposta de gozo, já que se torna bastante comum no contexto de nossa pesquisa. Em outras palavras, o excesso que a violência comporta já não a caracterizaria como a ausência de uma substituição pulsional, isto é, não a coloca plenamente no campo de gozo? Miller (2017a) nos apresenta seu posicionamento quanto a essa questão no texto “Crianças violentas”. Para o autor, a violência é gozo, visto que não ocorreu a substituição da satisfação pulsional, não houve recusa. Contudo, o autor nos esclarece que a violência pode assumir o estatuto de uma demanda. Sendo assim, nestes casos, poderíamos tratar a violência como uma formação sintomática?

Ademais, considerando que as zonas de guerra urbanas se constituem a partir de inúmeros fatores históricos e sociais, os quais veicularam a segregação e a própria violência, poderíamos pensar na violência da criança como inscrita na ordem de uma demanda ao Outro, ou seja, como resposta sintomática ao processo sociopolítico que incide sobre ela? Como devemos tratar isso? Gozo ou sintoma? Vejamos alguns ditos:

Ué, sabe como eu me defendo? Usando violência. Se te batem, você bate. Se te derem um soco, você dá outro. Se te derem um empurrão, você dá outro. Se te derem um tiro, você dá outro. Se a justiça não resolver, a gente resolve. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.85).

Quem faz esquece, mas quem apanha nunca esquece. O meu pai usava drogas e chegava em casa chapado e ia bater na mãe. Um dia eu fui lá e dei um tiro nele. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p. 97).

Compreendemos, seguindo Miller (2017a, p.29), que a violência, ainda que seja gozo, poderá se constituir como uma demanda ao Outro, “uma demanda de uma falta a ser” também marcada por uma causa, sendo assim considerada como sintoma. Notamos, nas narrativas acima, que o ato violento, por mais frívolo que possa parecer, resultou de uma circunstância anterior: “se te batem, você bate” (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.85). A conjugação do verbo no modo impessoal, sem indicação do sujeito que opera a ação, sugere-nos que o outro não se encontra fora do discurso, apesar de não se mostrar de modo definido na situação violenta, isto é, “se te batem” assume no dito a possibilidade de qualquer outro ser o agente da violência, evidenciando-se apenas o que se encontra em jogo: “quem apanha nunca esquece”. Consideramos que esta indeterminação se relaciona com o caráter difuso da violência sistêmica, ou seja, relaciona-se com uma violência presente nas engrenagens do sistema, sendo de difícil localização, muitas vezes.

A situação sociopolítica que envolve essas crianças em suas comunidades, nas quais o desamparo se presentifica como a negligência ou a ausência do Estado, repercute na questão da preservação dos direitos e se sustenta numa serialização de eventos traumáticos, que acentuam essa dimensão de desamparo e de uma luta solitária do tipo cada um por si, na qual a violência parece ser consideravelmente potente para abrir alguma possibilidade de existência. Isso, por sua vez, aproxima a compreensão da violência como sintoma.

Nesse contexto, compreendemos o que diz Miller (2017a) acerca da violência como sintoma, quando se refere à demanda de uma falta a ser, o direito de *ex-istir* – como sujeito – num sistema que o captura e o apaga por meio de seu discurso capitalista. Encontramos, na expressão dessa violência, um apelo que reivindica algum tratamento possível ao trauma ocasionado pela violência sistêmica em toda sua pujança. Miller (2017a, p.29) nos auxilia com sua argumentação: “(...) a violência na criança é o substituto da satisfação não advinda da demanda de amor”, isto é, a violência se dá como um apelo ao Outro por aquilo que não tem – uma tentativa de furar o Outro. Nisso reside a dimensão sintomática da violência.

Portanto, faz-se necessário distinguir a violência como gozo – tema a ser abordado adiante – e a violência como sintoma. Além disso, consideramos importante destacar que todo sintoma carrega um gozo em sua estrutura. Freud (1996u) já havia indicado que o sintoma implica a realização de um desejo, podendo carregar, mesmo no sofrimento e na dor, uma

satisfação. Indo adiante com Lacan, poderemos abordar a estrutura do sintoma por duas vias: a do simbólico e a do real. Pela primeira, o sintoma é “o significante de um significado recalcado da consciência do sujeito” (LACAN, 1998c, p.282), sendo mensagem dirigida ao Outro, de onde poderá receber alguma significação, ou seja, receber “sua própria mensagem de forma invertida (LACAN, 1998c, p.299), como notadamente encontramos em algumas narrativas:

A polícia bate no menino, bate na cabeça. O bandido falou que, quando a polícia chegar, é pra eu avisar ele. **Se não avisar, ele me esfolia.** A polícia é pra proteger bandido. Matheus, 8 anos. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p. 83, grifo nosso).

Mataram meu pai, porque ele devia a boca de fumo. **O tráfico começou a me ameaçar e por isso tive que sair de lá.** Agora morreu todo mundo, porque a vida dos caras é curta né. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p. 97, grifo nosso).

Papai e mamãe **me meteram a porrada** quando eu tava (*sic*) em casa. Eu roubava dinheiro no morro e o dinheiro era de um senhor que morava lá. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, pg.99, grifo nosso).

Uma vez que o sintoma consiste num “retorno, por via de substituição significativa do que se encontra na ponta da pulsão como seu alvo” (LACAN, 2008b, p.135), isto é, a satisfação, é nessa demanda endereçada ao Outro que o desejo irá circular em torno do objeto em questão. A satisfação poderá se dar no próprio testemunho de ver a encarnação desse Outro violento na cena do corpo que é fustigado:

Meu tio também foi assassinado. Ele tava (*sic*) bebendo com outro homem, a minha tia chamou ele pra casa, mas ele não veio. Quando ele vinha pra casa, o homem que tava (*sic*) no bar deu uns tiros nele. A minha mãe viu, a minha tia, a gente tava (*sic*) brincando e **corremos pra ver.** Silvan, 13 anos (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.85, grifo nosso).

Nesse ponto, podemos conjecturar a respeito do real implicado no sintoma, a saber, que o sintoma não é aquilo que o Outro vê, mas em sua “natureza é gozo, (...) gozo encoberto sem dúvida” (LACAN, 2005, p.140). Por sua vez, a dimensão do gozo diz da emergência do objeto *a*, ao que Miller (1998, p.28) afirma: “razão por que situamos como real o sintoma, aparato que localiza o real do objeto pequeno *a*, com seus semblantes”. Sendo assim, encontramos no medo o gozo de ser tomado como objeto do Outro: “Eu tenho medo de... tomar um tiro na rua, de surpresa” (MORRI, 2014, 6’17”), ao mesmo tempo em que o despontar do objeto *a* figura como uma ameaça diante do inominável horror da Coisa:

Eu tenho medo, quando eu tô (*sic*) saindo, às vezes eu não sei se tá (*sic*) acontecendo **alguma coisa** ... eu tomar um tiro. (MORRI, 2014, 5'40", grifo nosso)

Eu tenho medo que aconteça **alguma coisa** com as criança (*sic*) que tá na rua...dando tiro. Só isso. (MORRI, 2014, 5'54", grifo nosso).

Junto a isso, destacamos que o real desvelado na cena violenta, mobiliza o sujeito como numa espécie de fascínio, que o faz voltar seu olhar para o ponto do trauma: “A minha mãe viu [o corpo que acabou de ser morto], a minha tia, a gente tava (*sic*) brincando e corremos pra ver” (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.85, grifo nosso).

Nota-se que a posição de passividade, presente em muitas das narrativas, envolve um gozo e se sustenta ante a ameaça de ser possuído como um objeto com o qual o Outro pode gozar quando toma a criança por alvo de sua violência. Do mesmo modo, encontramos esse gozo em algumas narrativas, quando a criança fala de seu medo ou da cena violenta testemunhada: “Aí na hora que eu vi assim... tá, tá, tá, três tiro (*sic*)... aí bateu assim na cabeça do menino, parece que explodiu assim...estourou” (MORRI, 2014, 8'03"). Gozo que surge da possibilidade de ser tomado como objeto a ser fustigado, destruído, morto. Desse modo, o medo, na circunstância de sintoma, promove aquilo que Miller (2017a) denomina de legalização do gozo, isto é, a circunscrição do gozo no campo da lei, da linguagem. Dito de outro modo, para aceder ao gozo, é preciso renunciá-lo, recuperando-o de volta pela via do sintoma.

Posto isso, a partir do que apontamos nas narrativas como referência ao sintoma, ao se defrontarem com o Outro da violência, a angústia aciona o recalçamento para que uma resposta sintomática surja, ou seja, recusar o gozo no real para a produção de uma resposta no simbólico, sustentada por uma fantasia, por onde escoará a pulsão: fantasia que, segundo nos parece, segue uma lógica na qual o sujeito ora ocupa a posição do senhor, quando é o operador violento; ora do escravo, quando supõe seu corpo como o alvo da violência.

De qualquer modo, não pretendendo retornar às questões já apresentadas, mas buscando ir adiante, destacamos que frente ao traumático da violência, a criança poderá dar um tratamento pela via do sintoma, tendo a angústia como o alarme que acionará o mecanismo do recalçamento. Assim, o gozo que irrompe do real poderá ser configurado pela via do simbólico. Porém, quando o simbólico é tensionado além de suas possibilidades, na impossibilidade da articulação da palavra, advém a angústia.

4.2.3 Angústia

A psicanálise compreende que a angústia é uma resposta do sujeito quando da proximidade do trauma, conforme descrevemos no capítulo anterior, a saber, daquilo que é da dimensão do desamparo original, quando a criança esteve mergulhada no gozo autoerótico do corpo despedaçado. A angústia carrega a marca do infantil, como nos diz Freud ([1919]/2019), no texto “O Infamiliar”, em que o desamparo humano é apresentado como um estado de silêncio, de solidão e de escuridão. Assim, a angústia revela sua inquietante natureza de proporcionar a alguém a sensação de estar em contato com algo que é estranho e, ao mesmo tempo, familiar – o trauma.

De certa maneira, já abordamos a angústia de modo secundário, quando tratamos das respostas da inibição e do sintoma, uma vez que é a angústia que aciona o mecanismo de recalque frente à ameaça sentida. Contudo, por uma questão de clareza do texto, não a abordamos com o detalhamento necessário, como faremos a seguir. Prosseguiremos com nossa argumentação levando em conta o aspecto do desamparo, condição *sine qua non* da angústia. Consideramos, assim, aquelas narrativas que sugerem um estado de desamparo ou que se referem a ele, isto é, quando o sujeito se encontra só, declinado de suas referências imaginárias, pressionado pela ausência de garantias que possam viabilizar seu próprio desejo e, ao mesmo tempo, posiciona-se diante de um Outro que se mostra como ameaça. Vejamos.

Nós se preocupa (*sic*) todo dia...à noite. É muito estranha [a noite], as policia (*sic*) vem bater na gente do nada. (MORRI, 2014, 15’00”).

Pô, posso falar a minha vantagem, a minha felicidade, legal? Minha felicidade? Acho que não tem mais jeito de eu ser feliz mais não. Não tenho mais ninguém... (ÔNIBUS, 2002, 2’43”).

Ao que nos parece, os ditos acima revelam sujeitos à mercê de um Outro que tudo pode, cuja presença ameaçadora poderá surgir de qualquer lugar: “vem bater na gente do nada”. Destacamos que o Outro da angústia surge como indeterminação, uma vez que seu desejo permanece indeterminado e suas demandas se apresentam como puro capricho, conforme nos diz Vieira (2008, p.32): “estar fora da falta é estar no angustiante regime do tudo ou nada, da equivalência entre todas as demandas”. Vemos nisso que a indeterminação aponta para a falta da falta, já que o Outro se mostra total e absoluto, ocasionando a angústia, muitas vezes. Ademais, parece-nos que a indeterminação do desejo do Outro produz um efeito no sujeito,

posto que sua posição frente a este Outro se mantem igualmente indeterminada. Daí, há um afrouxamento do laço social, como encontramos no dito: “não tenho mais ninguém”.

Sabemos que, na indeterminação de qual lugar ocupa perante o Outro, a criança poderá responder de modos diversos. Contudo, neste ponto de nosso trabalho, destacamos a situação na qual a criança evoca figuras de seu cotidiano, as quais se constituem como objetos imaginários que referenciam o objeto *a*, identificados na psicanálise com a inscrição *i(a)*. Acrescentamos, que estes objetos se constituem como referências imaginárias, nas quais a criança pode se identificar numa posição subjetiva perante o Outro, mas que, na ausência de tais referências, o sujeito encontra-se desamparado perante o real de sua realidade. À guisa de exemplo, encontramos na narrativa abaixo um apelo dirigido ao Outro, mas que parece não fazer eco, isto é, não produz resposta.

Eu quero minha mãe e quero encontrar meu pai... verdadeiro. (MORRI, 2014, 15’35’)

Neste caso, trata-se de uma criança que se encontra em abandono, sozinha nas ruas da cidade. Destacamos que essa criança diz buscar pela mãe e pelo pai “verdadeiro”. Aproveitamos a oportunidade deste dito para refletir sobre o acréscimo – após uma pausa na narrativa – do adjetivo “verdadeiro”. Sua voz é trêmula, seu olhar parece perdido, buscando algo. O que de verdade comporta essa figura que se encontra, no momento, ausente? Bem, compreendemos ser possível que o apelo feito por esta criança, nas circunstâncias em que se encontrava, indique-nos que a ausência dos pais - verdadeiros – coloca esta criança diante de algo que lhe parece ameaçador de algum modo, ao mesmo tempo em que lhe endereça a estar diante do Outro como objeto dejetivo, um resto. Trata-se de um Outro caprichoso que não responde à sua demanda. Vê-se, então, a criança diante do desamparo e, conseqüentemente, da angústia.

Freud trata do tema da angústia em duas teorias. Inicialmente, compreendia que a angústia advinha de alguma circunstância na qual teria havido uma forte insatisfação de natureza sexual, como apresentado nos escritos da década de 1890. A libido represada no eu seria sentida como mal-estar, carecendo de uma descarga, o que acabaria por ocorrer em forma de angústia. Porém, num segundo momento, Freud (1996t) reformulou sua teoria ao considerar que a angústia se relacionava ao desamparo originário, sendo um afeto – um *quantum* de energia – desprazeroso, descarregado automaticamente no instante do evento, podendo também se constituir como sinal, isto é, uma defesa do eu ante uma situação de perigo, ameaça de reviver a cena do desamparo, o encontro com o trauma.

Segundo o texto “Inibições, sintomas e angústia”, Freud (1996t) compreendia que, frente à iminência da perda de um objeto intensamente investido pela pulsão, um sinal de angústia ligado ao eu é acionado. Uma vez que a angústia estaria ligada à perda do objeto – o seio materno, as fezes, o falo –, isso indicaria uma necessidade premente de substituí-los. Sendo assim, a condição primordial da vida humana é a capacidade de suportar a ausência do objeto, criando outras possibilidades. Prosseguindo com Freud na segunda tópica, compreendemos que a angústia é essencialmente angústia de castração, relacionando-se à perda e à separação, ou seja, é o encontro com a falta do objeto, portanto, tendo como referência a lógica fálica – temática que será trabalhada por Lacan de modo distinto.

Ao retomar o tema numa conferência realizada em 1932, intitulada “Angústia e vida pulsional”, Freud ([1933]/1996v) demonstra que a angústia se apresenta de modo distinto em diferentes momentos da vida, sempre marcada pela insuficiência de condições de elaboração psíquica, quando do encontro com o traumático. Por isso, a angústia se caracterizaria como a expectativa de um perigo não identificado. Ademais, ao considerar as relações de objeto como fator envolvido na manifestação da angústia, Freud retoma sua argumentação a respeito do desamparo humano, que marca a experiência do bebê em sua prematuridade e sua incapacidade de dominar seus estados de excitação, bem como a ausência do outro materno.

Parece-nos que Freud está fazendo referência ao estado primitivo do ser humano, mencionado anteriormente, no qual, segundo Lacan (2007), a criança, antes mesmo de se constituir sujeito, encontra-se tomada pelo excesso do gozo, o *troumatisme*: tempo da ausência da palavra, da falta e do desejo. Por isso, quando envolvida num evento que desvele a dimensão do trauma, a criança, de frente para o real, será invadida pelo não-sentido e pela angústia. Numa infamiliar rememoração reminiscente, a angústia no presente aponta para o furo (*trou*) deixado pela linguagem no encontro com o corpo da criança ao separá-la do seu gozo e do Outro. O furo é o lugar endereçado àquilo que resta desta separação: o objeto perdido, o objeto *a*.

Apoiamo-nos numa interessante síntese apresentada por Vieira (2008) sobre o processo que envolve o desprendimento da dimensão do desejo por parte do sujeito e a irrupção da angústia. Seguindo a álgebra lacaniana, os objetos de desejo, representados como $i(a)$, muitas vezes referenciado a algo ou alguém – como vemos nos ditos sobre encontrar-se com os pais novamente, viver em segurança, ser feliz de alguma maneira –, constituem-se como o revestimento imaginário do objeto *a*. Contudo, uma vez retirada as bordas “()” deste revestimento, o objeto desponta em sua natureza de êxtase e horror; o esvaziamento do sujeito: “acho que não tem mais jeito de eu ser feliz mais não. Não tenho mais ninguém...” (ÔNIBUS, 2002, 2’43”).

Enquanto Freud (1996t) compreendia que a angústia irrompe ante a ameaça da perda do objeto, Lacan (2005) defendia que não se trata da perda do objeto, mas da falta da falta. Em outras palavras, é quando algo se põe no lugar da falta do objeto que a angústia advém. Que é esse algo? Lacan nos indica: a Coisa freudiana, *das Ding*, o puro gozo da completude com o Outro, o objeto *a* em sua vertente de objeto mais-de-gozar. Em outras palavras, é no despontar do objeto *a*, como objeto de gozo, que a angústia advém. Sendo assim, a emergência do objeto *a* indica o desaparecimento do objeto amado investido imaginariamente, pondo em risco toda estrutura imaginária.

Aproveitamos, neste ponto do texto, para retomar a elaboração feita por Lacan (2005), ao estabelecer a relação entre a angústia e o registro imaginário, a fim de nos auxiliar na compreensão dos efeitos da emergência do objeto *a* na resposta da angústia. Resumidamente, podemos retomar assim o percurso feito por Lacan: o eu tramita em duas vertentes, o encontro com a imagem jubilatória, que apazigua o desamparo do corpo despedaçado e a despersonalização, o horror do não reconhecimento do Outro. É pela via da linguagem do Outro que o sujeito assume aquela imagem como sendo sua, seu próprio corpo, identificação do eu. Contudo, o espelho, isto é, o Outro, não cobre completamente essa construção imaginária, ficando algo de fora, a falta ($-\phi$). Falta algo ao sujeito, dividido pelo desejo do Outro, e, por isso ele pode desejar, investindo nos objetos. Isso se dá uma vez que os objetos – objetos *a* – surgem revestidos de suas roupagens imaginárias segundo cada sujeito, a partir de sua própria realidade psíquica. Em outras palavras, há um investimento fantasmático de natureza sexual nesses objetos que afasta o sujeito da Coisa, aproximando-o, portanto, da dimensão do desejo, como encontramos nos casos nos quais o sujeito se defende da angústia pela via do desejo, já que o objeto *a* encontra-se revestido – “()” – imaginariamente.

Neste ponto, referenciamo-nos ao caso do Jhonatas Santos de Castro, jovem que presenciou o assassinato do pai quando era criança no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. Ele diz: “Eu não me vitimizo. Eu não aprendi no Uerê a me vitimizar. (...) nós temos um caminho diferente” (YVONNE, 2018, 5’10”). Vemos neste exemplo que os objetos investidos pelo sujeito são os objetos de desejo do Outro – o aprendizado, a carreira profissional, a família, no caso apresentado. Observamos como a dimensão do desejo uma vez instituída, ainda que pela via de um Outro institucional, dá seu tratamento à angústia. Trataremos mais adiante desse tipo de resposta.

Diferentemente do tipo de resposta que o Jhonatas apresenta, compreendemos com Lacan que, ao emergir em sua face de objeto mais-de-gozar – sem o contorno imaginário “()”, também é declinada a dimensão do objeto *a* como objeto causa de desejo, ameaçando o ser do

sujeito, já que se evoca o gozo ilimitado e põe em abalo a estrutura imaginária do sujeito. Note-se que a ameaça soa como uma dúvida – “o que pode deter estes policiais violentos?”, “meus pais estão em algum lugar, onde poderei encontrá-los?” ou “sabe qual é a minha felicidade?” – uma suposição de que há uma felicidade para além desta realidade em que se vive, mas não aqui nesta realidade, isto é, a perda de esperança no futuro reflete a impossibilidade de desejar, aqui, alguma coisa como a felicidade. Pensamos que é nesta dimensão de desalento – e, ao mesmo tempo, de ameaça da falta da falta – que surge a angústia, pressupondo um Outro a quem seja possível endereçá-la de algum modo.

Retornando ao texto “Angústia e vida pulsional”, Freud (1996v) destaca que a angústia se relaciona à repetição de uma cena traumática anterior e ao temor, decorrente dessa proximidade ao trauma, daquilo que pela manifestação da pulsão caminha para além do princípio do prazer, pondo em risco a própria economia psíquica. Vemos, assim, como Freud aborda a pulsão de morte em referência à angústia, ou seja, esta anuncia a proximidade daquela.

O apagamento da dimensão do desejo que a angústia ocasiona aparece em muitas narrativas em nosso campo. Chama-nos atenção a repetição cotidiana das cenas violentas não apenas nas ruas durante as operações policiais, mas também nas famílias e na escola. Segundo nos parece, a presença insistente deste real – que não cessa de não se inscrever – dita a proximidade da pulsão de morte em todo lugar onde a criança se encontre e, certamente, que essa situação difusa, aparentemente sem objeto definido, endereça-a a um lugar abjeto, fazendo irromper a angústia. Dentre as inúmeras narrativas que nos apresentam esse endereçamento, destacamos duas:

Voltar pra minha família? Só se for no caixão. De lá mesmo, vou pro Bom Jardim [cemitério], minha cova já tá (sic) encomendada. José, 16 anos. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p. 97, grifo nosso).

A professora bate na mesa, grita com os outros. Como purê de batata na escola. Rosa, 7 anos (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p. 103).

Chama-nos atenção o endereçamento que esse Outro da angústia dá ao sujeito: o caixão, o solapamento. Contudo, destacamos a natureza desse Outro que a angústia constrói: indeterminado, cujo desejo permanece igualmente indeterminado, o que resulta no apagamento do desejo do sujeito, uma vez que não se sabe, nem se supõe, o que o Outro deseja. Vimos que essa indeterminação quanto ao saber sustenta, na criança, o medo difuso e a incerteza de seu futuro, já que o Outro da angústia atua na base do capricho, tendo o poder de levar para o caixão ou de esmagar o sujeito como “purê de batata”.

Junte-se a isso que levantes poderão ocorrer, isto é, atentados a esse Outro, como vemos nos atos violentos, os quais procuram abrir algum espaço para a falta no Outro, um buraco, mesmo que seja feito à bala:

O meu pai usava drogas e chegava em casa chapado e ia bater na mãe. Um dia eu fui lá e dei um tiro nele. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p. 97).

Muitas vezes, o tratamento dado pelo sujeito à angústia da presença do Outro será a violência, como mencionamos anteriormente. Concordamos com Vieira (2008, p.43) quando afirma: “com o Outro da angústia, sem corpo, a bala sempre fracassará”, isto é, a ilusão que o ato violento comporta é de poder fazer falhar o Outro, não obstante, alimenta o ciclo de indeterminações, uma vez que se trata de um ato sem lei, que instaura o caos e a ruptura no tecido social.

No seminário 10, Lacan (2005) propõe um interessante esquema gráfico no qual apresenta a relação da angústia com o gozo e o desejo, sintetizando os principais pontos já mencionados acima acerca da irrupção da angústia. Neste seminário, Lacan propõe esquemas onde tenta elucidar sobre a divisão do sujeito operada pelo significante e sua relação com o objeto da angústia. Utilizamos de um desses esquemas gráficos (figura 4) a fim de localizarmos as dimensões com que trabalhamos até aqui quanto à compreensão das respostas das crianças no enfrentamento da violência.

Figura 4: A angústia entre o gozo e o desejo

A	S	Gozo
<i>a</i>	<i>Å</i>	Angústia
\$		Desejo

Fonte: Lacan (2005, p.192)

No referido esquema gráfico (figura 4), encontramos, no primeiro nível, a indicação do estado mítico primitivo em que o sujeito (S) se encontra não dividido, ainda inexistente, e o Outro (A), como originário do significante. Esta é a dimensão do gozo, sendo a extração do objeto *a* aqui representada como a plenitude do gozo. S seria um sujeito de gozo, se pudéssemos referenciá-lo como sujeito, que, de fato, não é, sendo possível apenas localizá-lo miticamente.

No segundo nível, a angústia, encontramos o objeto *a*, o resto da operação da separação do sujeito e do Outro (*A*), “prova e garantia única, afinal, da alteridade do Outro” (LACAN, 2005, p.36), aquilo que possibilita ao gozo conhecer do Outro, isto é, o objeto *a* surge como uma metáfora do sujeito do gozo, caso fosse assimilável pela significantização, mas como não é, reconhecemos que ele é o que resta da operação significante, ao instituir o sujeito barrado (\$), como encontramos no terceiro nível, do desejo.

Como vimos, para Lacan, a angústia irrompe no momento em que o objeto *a* surge diante do sujeito, fazendo com que sua imagem se desmorone, sua própria condição de sujeito se encontre ameaçada. Por isso, Lacan (2005, p.191) afirma que, na angústia, o sujeito é “premido, afetado, implicado no mais íntimo de seu ser” – é feito como “purê de batatas”, segundo a criança. A isto consideramos importante relacionar o estado de ruptura com o desejo, que muitas crianças acabam se encontrando diante do real que a violência desvela. Encontramos nesses ditos, um sujeito que sofreu uma pressão, estando comprimido em sua dimensão de ser desejante:

Pô, posso falar a minha vantagem, a minha felicidade, legal? Minha felicidade? Acho que não tem mais jeito de eu ser feliz mais não. Não tenho mais ninguém... (ÔNIBUS, 2002, 2’43”).

“Não ter mais jeito” nos denota a condição de esvaziamento que algumas dessas crianças se encontram: a desesperança como o estranho vazio que surge no caminho, a falta da falta operada pela angústia. Assim, essa desesperança se apresenta como a destituição do querer alguma coisa, afinal querer algo já implica uma falta. Conforme nos parece, este vazio de desejo também se apresenta naqueles ditos, nos quais uma certa realidade de abandono se mostra estabelecida, fixa e imutável, como nestes enunciados a respeito da escola e da educação:

Eu estudo na escola ... Perdigão... entra burro e sai ladrão... (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.59).

Se for uma escola boa, o máximo que ela vai te preparar é o que? Para ir pro vestibular. Quando acabar o vestibular, acabou. Você esquece tudo. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.59)

Acrescentamos ainda que Lacan situa a angústia entre o gozo e o desejo no esquema da divisão significante do sujeito (figura 4), indicando-nos que ela não se encontra como mediadora entre o gozo e o desejo, mas sim como mediana, o que nos sugere que de um estado pode-se chegar no outro. Caso a criança consiga operar, por meio de algum recurso simbólico,

a angústia poderá produzir um sintoma, circunscrevendo o gozo na dor e no sofrimento que o sintoma comporta. Mas, haveria alguma resposta à violência que se referencie ao primeiro nível do esquema proposto por Lacan? Em outras palavras, qual é o tipo de resposta, seus efeitos e quais as condições em que é produzida quando criança acede plenamente ao gozo?

4.3 Uma resposta encontrada para além da angústia.

Quando observamos com cuidado as respostas criadas pelas crianças diante de acontecimentos violentos, encontramos um tipo que se apresenta de forma bastante distinta das expostas até este ponto. Anteriormente, fizemos menção a este tipo de resposta também encontrada por Olivier Douville (2019) quando, em um trabalho humanitário com crianças-soldados num país africano, deparou-se com crianças e adolescentes silenciosos e resistentes a falar sobre os eventos traumáticos de extrema violência que viveram – sujeitos fixados na cena traumática.

Em nosso campo de pesquisa, encontramos a história do Sandro Barbosa do Nascimento, já apresentada no primeiro capítulo desta dissertação. Chama-nos atenção a reação do menino ao presenciar o assassinato violento de sua mãe, quando tinha 6 anos de idade: pouco falou sobre o ocorrido, comportando-se aparentemente indiferente à toda situação que testemunhou. No dia seguinte, foge de casa e passa a morar nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, mantendo-se mais reservado e silencioso. O desfecho de sua vida – sabemos – envolve uma outra ação violenta, desta vez protagonizada por ele mesmo, ao sequestrar um ônibus, o que ocasiona não apenas sua morte, efetuada pelos policiais, mas também na morte de uma refém, causada por Sandro no instante em que houve a tentativa frustrada da polícia em alvejá-lo. Um fato nos chama atenção nesta última cena urbana envolvendo o Sandro: segundo as vítimas sequestradas e os especialistas, ele não tinha intenção de cometer assassinato algum e até mesmo o sequestro pareceu diferente do modelo que comumente é encontrado. Sabemos que o Sandro não solicitou qualquer quantia em resgate – sua única exigência foi a presença das câmeras de televisão.

Como que esta história nos apresenta um outro tipo de resposta e em que consiste tal diferença? Como indica Douville (2019), a partir do que encontrou em seu trabalho com crianças traumatizadas pela violência, esse grupo se nega a falar, mantendo-se em silêncio e alheio ao laço social. Não utiliza a linguagem como meio de dar algum sentido ao que vivenciou ou como forma de estabelecimento do laço social. No silêncio, na escuridão do desamparo, oferece ao Outro a si mesmo como seu próprio sacrifício, explicita-nos Douville (2019). Tal

descrição, segundo nos parece, aproxima-se de um tipo de resposta que tem sido estudada e nomeada de traumatismo por alguns autores como Mírian Debieux Rosa, Roland Chemama e Christian Hoffmann. Segundo os autores, trata-se de uma situação na qual o sujeito se encontra siderado no trauma desvelado na cena violenta e completamente paralisado e impotente no uso de seus recursos discursivos.

Seguindo a professora e pesquisadora Mírian Debieux Rosa (2017), o desamparo social oportuniza o desamparo discursivo, no qual o sujeito – o migrante, o excluído, o desvalido – silencia-se, incapaz de situar-se em sua própria história e cultura, mantendo-se aprisionado a inúmeras fantasias de ódio, rejeição e desposseção. Nesse sentido, a história do Sandro – o Mancha – aglutina inúmeras outras histórias de tantas outras crianças desvalidas e segregadas que tentam encontrar alguma saída.

O Mancha veio pra rua ainda criança, cara, então, ele não teve tempo pra ter o amor de ninguém, entendeu? Então, a única coisa que ele aprendeu na rua foi sobreviver, mano. (ÔNIBUS, 2002, 3'15").

Se a história dialetiza a existência do sujeito, permitindo-lhe nomear e endereçar-se a lugares nos quais pode dizer de seu sofrimento, a violência rompe a diferença, expulsando o sujeito de sua própria história e impondo a todos um mesmo modo de existir. Desse modo, o desamparo discursivo é um dos produtos finais da violência que os atinge, debilitando as vias discursivas que sustentam o laço social e a transmissão da cultura e que confeririam ao sujeito um lugar frente ao real. Por esta razão, supomos que, no caso do Mancha, a primeira saída foi a desposseção, o desatamento do sujeito de suas bases identificatórias – o nome, a família, o laço social e a linguagem – lançando-o na errância das ruas:

Foi o que nós todos aprendemos, sobreviver por si próprio, porque se eu for um menor de rua e ficar aqui sentado e não correr atrás, ninguém vai aparecer ali e dar uma comida... (ÔNIBUS, 2002, 3'15").

Diante disso, compreendemos que, antecedendo a violência como ato, a violência sistêmica convoca um Outro, pleno e total, que declina o simbólico e apresenta-se em sua face real. É o Outro que pode tudo, sem limites a seu gozo. O traumático surge quando, do encontro com o discurso totalitário do Outro, o sujeito se vê frente ao real, ao vazio de qualquer significação: “a desestruturante incidência subjetiva daquilo que irrompe por fora de uma trama de saber” (ROSA, 2017, p.27).

Concordamos com Rosa (2017, p.19) quando destaca que, no embate político e cultural que caracteriza a imposição de discursos violentos e totalitários, tomados a partir de uma consistência, o sujeito encontra-se “obturado pelo excesso de sentido e paralisado frente ao Outro que se apresenta como potente e detentor da verdade sobre ele, vê-se paralisado, esvaziado de seus enigmas, silenciado, narcisicamente desestabilizado e defrontado com a angústia e o vazio de sentido”. São crianças que, como Sandro, vieram de situações de violência em suas casas, comunidades ou ruas, a partir do não-lugar e da ausência do discurso veiculado a um desejo, que se aliam em suas próprias debilidades e desamparo, tendo que contar com seus próprios recursos para sobreviverem na invisibilidade das ruas.

Papai e mamãe me meteram a porrada quando eu tava (sic) em casa. Eu roubava dinheiro no morro e o dinheiro era de um senhor que morava lá. Toda vez que ele recebia o pagamento dele, eu ia lá e roubava. Por causa disso, os bandidos deram um “pau” no meu pai, porque eu tinha apenas oito anos de idade. Aí eu tive que sair do morro e ir para vários abrigos. Fui até para o Programa Família Acolhedora, mas não deu certo e voltei para o abrigo. Hoje estou aqui. (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, pg.99).

O silenciamento do sujeito, conforme nos indica Rosa (2017), é o resultado do impacto traumatizante do Outro, que o impede de adentrar na dimensão do desejo, da lógica fálica, mantendo-o encarcerado na dimensão de um gozo sem medidas e mortífero. Desvinculado da articulação com a palavra, esse sujeito se identifica à posição de resto, dejetado, podendo encontrar-se num estado de submissão irrestrita e fechamento subjetivo ao modo do autismo.

Chama-nos atenção na narrativa acima o uso dos termos “papai” e “mamãe”, que comumente são utilizados de forma carinhosa, mas que surgem na vida dessa criança em meio a uma história de abandono e violência. Notamos como essa descrição se aproxima do segundo tempo da fantasia “uma criança é espancada” descrita por Freud (1996s). Como vimos acerca desta fantasia, trata-se de um conteúdo inconsciente, geralmente construído em análise, que envolve culpa e necessidade de ser castigado, mas que une a violência do espancamento ao amor do pai, deixando o sujeito numa posição passiva. O sujeito se depara com o gozo sádico do Outro, conformando-se na fantasia masoquista, da qual é o objeto. Conforme nos parece, a fixação nesse tempo da fantasia aparece veiculada nesses ditos, quando a criança demanda ao Outro o amor, ainda que seja pela via da violência. Isso, por sua vez, já delineia a que Outro esta resposta aponta: um Outro feroz e consistente.

Um outro fator importante a ser considerado é o tempo. No encontro com o Outro feroz, muitas vezes, esse sujeito não tem tempo suficiente para esquecer, recalcar, a situação traumática, fazendo do instante do trauma uma eterna repetição (ROSA, 2016). Chemama e

Hoffmann (2020) nos lembram de que a cena traumática exerce sua potência de sideração do sujeito exatamente por alterar as formas espaço-temporais, ocasionando uma nova relação com a temporalidade, isto é, o presente se desvincula do passado e do futuro, tornando-se uma urgência absoluta que se recusa à atualização. Soma-se a isso a precariedade simbólica e sociopolítica em que se encontram, que prejudica a articulação desses sujeitos com a lógica da fantasia como tratamento do real, mas pode fixá-los num tipo de posição fantasmática: ser abjeto.

Conforme mencionamos acima, o Mancha “não teve tempo de receber amor”. Talvez isso indique que, ao perder a mãe para a violência, Sandro não encontrou um Outro que pudesse lhe dar um tempo de recuperação, já que a urgência do vazio se apresentou – notamos que as entrevistas com os familiares não indicam que houve alguma intenção de trazê-lo de volta. Curiosamente, encontramos relatos no documentário *Ônibus 174* (2002) que mostram que o Sandro, ainda criança, repetia a narrativa da cena do assassinato da mãe para outras crianças do grupo e para os voluntários que lhes davam alguma assistência. A cena violenta fixou o menino naquele instante de desamparo, ao mesmo tempo em que a palavra vazia – pura repetição – excluía o sujeito de sua própria história, fixando-o na cena do trauma sempre presente e sem decifração.

Muitas vezes, o trauma emerge quando o sujeito reconhece a dimensão do que perdeu, do que deixou pra trás (ROSA, 2016). Tratam-se de situações nas quais a violência lhe destituiu referências subjetivas importantes: o nome, o lugar, a cultura, para citar algumas. O efeito é, muitas vezes, *a posteriori* como a psicanálise conhece bem. Podemos mencionar, dentro deste argumento, a situação dos refugiados e imigrantes, mas também os ameaçados de morte, os desalojados, os que são afastados para as margens da cultura.

Ao silenciarem-se, essas crianças silenciam suas próprias histórias, cujo reflexo surge nas dificuldades no laço social e a um modo evasivo de ser, “que os fazem parecer estranhos ou loucos” (ROSA, 2015, p.65). A estranheza do modo de agir do Sandro produziu, ao longo do sequestro, inúmeras interpretações das vítimas: ele falava “coisas diabólicas”, indicou uma das reféns; “ele é louco e vai matar todo mundo”, escreveu uma outra no vidro do ônibus a pedido do Sandro. Parece-nos que a face da loucura reproduz o empuxo ao gozo do Outro, que este tipo de resposta veicula.

Conforme apresentamos acima, o esquema da divisão significante do sujeito (figura 4), criado por Lacan (2005), mostra em seu primeiro patamar a dimensão do gozo representada pelo Outro (A) e o sujeito (S), ambos sem divisão, sem referência à castração. Trata-se de um sujeito de gozo, ainda que esta referência ao termo “sujeito” seja aqui inadequada. Não há falta,

castração e desejo, apenas gozo. O Outro aparece como plena consistência, sem falta, absoluto, como encontramos evocado na dimensão traumática da violência, quando o Estado, a sociedade ou os seus representantes surgem no discurso totalitário e segregador, detentor de um gozo ilimitado, que toma essas crianças como objetos dejetos, destituindo-as da condição de sujeito. Este cenário se aproxima do que se encontra representado no primeiro patamar do esquema lacaniano, segundo nos parece.

No caso do Sandro, notamos que durante o sequestro ele não demanda coisa alguma – como ocorre comumente em sequestros – apenas as câmeras de televisão, o olhar de um Outro que não oportuniza qualquer desejo, apenas a repetição da cena violenta. Como descrito no segundo tempo da fantasia freudiana, o sujeito convoca o Outro pela via da entrega de seu corpo e de seu ser para serem violentados, tomados pelo gozo da violência sem limites.

Da mesma forma que vocês são perversos, eu também não tô (*sic*) de bobeira não, tá ligado? (...) Sabe a Candelária? Mataram todo mundo na Candelária? Eu tava (*sic*) lá. (ÔNIBUS, 2002, 28'15").

Ô Brasil, pode me filmar legal, se liga só, eu tava (*sic*) na Candelária (...) então, não tenho nada a perder não. (ÔNIBUS, 2002, 35'57").

Mas, segundo nos parece, o Mancha tentou a retificação de sua posição por meio do sequestro, que assume um estatuto de ato ao buscar neste Outro o olhar que lhe pudesse tirar da invisibilidade. Envereda na via do terror, como aquele que nada tem a perder, uma vez que já havia perdido tudo ao ser endereçado por este Outro ao lugar de dejetos. Durante o sequestro, ele faz cena, tentando fazer faltar algo a esse Outro: finge executar uma das reféns, faz outras gritarem de desespero, dita-lhes palavras loucas, grita à multidão, causando enorme comoção em todo país através das lentes das câmeras. Tenta fazer este Outro vacilar, mas o desfecho da história nos revela que, para o Mancha, o Outro permaneceu sempre total e caprichoso, gozando sadicamente de seu objeto.

Ademais, no campo do gozo não há lei, por isso a violência irrestrita alicia um gozo ilimitado, dando ao sujeito uma ilusão de plenitude. Segurando uma arma, ele pode tudo: deixar viver ou decretar morrer. O Mancha vive seu instante efêmero e ilusório como aquele que dita as regras de um jogo, no qual ele se encontrou como objeto do gozo do Outro boa parte de sua vida, segundo nos parece. No sequestro, ele tenta fazer uma reversão nas posições, assumindo o lugar daquele que goza a partir de uma violência ilimitada e caprichosa. Essa é a face da violência que, afastando-se da dimensão do sintoma, apresenta-se em sua dimensão de gozo, iludindo o sujeito da completude com o Outro, eliminando a falta e a castração, bem como

qualquer desejo. Encontramos levantes assim quando o tiranizado assume, por meio da violência irrestrita, a nova posição de tirano. Vemos na narrativa abaixo um exemplo disso:

Polícia, quando nós pega (*sic*), nós não vê não, nós degola, decapita, deixa eles fudido mesmo num latão de gasolina, óleo diesel, deixa fudido, vira cinza, tá entendendo? Pena? Pena? Se não dizer onde tá o ouro, o dinheiro e as pedra (*sic*) preciosa, eu jogo é álcool em cima. Não fala não pra ver se não incendeia... vira é tocha, pô. Tá brincando com nós (*sic*)? Lembra daquele assalto em Santa Tereza que os amigos tacaram gasolina e tacam álcool em cima da velhinha, mas aí rodaram? É só cria, é tudo cria comigo. Anônimo, adolescente. (ÔNIBUS, 2002, 47'20").

Esta narrativa nos lembra que a violência do Outro total e feroz convoca o sujeito a gozar numa posição masoquista de objeto, como vimos acima. Porém, seguindo Chemama e Hoffmann (2020), acrescentamos que esses indivíduos, que ora assumem a posição de opressor brutal, igualmente às suas vítimas, encontram-se diante do furo do trauma como “sujeitos vazios”, isto é, sujeitos que não encontram qualquer borda simbólica sobre a qual possam reconstituir suas subjetividades. Notamos que o discurso a que esses sujeitos se veiculam tornam-se parte do mecanismo de perpetuação do gozo do Outro, evocando objetos e façanhas – revólveres, rifles automáticos, mortes violentas – como escoras imaginárias a uma existência desatada dos laços sociais. Este é o ponto em que a bala falha, como nos diz Vieira (2008).

Considerando a pluralidade de respostas que encontramos, o que pode oferecer a psicanálise no tratamento desta questão? Haverá alguma possibilidade de se construir algo novo que se inscreva no campo da palavra?

4.4 Que saída?

4.4.1 Uma saída pela fenda da falta no Outro

“Você acha que a gente tem outra saída?” (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.79). A pergunta desta criança parece sugerir, metaforicamente, que a zona de guerra é como um labirinto de medo e horror, onde cada um vive por conta de seus próprios recursos à procura da saída – que supostamente existe, mas não é encontrada. Como parte de uma série de acontecimentos históricos e geracionais marcados pela violência e o desamparo, o momento que vivem na atualidade parece ter, para alguns, que seguir a mesma ordenação do encontro – sempre presente – com o trauma. Certamente, que a questão de uma continuidade histórica e geracional com o trauma se torna essencialmente importante quando consideramos as

possibilidades que tem, hoje, uma criança que vive nas zonas da guerra urbana de encontrar alguma saída desse circuito de violência, medo e vulnerabilidade.

Conforme foi apresentado anteriormente, a violência promove uma variedade de respostas, incluindo, possivelmente, outras que não foram encontradas em nosso campo de pesquisa. Esta variedade, segundo nos parece, referencia a própria condição humana, como ser falante que cria saídas pela linguagem, a partir do encontro com aquilo que, do seu mundo, desvela o real. Um bom exemplo da capacidade inventiva da criança é o brincar, conforme vimos com maior profundidade no capítulo anterior, não sendo necessário retomá-lo nesta seção. Contudo, certamente, trata-se de um modo de resposta articulada pelo viés da fantasia, na qual a criança se arranja com os restos de real que surgem da cena violenta.

Com isso, reiteramos que saber fazer algo com esses restos de real que permanecem excluídos do campo da linguagem e da significação será o fundamento necessário para sustentar a fantasia individual que possibilite encontrar alguma saída diante do traumático (VIEIRA, 2008; CHEMAMA, HOFFMANN, 2020).

Essa fantasia individual coloca o sujeito em um movimento que dá corpo ao próprio desejo, criando alternativas que não eclipsam a falta, mas a partir dela torna a vida possível. São sujeitos em trabalho, que foram impactados pela violência alguma vez, mas encontraram uma saída possível ao construírem para si um outro lugar, que não o da vítima passiva, do apagamento ou da paralização. Como isso foi possível em meio a uma realidade tão adversa? É o que encontramos nos relatos de alguns jovens que viveram suas infâncias em meio aos tiros, crimes e assassinatos violentos, Jhonatas Santos de Castro e Vitória Bezerra dos Santos, respectivamente:

Eu não me vitimizo. Eu não aprendi no Uerê a me vitimizar, e... ‘ah, eu nasci pobre, tive esse problema, eu vou morrer’. Não. Entendeu? (...) por mais que dificuldade aconteça e outras crianças assim como eu passaram por lá [pelo projeto Uerê] com alguns problemas, a gente consegue enxergar no Uerê, na metodologia, no projeto e nas oportunidades que nós temos um caminho diferente e vamos trilhar nossa história e redesenhar se precisar. (YVONNE, 2018, 5’10”, grifo nosso).

Eu sempre quis, eu sempre me interessei muito pela ciência, pelas galáxias, universo, estudar um pouco o universo e as estrelas, eu queria (sic) sempre ser astrônoma. (...) uma das leituras que mais me estimula é quando a dona Yvonne faz [ensina] filosofia, tipo sobre a gente, o que você quer ser, quem você é, se descobrir, tipo isso, é isso que eu quero pra mim (JHONATAS, 2018, 1’25”, grifo nosso).

Ambos viveram suas infâncias no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, testemunhando em seus cotidianos os eventos violentos que marcam as periferias brasileiras. Não apenas testemunharam, mas estiveram bem próximos a situações envolvendo crimes, morte violenta e

abandono, além das dificuldades socioeconômicas que são comuns a todos ali. Ao mesmo tempo, chama-nos atenção o modo como o desejo aparece veiculado, nestas narrativas, ao falarem de suas vidas, sobretudo nas expressões “vamos trilhar nossa história e redesenhar se precisar” e “é isso que eu quero pra mim”. Palavras que indicam a apropriação de suas próprias trajetórias de vida, a despeito do que viveram, isto é, algo figurou em seus percursos, mostrando a diferença e a possibilidade de construir uma saída que considere a impossibilidade da completude com o Outro.

Uma outra situação que destacamos é a que envolve a jovem de 22 anos, entrevistada em 2014, conforme mencionamos no capítulo 1, que tem a comunidade da Maré como um refúgio: “Aqui é um refúgio, quando está tudo de cabeça para baixo, aqui, neste calor, eu me sinto segura. Aqui sou eu” (NAUDASCHER, 2014). A reportagem feita pela jornalista francesa Marie Naudascher descreve a sensação reconfortante que essa jovem sempre tem ao retornar à comunidade para visitar a avó. Mesmo tendo lembranças de uma infância marcada pela surpresa dos tiroteios, ali na comunidade ela se sente segura, “aqui sou eu” diz-nos.

O que torna essas respostas possíveis, principalmente quando consideramos que a violência sistêmica é implacável com essas populações? Como é possível superar o trauma da violência, quando a cena se repete em todo lugar? Talvez a palavra superação não seja adequada aqui, uma vez que sugere o sentido de triunfar sobre algo, remover dificuldades, sobrelevar, exceder em, dentre outras. Parece-nos que o fundamento dessas respostas não se encontra na ideia de triunfo, ainda que possamos admirá-las como uma espécie de vitória sobre algo.

Qualquer possibilidade alcançável de enfrentamento da violência para o sujeito na hipermodernidade deve considerar a acolhida do insuportável de cada um: daquilo que é incivilizado, voraz e fracassado. Esta é uma lição que se aprende quando se reflete sobre a violência. Desse modo, poderá ser, a partir da impossibilidade de completude, que o sujeito se permite a uma existência incompleta. Isto, por sua vez, poderá mobilizar o desejo, desejo que altera a ordem das coisas, que lança o sujeito num novo movimento, mas que não deixa de responder a esta falta de demanda que hoje se apresenta como explosão feroz e traumática, gritante ou silenciosa, a violência.

Seguimos Éric Laurent (2014) quando afirma que o tratamento dos eventos traumáticos, como a violência, envolve a articulação de duas dimensões do trauma: a recuperação do sentido recalçado pela via da fantasia e a aceitação do não-sentido como possibilidade de novos arranjos do laço social. Ademais, a violência convoca um Outro que poderá ser reinventado pela criança, conforme nos diz Laurent (2014, p.26): “depois de um trauma, é preciso reinventar um Outro que não existe mais (...) um Outro que foi perdido”. É certo que esta reinvenção do Outro pela

criança, como encontramos nas narrativas mencionadas acima, não se deu na solidão de contar apenas consigo mesmo.

Nessas situações, encontramos um Outro que viabilizou o desejo, um Outro ao lado, tomando o conceito freudiano de “*nebenmensch*”, aquele que é essencial como apoio ao sujeito, mas do qual é necessário se separar, uma vez que “comporta em si algo estranho-familiar” (KLAUTAU; FAISSOL, 2016, p.73). As instituições, nesses casos, apresentam-se como provedoras do suporte simbólico que indica para onde o desejo se faz possível, por exemplo, no caso do já mencionado Projeto Uerê. Notamos que foi o trabalho dessa instituição que promoveu a construção de uma fantasia de si mesmo, de uma ficção do próprio sujeito a respeito da vida, como vemos na narrativa da Vitória: “Eu sempre quis, eu sempre me interessei muito pela ciência, pelas galáxias, universo, estudar um pouco o universo e as estrelas, eu queria (sic) sempre ser astrônoma. (...) (JHONATAS, 2018, 1’25”)”. Esse Outro institucional, como ocorre com a mãe em relação ao bebê, evoca o sujeito mediante a pressuposição de que ele esteja ali. Operando com a pulsão invocante, esses projetos sociais convocam o sujeito à existência, pela via do que falta, do que se perde para que o desejo advenha.

É fato que não apenas as instituições que prestam assistência a essas crianças se encontram nessa condição de pressupor a existência do sujeito. Podemos mencionar familiares ou pessoas próximas da criança, como talvez tenha ocorrido com a jovem que sempre retorna a seu abrigo – a casa da avó – na comunidade da Maré. Em todo caso, na construção do laço social, a criança pôde fazer um arranjo com um Outro que possibilitou o espaço da falta, da incompletude, do enigma: “(...) o que você quer ser, quem você é, se descobrir, tipo isso, é isso que eu quero pra mim (JHONATAS, 2018, 1’25”)”.

Ao mesmo tempo, destacamos que esse arranjo com o Outro envolve uma identificação imaginária à comunidade, isto é, o sujeito se reconhece a partir das referências coletivas, estabelecendo uma relação própria com o lugar, conferindo-lhe seus significantes de filiação: “Aqui é um refúgio, quando está tudo de cabeça para baixo, aqui, neste calor, eu me sinto segura. Aqui sou eu” (NAUDASCHER, 2014). Como vimos, é essa identificação imaginária que se constitui como defesa à angústia e ao traumático.

Concordamos com Ferenczi (2011b, p.115) quando, em seu texto “Confusão de língua entre adultos e a criança”, elucida que, mesmo pela via sintomática, a criança enfrenta algo poderoso no encontro com o traumático, sendo de fato insuportável quando enfrenta sem um outro ao lado que a escute: “... a criança vê-se sozinha e abandonada na mais profunda aflição, isto é, justamente na mesma situação insuportável que, num certo momento, a conduziu à clivagem psíquica e, por fim, à doença”. Por isso, há de se criar um campo entre o Outro e o

sujeito, no qual o insuportável da criança encontre a possibilidade de ser suportado por um outro semelhante. Assim, mesmo em meio a um cenário de segregação, pobreza, espoliação e violência, torna-se possível ao sujeito aceder a algum desejo, quando estes dois aspectos se fazem presentes: o reconhecimento da própria falta e um Outro que dê algum suporte simbólico na construção da saída.

4.4.2 Respostas que não mentem jamais

Por fim, destacaremos alguns pontos que consideramos cruciais no tratamento das questões que envolve a criança que testemunha das cenas cotidianas de violência. Diante de suas respostas, compreendemos que todas elas envolvem algum grau de sofrimento. Colette Soler (2021) nos lembra que, ainda que se tome o trauma como uma hipótese teórica, os sintomas, as angústias, o mal-estar e o sofrimento se apresentam em uma realidade irrefutável. Ao mesmo tempo em que revelam o padecimento e a situação em que se encontram essas crianças, as respostas com que nos deparamos nesta pesquisa dizem também da realidade cruel da vida nas zonas de guerra, muitas vezes ignorada por uma parte da sociedade. É importante destacar que o que se enfrenta ali é um real insuportável e incessante que convoca o trabalho psíquico da criança, produzindo respostas diversas, desde aquelas em que se encontra veiculado o desejo até aquelas em que os atos revelam a impossibilidade do tratamento do real pela via simbólica.

Notamos que as crianças, em geral, apresentam uma disposição de falar com outros acerca de suas experiências com a violência, mas, para que isto ocorra, é preciso que haja alguém na posição de escuta desses relatos, o que nem sempre se constituirá uma tarefa fácil, em razão dos elementos neles envolvidos. Consideramos que a experiência da criança com a violência se constitui como uma convocação à escuta e que refutar essa demanda representaria a manutenção de um estado de coisas, ou seja, a perpetuação do sofrimento. Mas não se trata de qualquer escuta. É preciso uma escuta que comporte a falha. Castro (2017, p.119) destaca: “onde o ouvinte falha pode bem ser onde as palavras encontram seu limite”. O limite na cadeia significativa, uma vez alcançado, suscita a possibilidade de uma nova ordenação. Assim, poder suportar (dar suporte) a dureza do sofrimento testemunhado pela criança no enfrentamento do real da cena violenta, envolve também a mudança nos discursos, criando novos sentidos, mas também possibilitando que alguma parte da experiência possa permanecer sem sentido algum. Por esta razão, não se trata de compreender a criança em seu sofrimento tão somente, mas de

poder acolher aquilo que ela pode nos oferecer – palavra e silêncio, angústia, sintoma e gozo – porém sempre trazendo em conjunto a possibilidade de existência do desejo.

Acrescentamos que toda narrativa já implica um endereçamento a um outro, numa escolha pelo laço social. Ademais, como sabemos, a questão do enfrentamento da violência envolve o singular de cada criança, mas também a coletividade, quando suas referências imaginárias vigoram como uma espécie de contenção ao desmoronamento subjetivo ocasionado no traumatismo. Sendo assim, a criança que se nega a falar sobre os eventos nos coloca em alerta quanto à necessidade de termos maior atenção e promovermos intervenções capazes de fazer circular a palavra. Certamente, esta tarefa se torna possível quando, no lugar de Outro desejante, buscamos saber sobre o sofrimento daquele sujeito, convocando a fala através de seu testemunho. Esse testemunho não será solitário, uma vez que comporta a possibilidade da convocação de outros testemunhos numa solicitação ao laço comunitário. De algum modo, torna-se essencial que a criança se atrele a um circuito de desejo, isto é, que, ao encontrar-se com o desejo do Outro – desejo de saber sobre aquilo que testemunha –, seja-lhe ofertada a possibilidade de questionar-se acerca do próprio desejo. Voltaremos a este aspecto.

Junte-se a isso, a natureza de denúncia que essas respostas possuem, colocando em relevo as condições e os modos de constituição da estrutura social do país, conforme nos indica o Lucas, de 12 anos: “O Brasil não é tão bom assim, falam que é cidade maravilhosa, mas nem parece, a gente não pode nem andar na rua” (FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES, 2009, p.31). A denúncia que essas respostas nos apresentam atinge a imagem de um país que insiste no mito nacional da paz e da cooperação entre as gentes que aqui residem, ao mesmo tempo em que a estrutura violenta do sistema age sem trégua – é a voz da criança fazendo política. Reconhecemos, porém, que tal potencial de denúncia nem sempre ressoa nos debates daqueles que possuem a prerrogativa de efetivar o processo decisório e político. Por isso, não raro, a denúncia da criança permanece como manchas no tecido social, como aquelas documentadas nas paredes ensanguentadas de Mariana Varejão ou como o grito “diabólico” daquele que é nomeado como o “Mancha” – manchas que incomodam porque trazem à tona algo de infamiliar.

Não questionamos a veracidade ou a legitimidade dessas respostas, já que, como as próprias ficções do sujeito, são construídas a partir de uma realidade psíquica que nem é verdadeira, nem é falsa. Nesse sentido, as respostas não mentem jamais. Reconhecemos o caráter ficcional presente nas narrativas. Aquilo que elas – as crianças – dizem se constitui como uma verdade, cuja estrutura ficcional se escreve nos movimentos do sujeito perante o real que marca o cotidiano dessas zonas urbanas. É, de fato, a possibilidade de inventar sua própria

ficção que dá à criança a oportunidade de construir novos arranjos discursivos, metáforas, a bem dizer, que tentam dar seu tratamento diante desse real que a violenta.

Posto isso, insistimos na questão: como lidar com essa realidade sociopolítica que parece permanecer imutável? Em outras palavras, como essa criança que experimenta uma realidade traumatizante conseguirá dar algum tratamento ao real da violência testemunhada cotidianamente?

Freud ([1933]/2020), em “Por que a guerra?”, indicou que a civilização seria a saída por excelência diante do caos pulsional. Compreendemos que Freud fazia referência a um certo contorno que a cultura, ou melhor, o “trabalho da cultura” poderia dar ao gozo envolvido nos eventos violentos, já que o gozo é produto da vida pulsional dos humanos, portanto algo presente no cotidiano de qualquer ser falante. Contudo, entendemos que, no caso brasileiro, essas crianças terão um trabalho a mais, já que, não poucas vezes, o Estado se torna suspeito de impedir os processos civilizatórios em suas comunidades. A despeito disso, vimos que o “trabalho da cultura”, nesses locais, tem sido operado por inúmeras organizações não governamentais, as quais, como um Outro, possibilita a circulação do desejo. Além do projeto Uerê, já citado, mencionamos a organização *Terre des Hommes*, que há décadas tem atuado no Brasil, criando meios de dar a palavra a crianças e adolescentes em situação de negação de direitos e que produziu – e nos forneceu – o importante material com o registro dos seus ditos sobre as vivências nas zonas da guerra urbana. Não por acaso, esse material, que conta com várias edições, foi intitulado “Vozes”. Além das organizações citadas, felizmente, há muitas outras trabalhando em prol da defesa das infâncias brasileiras, atuando em conjunto com nossas próprias políticas de proteção dos direitos da criança e do adolescente, numa luta permanente.

Sendo assim, considerar o trabalho da cultura, tal como Freud pensou, envolve também a consolidação de políticas públicas que garantam a essas crianças o direito de falar sobre seu sofrimento – e não simplesmente ser falada por outros –, primeiramente do lugar de sujeito, sem desconsiderar o sofrimento sociopolítico que incide sobre elas. Isso, a nosso ver, garante o endereçamento da responsabilidade social à esfera política, já que o ato violento destitui não somente o sujeito, mas também a política, isto é, ofusca também as causas e as responsabilidades de natureza governamental sistêmica. Em conformidade com Silvia Ons (2008), consideramos que a destituição política dos responsáveis por este estado de coisas representa o exercício do poder político sem ética e, portanto, sem legitimidade, ocasionando a ascensão da violência como força mediadora das relações. Vemos nisso, que a ética do exercício político sem o sujeito é violenta. Por isso, insistimos que só podemos falar de consolidação das políticas de proteção à criança no momento em que a criança possa ser tratada como sujeito.

Sem essa dimensão, podemos afirmar que nos encontramos num processo de atenção e cuidado à criança ainda não consolidado.

Ademais, retomamos o pensamento de Derrida (2001) ao defender que o Estado poderá ser instrumento direto ou indireto do exercício da crueldade, o que nos parece tão presente em muitas situações apresentadas neste trabalho. Um Estado, que elabora uma política pública de assistência à criança e que não promove as condições de sua implementação, é um instrumento de crueldade e violência. Do mesmo modo, quando as políticas para a criança são pensadas sem considerar o saber da criança, parece-nos como a perpetuação de um sistema que produz a violência. Sendo assim, a representatividade do saber da criança na construção das políticas públicas comporta o ato de tomá-la como sujeito.

Igualmente importante é considerar o quanto a violência tende a deixar a criança na posição de vítima, ao precarizar sua capacidade discursiva e fixar o sujeito na cena traumática. Seguimos Laurent (2014), quando defende que a violência, ao comportar a dimensão do real do trauma, ocasiona um “empuxo à fala”, convocando outros para juntos testemunharem suas próprias experiências. Por isso, compreendemos que a invenção – também na dimensão das políticas de cuidado com a criança – ocorre quando o ponto da falta, do vazio, é considerado e não negado, conforme mencionado acima. Sendo assim, mais uma vez destacamos, que se faz necessário haver alguém que esteja disposto a escutar. “... marcar uma dessimetria e contrariedade diante das faces obscenas do Outro que se apresenta, em sua violência e poder de opressão, consistente e totalitário” (ROSA, 2016, p.81). Nesta tessitura da palavra, novos sentidos, abertos, poderão advir.

Destacamos ainda que será necessário haver um afastamento da cena violenta. É preciso que a criança ganhe espaço para poder se separar da captura do gozo atrelado na cena violenta, que a toma como algo abjeto. Para isso, é preciso que algum estranhamento quanto à sua própria condição ocorra. Seguindo com Rosa (2016), será esse afastamento que possibilitará que a criança esqueça a cena violenta, recalcando-a e retornando à cena a seu próprio modo. Soler (2021, p.65) acrescenta: “o estado de traumatizado não se cura, a não ser construindo as possibilidades do esquecimento, e a possibilidade de esquecimento é a constituição de uma memória”. Segundo nos parece, rememorar implica a ação de uma palavra que circula, abrindo espaço para novos arranjos discursivos, retirando o sujeito da fixação ao trauma, isto é, deixar a posição de silenciado para assumir a posição de sujeito da palavra. De todo modo, poder estranhar, questionar sobre si mesma e sobre seu mundo, possibilitará à criança constituir um novo Outro, tratando a violência testemunhada por uma nova via, como algo não natural, mas presente, sendo passível de intervenções tanto do sujeito, quanto do Estado e da sociedade.

Não se trata, portanto, de se ater à utopia de uma sociedade sem violência, mas da apropriação do lugar da criança como um sujeito ativo, que cria e transforma seu mundo, que lhe possibilite algum futuro construído por seu desejo. Olhar para a possibilidade do futuro é, obviamente, ter um futuro, fantasiar sobre isso, orientar-se por um desejo que torne o sofrimento causado pela violência tolerável e, potencialmente inventivo, já que não há qualquer garantia de eliminá-la por completo. Ao final, portanto, há uma aposta, como é comum na psicanálise: toda superação desejável é aquela que lança o sujeito num movimento pela via que segue da impotência à impossibilidade – o irremediável do real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentamos neste trabalho, o cotidiano da criança residente nas zonas de guerra urbana brasileira tem sido atravessado por cenas violentas de toda natureza: tiroteios, mortes brutais, conflitos, abandono. Violência que incide diretamente sobre a criança, seja quando ela é tomada como alvo direto da ação violenta, seja quando testemunha as cenas de violência a cada dia nas ruas da comunidade; de todo modo, a violência será testemunhada pela criança. Sabemos que os atos violentos presentes nestas cenas dizem de uma outra violência, ainda maior e mais difusa, a violência sistêmica, que permeia as engrenagens do nosso sistema sociopolítico. Ao mesmo tempo, consideramos que a situação que encontramos nas comunidades pobres, vulneráveis e periféricas, onde os conflitos violentos costumam ocorrer, retratam na atualidade o resultado de uma sucessão histórica de fatos que indicam a operação da violência estrutural desde as bases da formação de nosso povo. Referimo-nos à política que vigorou em desfavor do negro e do pobre ao longo da história brasileira, ocasionando, em muitos momentos – e hoje, sobretudo –, a segregação, a espoliação e o abandono destas populações, as quais foram sendo concentradas nas periferias de nossas grandes cidades, onde figuram os atrozes conflitos armados.

Conforme demonstramos, essas cenas violentas comportam a dimensão do trauma como acontecimento ao evocarem o trauma estrutural, este constituinte do sujeito e que diz do furo da falta do Outro em sua impossibilidade de a tudo significar. Disso depreendemos, seguindo a argumentação de Belaga (2004), a distinção entre o trauma-processo, com referência ao elemento constituinte do sujeito, e o trauma-acontecimento, como o evento que evoca a dimensão do primeiro – em nosso estudo, a cena violenta. De todo modo, a cena traumática coloca o sujeito diante do real do trauma, como envolto numa sombra escura, como nos diz Lacan (1966), paralisado de frente ao desamparo da ausência de palavras. Em consideração a isso, compreendemos que as cenas traumáticas, além de comportarem a dimensão singular de cada criança, trazem ao presente as cenas traumáticas anteriores vividas na coletividade, por meio dos discursos a que esses sujeitos passaram a enunciar.

É neste cenário que encontramos a criança – objeto de nossa pesquisa – transitando por entre os agentes dessa guerra, que ora parecem ser invisíveis, ora surgem terríveis nas marcas deixadas na comunidade. O que essa criança faz como meio de enfrentamento deste cenário? Quais são as respostas que elas inventam – ditas por elas mesmas – para lidarem com o real que irrompe das cenas violentas?

As respostas são múltiplas e revelam de onde o sujeito está operando: se na dimensão da lógica fálica do princípio do prazer ou para além do falo, no campo do gozo. Ademais, cada tipo de resposta encontrada nesta pesquisa faz referência a uma face do Outro, quando convocado na experiência da cena violenta. Sendo assim, elencamos nossos achados segundo esta organização, com o intuito de melhor apresentá-los.

A inibição é uma das respostas mais frequentes que encontramos em nosso campo: inibição intelectual, inibição de locomoção e inibição relacionada ao abuso de drogas. O que ocorre na inibição intelectual é o bloqueio do pensamento como forma de defesa perante a proximidade do Outro, ocasionando assim todo tipo de dificuldade intelectual. Já na inibição da locomoção, a criança se encontra restringida quanto a sair de casa e a se locomover pelas ruas. Muito sustentada pelo medo de morrer ao sair ou se defrontar com algum tiroteio, essa inibição revela que houve uma retirada de investimento libidinal, resultando na paralisação do corpo, isto é, na restrição das ações de movimento. Diante disso, concluímos, a partir do que encontramos no terceiro tipo de inibição – o entorpecimento pelo abuso de drogas –, que aquilo que se encontra envolvido na inibição não se refere tão somente ao campo do movimento como deslocamento, mas, de forma mais ampla, da inibição do movimento subjetivo, isto é, o sujeito, em seu movimento como sujeito do desejo, encontra-se paralisado.

Levando em consideração estes aspectos, podemos considerar que a escolha pela inibição se dá quando o sujeito, diante do que a cena violenta revela acerca da castração do Outro (A), paralisa na fixidez de uma imagem que supostamente completa o Outro, encobrindo-lhe a falta, evitando assim o confronto com o objeto *a*. Esta imagem na qual o sujeito se fixa o localiza imaginariamente numa posição de objeto *a*, possibilitando-lhe, pois, circunscrever o gozo na ordem do corpo paralisado.

A resposta da criança à violência também pode ser sintomática. O medo se apresenta, nesta modalidade, como uma resposta bastante recorrente entre as crianças: medo de morrer, medo de sair de casa, medo de ter familiares assassinados, medo de se encontrar repentinamente numa situação de tiroteio. É a angústia suscitada nessas situações antecipadas na imaginação da criança que aciona o mecanismo de recalque, produzindo o medo como sintoma. Além disso, sabemos que o sintoma, na psicanálise, envolve a substituição de um gozo recusado no real, tendo como finalidade obtê-lo no simbólico. E assim ocorre, sendo esse processo operado pela fantasia. Compreendemos, portanto, que, ao precisarem sair de casa e transitar pelas ruas da comunidade, as crianças enfrentam uma indeterminação, que é esta de não saber se voltarão vivas ou mortas. Com isso, concluímos que tal indeterminação faz referência àquilo que do real

figura na cena violenta – um resto de real – e que, a fim de não sucumbir a este gozo real, o sujeito o circunscreve no sintoma – medo.

Junto a isso, encontramos a violência como resposta sintomática, em alguns casos. Ainda que a violência envolva, sobretudo, uma dimensão de gozo, poderá ser considerada como sintoma quando operada em resposta a uma ação antecedente. Conforme argumentamos, localizamos este elemento antecedente no processo histórico que faz daquela comunidade uma zona de guerra. Isso nos parece muito evidente em algumas narrativas: o efeito direto do processo sociopolítico sobre o sofrimento desse sujeito. Em outras palavras, a violência da criança responde à violência sistêmica a que é submetida, não somente ela, mas toda aquela coletividade. Trata-se, segundo Miller (2017a), de uma demanda ao Outro, isto é, a violência da criança é aquilo que substitui a satisfação não ocorrida da demanda de amor, quando, no lugar do reconhecimento do sujeito pelo Outro, advém o tratamento que o reconhece na dimensão de objeto dejetivo, destituindo-o de suas prerrogativas de sujeito do desejo.

Adentrando no campo do real, encontramos a angústia como resposta à violência, isto é, diante do que a cena violenta revela, advém a angústia, que, muitas vezes, chega a acionar o recalque, produzindo inibições e sintomas. Contudo, outras vezes o acionamento não ocorre em razão do excesso que a resposta comporta, resultando na angústia, que agita o corpo da criança. Compreendemos que o excesso na resposta surge em decorrência do que envolve: o sujeito se encontra de frente com o trauma e o desamparo a ele pertinente, sem garantias, ameaçado em suas referências imaginárias identificatórias.

Destacamos ainda, em referência à angústia, que a indeterminação que, muitas vezes, a cena violenta suscita envolve a evocação de um Outro que ocasiona uma equivalente indeterminação na criança acerca do próprio desejo, por isso, encontramos-la paralisada em seu desejo. Esta é a situação em que a proximidade do Outro, com seu discurso totalitário de que tudo pode, evoca o objeto *a*, não como causa, mas como mais-de-gozar, ficando o sujeito ameaçado por esse gozo ilimitado que ali desponta: gozo que o põe em frente ao *traumatisme* original. Nesta dimensão, portanto, a ameaça à integridade imaginária do sujeito o remete de volta ao tempo do corpo despedaçado, quando a criança estava à mercê do gozo do Outro.

Indo para além da angústia, encontramos um tipo de resposta na qual a criança se apresenta desabilitada de sua capacidade discursiva, mantendo-se em silêncio, fixada na cena traumática e desarticulada do próprio saber: nada de desejo, nada de movimento subjetivo, apenas uma repetição insana de ações que nada produzem na ordem do desejo – resposta nomeada de traumatismo. O sujeito se encontra preso no circuito de um gozo mortífero e ilimitado, em que figura como objeto dejetivo de um Outro feroz, total e sádico. Nesta

circunstância, segundo nos parece, o sujeito pode, numa passagem ao ato, tentar furar este Outro, quando utiliza de uma posição de violência irrestrita e sem lei, parecendo fazê-lo assumir a posição de senhor absoluto. Como vimos, não obstante, a escolha por essa saída não promove a dimensão do sujeito como ser de desejo, posto que a castração permanece negada. Como resultado, encontramos as ações ensandecidas, que costumam culminar em mais violência, pondo à vista a crueza da pulsão de morte.

Diferentemente das respostas que se localizam mais no campo do gozo e que declinam a capacidade discursiva da criança, encontramos a resposta operada pela via da fantasia e que permite ao sujeito construir alguma ficção possível para si, quando se encontra com os restos de real que a violência lança em seu cotidiano. Essa saída envolve a apropriação da própria história por parte de cada um, isto é, a consideração de que se trata de uma história furada, de uma existência incompleta. Nestes casos, encontra-se envolvido um Outro – muitas vezes, institucional – que se dirige ao sujeito, veiculando-o num circuito de desejo: encontramos um outro ao lado, alguém que está disposto a ouvir o que diz a criança, alguém que deseja saber sobre aquilo que ocorreu com ela. Portanto, é o desejo que sustenta a construção da ficção do sujeito, sendo isso possível quando a possibilidade de falhar ou faltar é admitida. Compreendemos que a criança constrói sua ficção em torno do furo do traumático, bordejando-o, assim, com sua palavra, com seu discurso ou com seu brincar. Desse modo, há a possibilidade da identificação da criança com sua coletividade, quando, no cuidado de um outro ao lado, velhas e novas identificações se dão, reordenando o laço social.

De tal modo, compreendemos que, apesar de todas as respostas se constituírem como modos eleitos pela criança para dar algum tratamento àquilo que surge no encontro com o trauma na cena violenta, não se trata de superá-lo – ainda que isso fosse possível –, mas sim de considerar as novas possibilidades a partir do que esse encontro com o trauma pode proporcionar. Portanto, acreditamos ser importante se afastar da ideia de superação atrelada a um determinado tipo de resposta, pois não se trata de superar algo, mas sim de saber lidar com algo.

Ademais, daquilo que as respostas podem revelar, encontramos algo sobre esse real insuportável que o traumático suscita na experiência da criança com a violência. Um real insuportável e incessante que convoca o trabalho psíquico do sujeito. Por esta razão, consideramos imprescindível a existência de espaços destinados à assistência da criança, onde seja possível pôr em circulação sua palavra. Espaços em que seja possível falar do seu sofrimento, mas da posição de sujeito. Acreditamos que as políticas públicas comportam o potencial de produzir esses campos de fala, bem como as organizações não governamentais,

como temos visto nas ações implementadas em muitas comunidades no Brasil. A partir das respostas encontradas, entendemos que o ato de poder falar envolve a possibilidade de rememoração, dando a essas crianças a chance de poderem também esquecer, desprendendo-se da cena traumática.

Por fim, sob a presente análise, não esperamos esgotar o tema ora apresentado, uma vez que ele se revela complexo e imbricado em outras variáveis que, talvez, ocasionem novos achados. Reconhecemos, assim, que nosso trabalho apresenta limitações. Refletimos, por exemplo, como a dificuldade que tivemos em encontrar, na internet, materiais de pesquisa, em que a própria criança tem a palavra para falar da violência torna-se um dado relevante a respeito do lugar que esse tema ocupa no cenário acadêmico. Esta dificuldade que tivemos no início da pesquisa, em tempos de pandemia e isolamento social, fez com que nosso campo ficasse preponderantemente delineado aos registros fílmicos de uma comunidade da cidade do Rio de Janeiro. Mas, por que não encontramos registros documentados referentes a outros estados e municípios? Será que apresentariam diferenças importantes quando comparados aos que utilizamos?

Diante disso, ampliamos nosso questionamento: será que o tipo de violência envolvido no cotidiano da criança interfere no modo de resposta? Situações de guerras civis ou internacionais, invasões de território por forças estrangeiras, por exemplo, trariam resultados distintos ou manteria certa similaridade com o cenário que encontramos? Poderíamos considerar como situações mais extremas e limítrofes, em relação à proximidade com o traumático, aquelas em que ocorre uma desapropriação completa das referências da criança à sua coletividade, como encontramos nos deslocamentos forçados? Situações assim trariam que tipo de respostas? São questões que se apresentam como limitações da atual pesquisa, mas que abrem novos campos para trabalhos futuros.

De todo modo, frente a essas questões, permanece o interesse – nosso e de tantos outros pesquisadores – de que haja a garantia dos direitos da criança, seja qual for sua situação social. Garantia que lhe assegure a possibilidade de partilhar seu próprio saber, de poder falar sobre o que vive e sobre sua interpretação disso e, sobretudo, de ter o direito de participação na coletividade de outros sujeitos, não somente como ator sociopolítico, mas como sujeito de desejo.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. **O poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- ARENDT, Hanna. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BADIN, Rayssa; MARTINHO, Maria Helena. O discurso capitalista e seus gadgets. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 140-154, dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912018000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 16 nov. 2020.
- BARROS-BRISSET, Fernanda Otoni (relatora). Nota do enfraquecimento do pai. **Revista Curinga: Escola Brasileira de Psicanálise** seção Minas Gerais, Belo Horizonte, n.42, p.131-139, jul./dez. de 2016.
- BELAGA, Guillermo (org). **La urgência generalizada: la práctica en el hospital**. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. **Sobre a Violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- CHAUÍ, Marilena. Uma Ideologia Perversa. **Folha de São Paulo**: São Paulo, 14 de março de 1999. Caderno Mais!, p. 3. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs14039904.htm>. Acesso em: 15 out. 2020.
- CHECCHIA, Marcelo. **Poder e política na clínica psicanalítica**. São Paulo: Annablume editora, 2015.
- CHRISÓSTOMO, Maria Cione. *et al.* A pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais: algumas considerações. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.24, n.2, p. 645-660, 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/18523>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- CIÊNCIA política. In: **Notas de Aulas**. [S. l.], 28. Mar. 2008. Recuperado de: http://notasdeaula.org/dir1/ciencia_politica_28-03-08.html#Legibus_solutus. Acesso em: 13 out. 2020.
- CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.4, n.1, p.33-52, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81231999000100004>. Acesso em 20 mar. 2021.
- DERRIDA, Jacques. **Estados-da-alma da psicanálise: o impossível para além da soberana crueldade**. São Paulo: Escuta, 2001.

DIAS, Sara dos Santos Martins Peres. **Fragilidade, conflito e violência urbana no norte do Kivu**: estudo exploratório sobre as crianças que vivem nas ruas da cidade de Goma. 2019. 62 f. (Dissertação de Mestrado) - Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/17624>. Acesso em: 21.set.2020.

DOUVILLE, Olivier. Violências e violações impertinentes: a experiência do estrangeiro em terra de rei com um olho só. *In*: GUERRA, Andréa Maris.; OTONI, Marina Soares; PENNA, Paula Dias Moreira (orgs). **Violências e violações impertinentes**: Direito e Psicanálise IV, Belo Horizonte: Scriptum, 2019. p.11-31.

DUFOUR, Dany-Robert. **A arte de reduzir as cabeças**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

FALCÃO, Wanda Helena Mendes. **Voz e participação da criança-soldado sul-sudanesa no Comitê dos Direitos da Criança da ONU a partir da Teoria da reprodução interpretativa da criança**. 2017. 221 f. (Dissertação de Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/178317/346785.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21.set.2020.

FERENCZI, Sandor. Confusão de língua entre adultos e a criança (1933). *In*: FERENCZI, Sandor. **Obras completas Psicanálise IV**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011b. p.111-121.

FERENCZI, Sandor. Reflexões sobre o trauma (1934). *In*: FERENCZI, Sandor. **Obras completas Psicanálise IV**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011a. p. 125-135.

FERENCZI, Sandor. Transferência e introjeção (1909). *In*: FERENCZI, Sandor. **Obras Completas Psicanálise I**. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 77-108.

FERREIRA, Tânia. **A Escrita da Clínica: Psicanálise com Crianças**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos (1900). *In*: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas edição standart brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996h. v. IV, p.15-363.

FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos (1900). *In*: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas edição standart brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996n. v. V, p.15-363.

FREUD, Sigmund. A organização genital infantil (1923). *In*: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas edição standart brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996i. v. XIX, p.151-161.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer (1920). *In*: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas edição standart brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996f. v. XVIII, p. 13-154.

FREUD, Sigmund. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos (1909). *In: Obras psicológicas completas edição standart brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996g. v. X, p.13-133.

FREUD, Sigmund. Carta 69 (1897). *In: FREUD, Sigmund. Obras psicológicas completas edição standart brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. v. I, p.309-311.

FREUD, Sigmund. Construções em análise (1937). *In: FREUD, Sigmund. Obras Psicológicas completas edição standart brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. v. XXIII, p.275-287.

FREUD, Sigmund. Esboço de psicanálise (1940). *In: FREUD, S. Obras psicológicas completas edição standart brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996o. v. XXIII, p.153-224.

FREUD, Sigmund. Escritores criativos e devaneios (1908). *In: FREUD, Sigmund. Obras psicológicas completas edição standart brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996p. v. IX, p.133-143.

FREUD, Sigmund. Fantasia histéricas e sua relação com a bissexualidade (1908). *In: FREUD, Sigmund. Obras psicológicas completas edição standart brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996r. v. IX, p.146-156.

FREUD, Sigmund. Inibições, sintomas e angústia (1926). *In: FREUD, Sigmund. Obras psicológicas completas edição standart brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996t. v. XX, p.81-174.

FREUD, Sigmund. Notas sobre um caso de neurose obsessiva (1909). *In: FREUD, Sigmund. Obras psicológicas completas edição standart brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996e. v. X, p.137-217.

FREUD, Sigmund. Novas conferências introdutórias sobre psicanálise, conferência XXXIV (1932). *In: FREUD, Sigmund. Obras psicológicas completas edição standart brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996j. v. XXII, p.135-154.

FREUD, Sigmund. Novas conferências introdutórias sobre psicanálise (1933). *In: FREUD, Sigmund. Obras psicológicas completas edição standart brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996v. v. XXII, p.85-112.

FREUD, Sigmund. O esclarecimento sexual das crianças (1907). *In: FREUD, Sigmund. Obras psicológicas completas edição standart brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996l. v. IX, p.121-132.

FREUD, Sigmund. O infamiliar (1919). *In: IANNINI, G. (ed.), CHAVES, E. (trad.). Obras incompletas de Sigmund Freud: O infamiliar*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p.27-126.

FREUD, Sigmund. Os caminhos da formação dos sintomas, conferência XXIII (1917). *In: FREUD, Sigmund. Obras psicológicas completas edição standart brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1996u. v. XVI, p.361-378.

FREUD, Sigmund. Por que a guerra? (1933). In: IANNINI, G. (ed.), MORAES, M.R.S. (trad.). **Obras incompletas de Sigmund Freud**: Cultura, sociedade, religião, o mal-estar na cultura e outros escritos. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p.421-444.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica (1895). In: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas edição standart brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996m. v. I, p.335-454.

FREUD, Sigmund. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise (1912). In: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas edição standart brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. v. XII, p.123-133.

FREUD, Sigmund. Sobre as teorias sexuais das crianças (1908). In: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas edição standart brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996q. v. IX, p.188-206.

FREUD, Sigmund. Sobre o início do tratamento (1913). In: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas edição standart brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XII, p.139-160.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a sexualidade (1905). In: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas edição standart brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996d. v. VII, p.119-240.

FREUD, Sigmund. Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais (1919). In: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas edição standart brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 1996s. v. XVII, p.192-220.

FUNDAÇÃO TERRE DES HOMMES. **Vozes**: crianças e adolescentes no monitoramento da Convenção Internacional dos Direitos da Criança: edição 2009, contendo vozes das crianças sobre um lugar seguro. Lausanne, Suíça: Terre des Hommes - Ajuda à Infância, 2009.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA NO BRASIL. **Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil**. Brasília, DF: UNICEF Brasil, 15 nov. 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/situacao-das-criancas-e-dos-adolescentes-no-brasil>. Acesso em: 21. Set. 2020.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA NO BRASIL. **Homicídios de crianças e adolescentes**. Brasília, DF: UNICEF Brasil, 29 Jan. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/homicidios-de-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 25 mai. 2021.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Acaso e Repetição**: uma introdução à teoria das pulsões. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

GUERRA, Andréa Maris *et al.* The Narrative Memoir as a Psychoanalytical Strategy for the Research of Social Phenomena. **Psychology**, vol.8, p.1238-1253, 2017. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/The-Narrative-Memoir-as-a-Psychoanalytical-Strategy-Guerra-Moreira/65c4683076f9abf2f7b17676a175da10e94b5e17>. Acesso em: 23 ago. 2020.

GUILLOT, Éric. El niño entre enunciado y enunciación. In: MILLER, Jacques-Alain. **De la infancia a la adolescencia**. Editora Paidós, Buenos Aires, 2020. p.249-257.

GUINEA pig portrait revealed by London gallery. **BBC News**, 20. Ago. 2013. Entertainment & Arts,. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/entertainment-arts-23765914>. Acesso em: 13 abr. 2021.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JHONATHAS e Vitória falam sobre seus projetos para o futuro. [Rio de Janeiro]: Globo Comunicação e Participações SA, 18 set. 2018. 1 vídeo (3 min). Publicado por GloboPlay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7028124/?s=0s> Acesso em 01 jun. 2021

KLAUTAU, Perla; FAISSOL, Katia. Do *Nebenmensch* a o *Unheimlich*: a presença da alteridade no processo de constituição da subjetividade. **Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana**. Rio de Janeiro, vol.11, n.21, p.66-76, nov. 2015 a abr. 2016. Disponível em: http://www.isepol.com/asephallus/numero_21/pdf/6-Do_nebenmensch_ao_unheimelich.pdf. Acesso em: 06 nov. 2020.

LACAN, Jacques. “Communication et discussions au symposium international du Johns Hopkins Center a Baltimore” (1966). In: **Communication et discussions au symposium international du Johns Hopkins Center a Baltimore**. 07 jan. 2018. Disponível em: <https://m.21-bal.com/doc/16180/index.html>. Acesso em: 15 mar. 2021.

LACAN, Jacques. A Agressividade em Psicanálise (1948). In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998. p.104-126.

LACAN, Jacques. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998b. p.537-590.

LACAN, Jacques. Do discurso psicanalítico: Conferência de Lacan em Milão em 12 de maio de 1972. In: **Trilhar Caminhos em Psicanálise**. 25 de março de 2015. Disponível em: <https://trilhardotorg.wordpress.com/2015/03/25/conferencia-de-lacan-em-milao-em-12-de-maio-de-1972-parte-2-traducao-de-sandra-regina-felgueiras/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. (1953). In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998c. p.238-324.

LACAN, Jacques. Introdução à Edição alemã de um primeiro volume dos Escritos. In: LACAN, Jacques. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003. p. 550-556.

LACAN, Jacques. Nota sobre a criança. In: LACAN, Jacques. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003b. p. 369-370.

LACAN, Jacques. O Estádio do Espelho como Formador da Função do Eu (1949). In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998a. p.96-103.

LACAN, Jacques. O seminário 22 R. S. I. 1974-1975. In: LACAN em pdf. [S. l.], 02 mar. 2017. Disponível em: <http://lacanempdf.blogspot.com/2017/03/o-seminario-22-rsi-jacques-lacan.html>. Acesso em: 01 jun. 2021.

LACAN, Jacques. **O Seminário livro 7: a ética da psicanálise** (1959-1960). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008b.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 10: a angústia** (1962-63). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise** (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise** (1969-70). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1992.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 20: mais, ainda** (1972-1973). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008a.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 23: o sinthoma** (1975-1976). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação** (1958-1959). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2016.

LACAN, Jacques. Os complexos familiares na formação do indivíduo (1938). In: LACAN, Jacques. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003a. p. 29-89.

LAURENT, Éric. El goce y el cuerpo social. In: **AMP-Blog**. Rio de Janeiro, 18 jul. 2016. Disponível em: <http://ampblog2006.blogspot.com/2016/07/el-goce-y-el-cuerpo-social-por-eric.html>. Acesso em: 29 mai 2020.

LAURENT, Éric. O trauma ao avesso. **Papéis de psicanálise**, vol. 1, n. 1, pp. 21-28, 2014.

LE BRETON, David. **Uma Breve História da Adolescência**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.

LEBRUN, Jean Pierre. **A perversão comum: viver juntos sem outro**. Rio de Janeiro, Campo Matêmico/ Companhia de Freud: 2008.

LIDDELL, H., SCOTT, R. A. **Greek-English Lexicon**. Oxford: Clarendon Press, 1996.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os Tempos Hipermodernos**. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

LISPECTOR, Clarice. Os desastres de Sofia. In: LISPECTOR, Clarice. **Felicidade Clandestina**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1998. p.98-116.

MARCOS, Cristina; D'ALESSANDRO, Carla. Figuras psíquicas do trauma: uma leitura lacaniana. **Revista aSEPHallus**, Rio de Janeiro, vol. VIII, n. 15, nov. 2012 a abr. 2013. Disponível em www.isepol.com/asephallus. Acesso em: 10 ago. 2021.

MARCOS, Cristina; MEIRELLES, Juliana. O método clínico freudiano como norteador da pesquisa psicanalítica. In: GONÇALVES, Betânia Diniz; FIOR, Camila Alves; OLIVEIRA, Vilmar Pereira (orgs). **A Pergunta e os Métodos**: percursos metodológicos em Psicologia. Curitiba: CRV, 2019. p.149-162.

MARTINS, Bárbara Daniela Leal Bernardo. **A perspectiva da violência familiar na voz da comunidade cigana**: Um estudo investigativo nos bairros do Lagarteiro e Contumil. 2019. 139f. (Dissertação de Mestrado em Intervenção Social na Infância e juventude em Risco de Exclusão Social) - Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Portugal, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/31406>. Acesso em: 21.set.2020.

MATOS, Cristiana Pitela de. Incidências do trauma: o que de real encontramos em nossa clínica com crianças? **Almanaque Online**, ano 8, n.14, janeiro a junho 2014. Disponível em: <http://almanaquepsicanalise.com.br/incidencias-do-trauma-o-que-de-real-encontramos-em-nossa-clinica-com-criancas/real>. Acesso em: 15 mar. 2021.

MILLER, Jacques-Alain. A criança entre a mulher e a mãe. **Opção Lacaniana**, ano 5, n. 15, 2014a. Disponível em: http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_15/crianca_entre_mulher_mae.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020.

MILLER, Jacques-Alain. Amor sintomático. In: Fundação Campo Freudiano (org.), **O sintoma-charlatão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

MILLER, Jacques-Alain. Crianças violentas. **Opção Lacaniana**, n.77, p. 23-31, 2017a.

MILLER, Jacques-Alain. El niño e el saber. In: MILLER, Jacques-Alain *et al.* **Los miedos de los niños**. Buenos Aires: Paidós, 2017. p.15-21.

MILLER, Jacques-Alain. Interpretar al niño. In: **De la infancia a la adolescencia**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2020. pp. 25-36.

MILLER, Jacques-Alain. Le théâtre secret de la pulsion. **Le Point**, nº 2062, 22 março 2012. Disponível em: <http://jonathanleroy.be/wp-content/uploads/2015/09/Jam-Le-th%C3%A9%C3%A2tre-secret-de-la-pulsion-Lepoint.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

MILLER, Jacques-Alain. O inconsciente e o corpo falante (apresentação no X Congresso da AMP, no Rio, em 2016). **AMP**, 2014. Disponível em: <https://www.wapol.org/pt/articulos/Template.asp?intTipoPagina=4&intPublicacion=13&intEdicion=9&intIdiomaPublicacion=9&intArticulo=2742&intIdiomaArticulo=9>. Acesso em: 13 nov. 2020.

MILLER, Jacques-Alain. Quando o Outro é mau. **Opção Lacaniana** (online nova série), Ano 9, Números 25 e 26, março/julho 2018. Disponível em: http://opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_25/Quando_o_Outro_e_mau.pdf. Acesso em: 18 out.2020.

MINAYO, Maria Cecília. (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n.3, p. 621-626, 2012.

MONTEIRO, Tamires Alves; SARAVALI, Eliane Giachetto. A percepção de crianças e adolescentes sobre cenas de violência urbana. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 10, n. 20, p.109-124, 2013. Disponível em: <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/305>. Acesso em 21.set.2020.

MORRI na Maré. São Paulo: Agência Pública, 2014. 1 vídeo (17 min.). Publicado por: Agência Pública. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ndnPvr2dUJM>. Acesso em: 02 abril 2021.

NASCIMENTO, Daniel Arruda. A Exceção Colonial Brasileira: O Campo Biopolítico e a Senzala. **Cadernos De Ética E Filosofia Política**, vol.1, n.28, p.19-35, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/116276>. Acesso em: 10 set. 2020.

OBRAS de Adriana Varejão dialogam com a violência do passado colonial em Salvador. In: **ARTE!BRASILEIROS**. [S. l.], 17 abr. 2019. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/arte/exposicoes/obras-de-adriana-varejao-dialogam-com-a-violencia-do-passado-colonial-em-salvador/>. Acesso em: 13 set.2020.

ÔNIBUS 174. Rio de Janeiro: Zazen Produções, 2002. 1 vídeo (150min.). Publicado por: Vimeo. Disponível em: <https://vimeo.com/240313562> . Acesso em: 31 mar. 2021.

ONS, Silvia. La violencia contemporánea: notas sobre la paranoia social. **Revista Virtualia**. Buenos Aires, Argentina, n.18, out/nov.2008. p.27-30. Disponível em: <http://www.revistavirtualia.com/storage/ediciones/pdf/qFoWtzySMrv0eXdnyqtTPO2FntxHUE5OSHxBdcgu.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

PROJETO UERÊ. **Nós acreditamos que todos são capazes de aprender**. Rio de Janeiro: Projeto Uerê, c2019. Disponível em: <https://www.projetuere.org.br/>. Acesso em: 23 maio 2021.

RAMÍREZ, Mário Elkin. La hipermodernidad: el discurso capitalista. In: RAMÍREZ, Mário Elkin. **Conflicto armado y subjetividad**. Grama Ediciones, 2017. p.13-42.

RAMÍREZ, Mário Elkin. Vingança ou Justiça? In: GUERRA, Andréa Maris.; OTONI, Marina Soares; PENNA, Paula Dias Moreira (orgs). **Violências e violações impertinentes: Direito e Psicanálise IV**, Belo Horizonte: Scriptum, 2019. p.21-31.

ROSA, Míriam Debieux. **Psicanálise, política e cultura: a clínica em face da dimensão sócio-política do sofrimento**. 2015. Tese (Livre Docência) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ROSA, Míriam Debieux. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. Editora Escuta, FAPESP, São Paulo, 2016.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **Le petit prince**. Éditions Gallimard Jeunesse, Paris, France, 2007.

SANTIAGO, Ana Lydia. **A Inibição intelectual na psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

SANTORO, Isabela. **Espelho, espelho meu: a psicanálise e o tratamento precoce do autismo e outras psicopatologias graves**. Salvador: Editora Ágalma, 2008.

SARMENTO, Fátima. A criança no século XXI. **@gente Digital**, v.2, n. 8, abril de 2013.

Disponível em:

http://www.institutopsicanalisebahia.com.br/agente/download/agente008_fatima_sarmento.pdf. Acesso em: 17 set. 2020.

SOLER, Collete. A hipótese lacaniana. **Percursos**, ano XV, n.29, p.5-13, 2002.

SOLER, Collete. **De um trauma ao Outro**. São Paulo: Blucher, 2021.

SOUZA, Tharso Peixoto. O singular da criança e a padronização dos critérios diagnósticos: contribuições para a clínica do autismo. **Pretextos**, Belo Horizonte, v. 4, n.7, p. 465-481, 19 jul. 2019. Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/18637>. Acesso em: 22 set. 2021.

SOUZA, Tharso Peixoto. A criança, a palavra e o brincar: enlaces possíveis. **Estilos da Clínica**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 99-114, 2021. DOI: 10.11606/issn.1981-1624.v26i1p99-114. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/173767>. Acesso em: 22 set. 2021.

SOUZA, Tharso Peixoto. Função paterna e agressividade do comportamento do adolescente autor de ato infracional, **Leitura Flutuante**, São Paulo, v.9, n.2, p.14-32, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/leituraflutuante/article/view/36294/24911>. Acesso em: 22 set. 2021.

SOUZA, Tharso Peixoto. O lugar do desejo feminino frente à violência. **Revista Reverso**, Belo Horizonte, v.33, n.62, p.85-91, set. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952011000200010. Acesso em: 22 set. 2021.

TABAK, Jana. **As vozes de ex-crianças soldado**: reflexões críticas sobre o programa de desarmamento, desmobilização e reintegração das Nações Unidas. 2009. 169f. (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=14536@1. Acesso em: 21.set.2020.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND. **A Familiar Face**: Violence in the lives of children and adolescents. New York, NY: UNICEF USA, nov. 2017. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/a-familiar-face/>. Acesso em: 21. Set. 2020.

VANIER, Alain. A criança entre sujeito e objeto. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 135-146, mar. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982017000100135. Acesso em: 18 out. 2020.

VIEIRA, Marcos André. **Restos**: uma introdução lacaniana ao objeto da psicanálise. Rio de Janeiro: Contracapa, 2008.

YVONNE Bezerra de Mello fala sobre as crianças que passaram pelo Projeto Uerê. [Rio de Janeiro]: Globo Comunicação e Participações SA, 18 set. 2018. 1 vídeo (8 min). Publicado por GloboPlay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7028123/?s=0s>. Acesso em: 02 abr. 2021.

ZAMIN, Ângela; JUNG, Cleusa; RICHTER, Taís. “Você é a primeira pessoa para quem eu conto isso”: crianças-soldados como fontes testemunhais no jornalismo internacional. **Revista Verso e Reverso**, vol. 32, n. 79, p.02-12, janeiro-abril, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2018.32.79.01>. Acesso em 21. Set. 2020

ZIZEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais, São Paulo: Boitempo, 2014.